



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria do Tesouro Estadual
Superintendência Central de Contadoria Geral

Fernando Damata Pimentel

Governador do Estado de Minas Gerais

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Secretário de Estado de Fazenda

Maria da Conceição B. de Rezende Ladeira

Superintendente Central de Contadoria Geral

CRC MG – 068.609-8



Apresentação

O presente Relatório Contábil, referente ao exercício de 2014, é peça integrante do Balanço Geral do Estado de Minas Gerais, instrumento de prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Assembleia Legislativa e ao povo mineiro, nos termos do inciso XII, do artigo 90 da Constituição Estadual.

Os resultados alcançados pelo Governo Estadual estão dispostos no Balanço Geral do Estado – composto por demonstrações contábeis e demais relatórios de natureza orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades que integram a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, Fundos Estaduais e Empresas Estatais Dependentes – bem como, neste Relatório Contábil que evidencia por meio de análises detalhadas, gráficos e tabelas comparativas o resultado das ações governamentais em 2014.

Objetivando maior transparência associada ao cumprimento das exigências legais, a Superintendência Central de Contadoria Geral apresenta no exercício de 2014 as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual sob duas óticas: das novas Demonstrações Contábeis no contexto do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp) e das demonstrações de acordo com a Lei Federal 4.320/64.

De forma mais desafiadora, entretanto mais prudente, Minas Gerais trabalhou no exercício de 2014 com duas estruturas contábeis distintas e paralelas: do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp) e do Plano de Contas Único (PCU), objetivando o acompanhamento e validação dos processos contábeis no contexto da nova contabilidade.

Os demonstrativos que integram o Balanço Geral, além de atenderem aos requisitos legais, compõem preciosa fonte de informação para os gestores públicos e para os cidadãos, pois demonstram a origem e aplicação dos recursos públicos e, por consequência, a gestão do patrimônio governamental.



É nesse sentido que a Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda, dentre suas competências institucionais, apresenta o trabalho em questão, que contribui para a evidenciação das principais ações do Governo do Estado no exercício de 2014.

Belo Horizonte, 20 de março de 2015.

Maria da Conceição B. de Rezende Ladeira

Superintendente Central de Contadoria Geral

CRC MG – 068.609-8



Sumário

1 – Orçamento.....	5
1.1 – Alterações Orçamentárias.....	7
2 – Balanço Orçamentário.....	9
3 – Despesa Orçamentária Fiscal.....	12
3.1 – Despesas Correntes.....	14
3.2 – Despesa de Capital.....	20
3.3 – Despesa por Função.....	30
4 – Receita Orçamentária Fiscal.....	34
4.1 – Receitas Correntes.....	36
4.2 – Receitas de Capital.....	48
5 – Balanço Financeiro.....	54
6 – Balanço Patrimonial.....	59
6.1 – Ativo.....	62
6.1.1 – Ativo Circulante.....	63
6.1.3 – Ativo Permanente.....	70
6.1.4 – Ativo Compensado.....	73
6.2 – Passivo.....	74
6.2.1 – Passivo Circulante.....	75
6.2.2 – Exigível a Longo Prazo.....	79
7 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais.....	85
7.1 – Variações Ativas.....	86
7.2 – Variações Passivas.....	92
8 – Indicadores Fiscais e Constitucionais.....	98
8.1 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).....	99
8.1.1 – Balanço Orçamentário.....	100
8.1.2 – Despesa por Função e Subfunção.....	100
8.1.3 – Resultados Primário e Nominal.....	101
8.1.4 – Restos a Pagar Processados e Não Processados.....	103
8.1.5 – Parcerias Público Privadas.....	103
8.1.6 – Receita Corrente Líquida (RCL).....	104
8.2 – Relatório de Gestão Fiscal (RGF).....	105
8.2.1 – Despesa com Pessoal.....	106
8.2.2 – Dívida Consolidada Líquida (DCL).....	107
8.2.3 – Disponibilidade de Caixa.....	109
8.3 – Constitucionais.....	110
9 – Notas Explicativas.....	114
9.1 – Demonstrações Contábeis.....	114
9.2 – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp).....	114
9.3 – Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).....	115
9.4 – Plano de Previdência Complementar MinasCaixa RP-2.....	115
9.5 – Ipsemg – Unidade de Tesouraria do Estado.....	116
9.6 – Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (Prevcom-MG).....	116
9.7 – Restituição de Recursos – Cemig.....	116
9.8 – Composição das Cotas Financeiras Concedidas e Recebidas.....	117
9.9 – Consolidação do Balanço Patrimonial.....	117
9.10 – Operações Intraorçamentárias da Receita e Despesa.....	118
9.11 – Empresas Estatais Dependentes.....	119
9.12 – Incorporação de dados do Legislativo.....	119



9.13 – Das Responsabilidades Técnicas	119
10 – Considerações Finais	121
11 – Legislação Básica.....	122
12 – Equipe Técnica	130
13 – Realização	131
14 – Bibliografia	132
15 – Siglário	134



1 – Orçamento

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos de um determinado período¹.

A Constituição Federal (CF) estabelece que o planejamento do setor público deve ser consolidado a partir do Plano Plurianual, que é denominado pela Constituição Mineira como Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), seguido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei de Orçamento Anual. Esses instrumentos devem ser articulados, interdependentes e compatíveis entre si, promovendo um planejamento de médio e curto prazo.

A Lei Orçamentária Anual, que integra tais instrumentos de planejamento, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988², tem o objetivo de nortear a Administração Pública quanto à alocação dos recursos públicos e é por seu intermédio que se identifica e mensura a previsão da receita e fixa a despesa para um determinado período.

Em sua obra Contabilidade Pública – Integrando União, Estados e Municípios, p. 19, São Paulo – SP, Ed. Atlas, Diana Vaz de Lima e Róbison Gonçalves de Castro assim conceituam orçamento público:

“Orçamento Público é o planejamento feito pela Administração Pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio da planificação das receitas a serem obtidas e pelos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à sociedade.”

¹-Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 5ª edição

²-Capítulo das Finanças Públicas, art.165



A materialização do orçamento na administração pública para o exercício de 2014 foi determinada por meio da Lei Orçamentária Anual, Lei n.º 21.148, de 15 de janeiro de 2014, que estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 75,016 bilhões, superior ao do exercício de 2013 em 10,15%, incluídas as receitas e despesas intraorçamentárias, conforme evidenciado na tabela 01.

Tabela n.º 01
Comparativo do Orçamento Fiscal – 2013/2014

R\$ milhares

Receita Orçamentária				Despesa Orçamentária			
Descrição	2013	2014	AH % (1)	Descrição	2013	2014	AH % (1)
Correntes	71.219.331	78.091.735	9,65	Correntes	58.486.462	64.210.341	9,79
Capital	3.500.778	4.298.966	22,80	Capital	9.171.264	10.375.894	13,13
Deduções	(6.618.477)	(7.374.476)	11,42	Reserva Contingência	443.906	429.991	(3,13)
Total	68.101.632	75.016.225	10,15	Total	68.101.632	75.016.225	10,15

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Da receita orçamentária prevista para o exercício de 2014, destacaram-se em sua composição os recursos ordinários³ no montante de R\$ 33,929 bilhões e os vinculados⁴ no valor de R\$ 41,087 bilhões, incluídas as receitas intraorçamentárias. Do total da receita ordinária, a de origem tributária ou dela decorrente representou próximo de 79% dos recursos, seguida pelas Transferências da União, em torno de 11%, e Receitas Patrimoniais com 9,8%. As demais receitas correntes inclusive as transferências aos municípios, somadas às de capital, representaram os recursos vinculados.

Do total da despesa fixada para 2014, 45,23% referem-se a aplicações decorrentes de recursos ordinários e 54,77% de recursos vinculados. O maior volume dos gastos foi com pessoal e encargos sociais, demais despesas correntes, investimentos, juros e encargos e amortização da dívida.

No que se refere aos investimentos, foram orçados R\$ 6,124 bilhões, importando em 8,1% do orçamento total, englobado os recursos ordinários e os vinculados.

³-Recursos disponíveis para livre aplicação – Manual de Receita Nacional

⁴-Recursos vinculados a algum órgão ou programação específica – Manual de Receita Nacional



Destaca-se que, gradativamente, a partir do exercício financeiro de 2009, vem sendo realizados os registros das Operações Intraorçamentárias⁵, que são aquelas relativas à Modalidade de Aplicação 91 – Aplicação Direta. Esse procedimento permite a eliminação das despesas decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal, conforme relatado na Nota Explicativa nº 9.10.

1.1 – Alterações Orçamentárias

No sentido de viabilizar as metas e prioridades da administração pública, observados os dispositivos legais em vigor, realizou-se abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício de 2014, a fim de aportarem recursos às autorizações de despesas não orçadas ou insuficientemente previstas no orçamento, no montante líquido de R\$ 10,029 bilhões.

A Lei Federal nº 4320/64, em seu art. 43, considera recursos para fins de aberturas de créditos adicionais os provenientes de:

- ✓ Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;
- ✓ Excesso de arrecadação;
- ✓ Operações de crédito; e
- ✓ Anulação de dotações orçamentárias ou créditos adicionais autorizados em lei.

A tabela a seguir evidencia a movimentação dos créditos orçamentários no exercício de 2014.

⁵-Nota Explicativa n.º 9.10



Tabela n.º 02
Créditos Orçamentários – 2014

Grupo de Despesa	Crédito Inicial (a)	Suplemen- tações	Anulações	R\$ milhares	
				Crédito Autorizado (b)	AH % (1)
1-Pessoal e Encargos Sociais	34.571.283	9.699.409	5.423.568	38.847.124	12,37
2-Juros e Encargos da Dívida	2.770.896	128.863	47.733	2.852.025	2,93
3-Outras Despesas Correntes	26.868.162	6.313.628	2.806.554	30.375.236	13,05
4-Investimentos	6.124.522	2.903.555	1.020.846	8.007.231	30,74
5-Inversões Financeiras	1.990.319	1.285.352	1.237.762	2.037.909	2,39
6-Amortização da Dívida	2.261.053	691.510	36.545	2.916.018	28,97
9-Reserva de Contingência	429.991	-	419.855	10.135	(97,64)
Total	75.016.225	21.022.318	10.992.864	85.045.679	13,37

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (b/a).

Na tabela 02, que explana os créditos autorizados de 2014, evidencia-se relevância nos grupos de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos que juntos participaram com 90,81% dos Créditos Autorizados.

O comportamento da execução orçamentária da receita e da despesa e o resultado fiscal será analisado em tópicos específicos dispostos neste relatório.



2 – Balanço Orçamentário

A previsão legal do Balanço Orçamentário encontra-se estabelecida no artigo 102 da Lei Federal n.º 4.320/64, que determina a evidenciação das receitas previstas com as arrecadadas e as despesas fixadas com as realizadas. Na LC 101/2000, o artigo 52, inciso I, reforça a transparência dos resultados, entretanto, em caráter bimestral e demonstrado de forma mais detalhada sendo:

- ✓ “Receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- ✓ Despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo”.

O balanço orçamentário, demonstrado na tabela 03 e elaborado de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, apresenta sinteticamente as informações consolidadas da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos Estaduais e Empresas Estatais Dependentes. Na parte das receitas constam os valores estimados, àqueles dispostos na Lei Orçamentária Anual (LOA), a previsão atualizada⁶ e o valor receita arrecadada. Na parte das despesas evidencia o crédito inicial, o autorizado⁷ e as despesas executadas no exercício financeiro.

Tabela n.º 03
Demonstrativo do Balanço Orçamentário – 2014

Categoria Econômica/Origem	Previsão Inicial	Receita		Diferença (1)	Variação (2)
		Previsão Atualizada	Valor Arrecadado		
1-Receitas Correntes	70.717.259	72.330.323	70.445.539	(271.720)	(0,38)
Tributárias Líquidas	40.046.478	40.046.528	40.929.054	882.576	2,20
Tributárias	46.323.154	46.323.204	47.074.915	751.761	1,62
Dedução Fundeb	(6.276.676)	(6.276.676)	(6.145.861)	130.815	(2,08)
Contribuições	6.493.120	6.493.120	6.604.434	111.314	1,71
Patrimoniais Líquidas	4.206.164	4.520.071	2.158.664	(2.047.499)	(48,68)
Patrimonial	4.206.164	4.520.071	2.159.014	(2.047.149)	(48,67)
Deduções	-	-	(350)	(350)	-
Agropecuária	5.821	5.821	5.928	107	1,84
Industrial	356.477	356.477	424.865	68.388	19,18
Serviços	576.056	616.158	537.898	(38.158)	(6,62)
Transferências Correntes Líquidas	12.549.149	12.717.925	12.433.594	(115.556)	(0,92)

continua. . .

⁶-Composta pelo “surgimento de nova natureza de receita não prevista quando da aprovação da LOA” – 5ª edição Manual Demonstrativos Fiscais (MDF).

⁷-Representado pelo valor do orçamento acrescido do crédito adicional e demais alterações.



... continuação

Transferências Correntes	13.343.875	13.512.651	13.223.130	(120.746)	(0,90)
Dedução Fundeb	(794.726)	(794.726)	(789.536)	5.190	(0,65)
Outras Receitas Correntes Líquida	6.483.995	7.574.223	7.351.102	867.107	13,37
Outras Receitas Correntes	6.787.069	7.877.297	7.619.390	832.321	12,26
Dedução Fundeb	(303.074)	(303.074)	(268.288)	34.786	(11,48)
2-Receitas de Capital	4.298.966	5.489.265	2.901.897	(1.397.069)	(32,50)
Operações de Crédito	3.281.409	3.289.609	335.524	(2.945.885)	(89,78)
Alienação de Ativos	8.875	902.676	951.278	942.403	10.618,63
Amortização de Empréstimos	385.031	385.531	454.113	69.082	17,94
Transferências de Capital	562.637	820.435	1.110.425	547.788	97,36
Outras Receitas de Capital	61.015	91.015	50.557	(10.458)	(17,14)
Subtotal (I)	75.016.225	77.819.588	73.347.436	(1.668.789)	(2,22)
Déficit	-	-	2.165.489	2.165.489	
Total	75.016.225	77.819.588	75.512.925	496.700	0,66

Categoria Econômica/Grupo	Crédito Inicial	Despesa		Diferença (3)	Variação (4)
		Crédito Autorizado	Despesa Realizada		
1-Despesas Correntes	64.159.440	72.074.385	66.985.778	2.826.338	4,41
Pessoal e Encargos Sociais	34.571.283	38.847.124	36.576.264	2.004.981	5,80
Juros e Encargos da Dívida	2.770.896	2.852.025	2.842.739	71.843	2,59
Outras Despesas Correntes	26.817.261	30.375.236	27.566.775	749.513	2,79
2-Despesas de Capital	9.265.402	12.961.152	8.527.147	(738.255)	(7,97)
Investimentos	6.124.522	8.007.231	4.168.386	(1.956.135)	(31,94)
Inversões Financeiras	879.827	2.037.902	1.457.182	577.354	65,62
Amortização da Dívida	2.261.053	2.916.018	2.901.579	640.527	28,33
3-Reserva de Contingência	480.892	10.135	-	-	-
Reserva do RPPS	1.110.492	7	-	-	-
Subtotal (I)	75.016.225	85.045.679	75.512.925	496.700	0,66
Total	75.016.225	85.045.679	75.512.925	496.700	0,66

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) Diferença (Valor Arrecadado/Previsão Inicial);

2) Variação (Valor Arrecadado/Previsão Inicial);

3) Diferença (Despesa Realizada/Crédito Inicial);

4) Variação (Despesa Realizada/Crédito Inicial).

No exercício de 2014, o Governo de Minas Gerais arrecadou receitas no montante de R\$ 73,347 bilhões, com destaque para as principais arrecadações compostas pelas receitas tributárias e transferências correntes. A receita de capital, no valor de R\$ 2,9 bilhões, obteve uma realização bem inferior à prevista, sobretudo nas receitas de operações de crédito. Análise mais detalhada sobre a receita encontra-se no tópico 4 deste relatório.

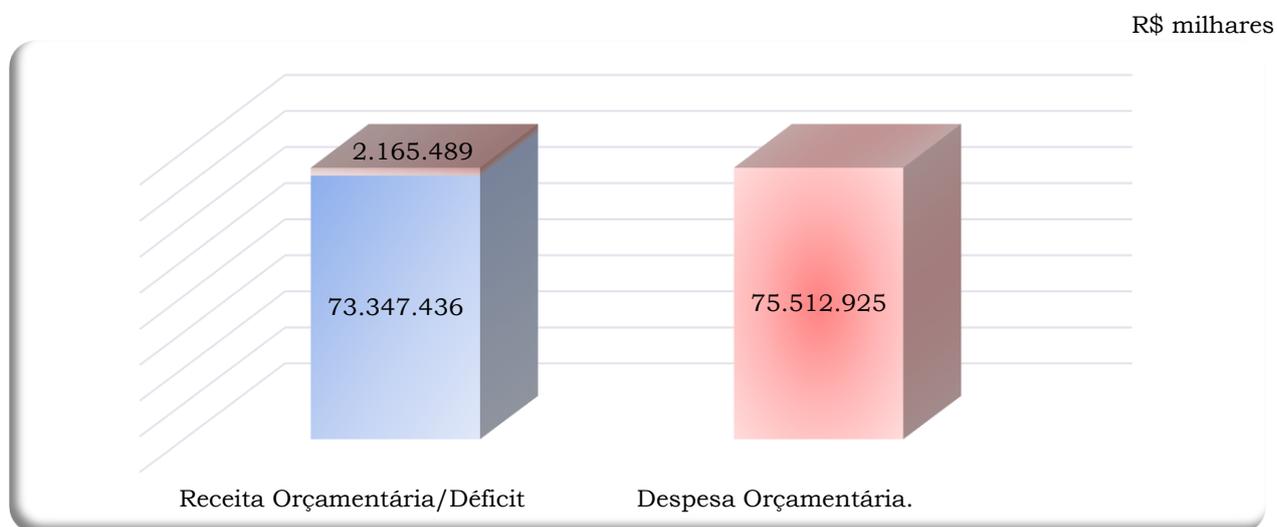
Quanto às despesas executadas em 2014, no valor de R\$ 75,512 bilhões, as de pessoal e encargos expressaram maior relevância, seguidas das despesas de custeio incluídas nestas



as transferências aos municípios. Quanto aos Investimentos do Estado em 2014, o valor executado foi bem inferior se comparado ao crédito autorizado no exercício, executando aproximadamente metade do crédito orçamentário autorizado.

O gráfico a seguir demonstra o resultado orçamentário deficitário⁸ do Estado em 2014, na ordem de R\$ 2,165 bilhões. No exercício de 2013, o resultado fiscal também foi deficitário no montante de R\$ 948 milhões.

Gráfico n.º 01
Demonstrativo das Receitas e Despesas Orçamentárias – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG
Nota: Considerados os valores brutos (2014).

A análise detalhada da despesa executada no exercício de 2014 encontra-se disposta no tópico 3 deste relatório.

⁸-Diferença a menor entre as Receitas e as Despesas Executadas.



3 – Despesa Orçamentária Fiscal

A Despesa Orçamentária Fiscal, constituída pelos gastos executados em ações de governo, previamente estabelecidos nos valores fixados na Lei Orçamentária Anual e devidamente aprovados pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais⁹, será apresentada neste capítulo por meio de conceitos e análises.

Conforme o artigo 12, da Lei Federal 4.320/64, a classificação da despesa apresenta-se em duas categorias econômicas: corrente e capital. Constituem despesas correntes aquelas de natureza operacional, realizadas pela Administração Pública para a manutenção e funcionamento dos serviços prestados pelo Poder Público, e de capital, as caracterizadas como despesas cujo objetivo é o de adquirir bens de capital, novos ou usados, por meio dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico, ou seja, de formar e ou adquirir, dentre outros, ativos reais, incluindo aqui as ações de governo destinadas à execução de obras, compra de bens móveis, imóveis e equipamentos em geral.

A despesa total do Estado somou R\$ 75,513 bilhões em 2014, o que acarretou um acréscimo de 5,02% em relação a 2013. Esse montante foi distribuído entre as Correntes, que alcançaram participação relativa de 88,71% e variação positiva de 9,72%, e as de Capital, que executaram 11,29% da despesa total e apresentaram redução de 21,46%.

A participação individualizada por grupo de despesa orçamentária em 2014, especificada na tabela 04, encontra-se demonstrada no gráfico seguinte.

⁹-<http://www.planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento/orcamento-do-estado-de-minas-gerais/orcamento-2014>



Tabela n.º 04

Comparativo da Despesa Orçamentária Realizada – 2013/2014

Categoria/Grupo de Despesa	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Despesas Correntes	61.050.095	66.985.778	88,71	9,72
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.234.673	36.576.264	48,44	20,97
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.666.432	2.842.739	3,76	6,61
3 - Outras Despesas Correntes	28.148.989	27.566.775	36,51	(2,07)
Despesas de Capital	10.856.435	8.527.147	11,29	(21,46)
4 - Investimentos	4.275.076	4.168.386	5,52	(2,50)
5 - Inversões Financeiras	1.370.062	1.457.182	1,93	6,36
6 - Amortização da Dívida	5.211.297	2.901.579	3,84	(44,32)
Total (3)	71.906.530	75.512.925	100,00	5,02

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

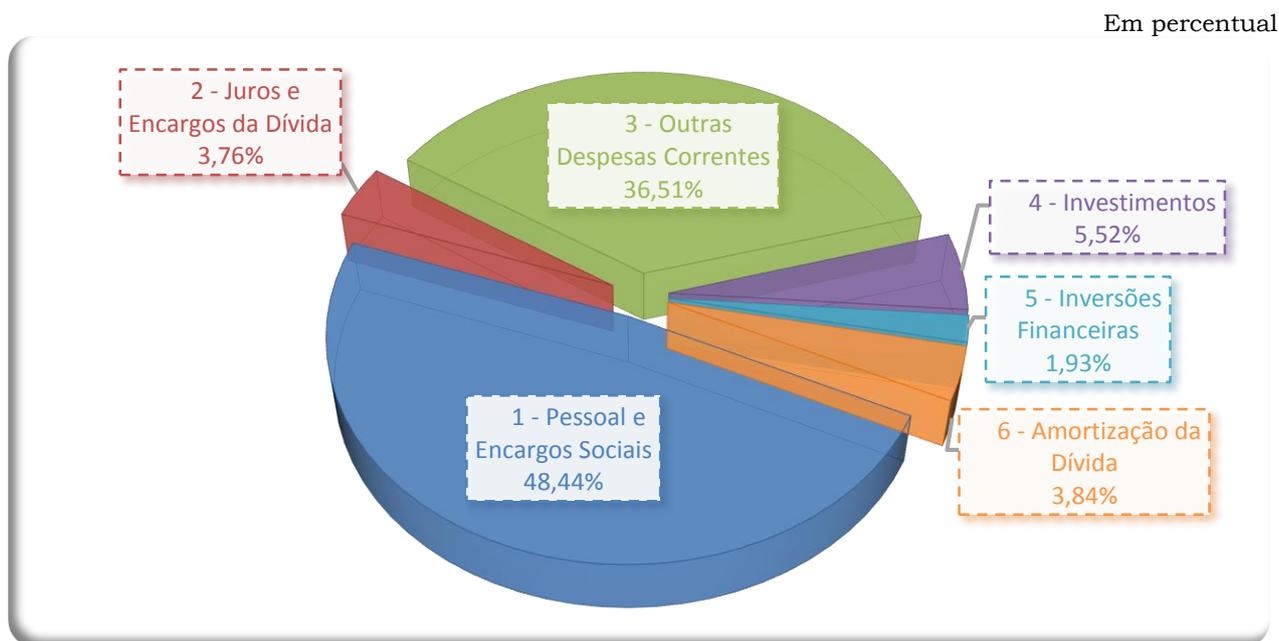
Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013);

3) Incluídas as despesas intraorçamentárias.

Gráfico n.º 02

Participação da Despesa Orçamentária Realizada por Grupo – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Verifica-se em 2014, que no total dos dispêndios as maiores participações relativas foram registradas principalmente nos seguintes Órgãos e Entidades: EGE/SEF – Encargos Diversos com 28,15%, Secretaria de Educação 11,32%, Fundo Financeiro de Previdência 10,68% e Polícia Militar 10,23%. Coube aos Tribunais de Justiça, Justiça Militar e Tribunal de Contas do Estado participação de 5,58% do total da despesa realizada, dentre eles, o

Despesa Orçamentária Fiscal



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais foi o mais representativo com execução de 4,72% e as demais unidades orçamentárias dos Poderes Executivo e Legislativo participaram com 34,05% da despesa total.

3.1 – Despesas Correntes

Em 2014, o montante do dispêndio nessa categoria foi composto pelas despesas de pessoal, juros e encargos da dívida e demais despesas correntes, representando 89% do total realizado.

Tabela n.º 05
Comparativo da Despesa Corrente por Grupo – 2013/2014

Despesa Corrente por Grupo	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.234.673	36.576.264	54,60	20,97
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.666.432	2.842.739	4,24	6,61
3 - Outras Despesas Correntes	28.148.989	27.566.775	41,15	(2,07)
Total (3)	61.050.095	66.985.778	100,00	9,72

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

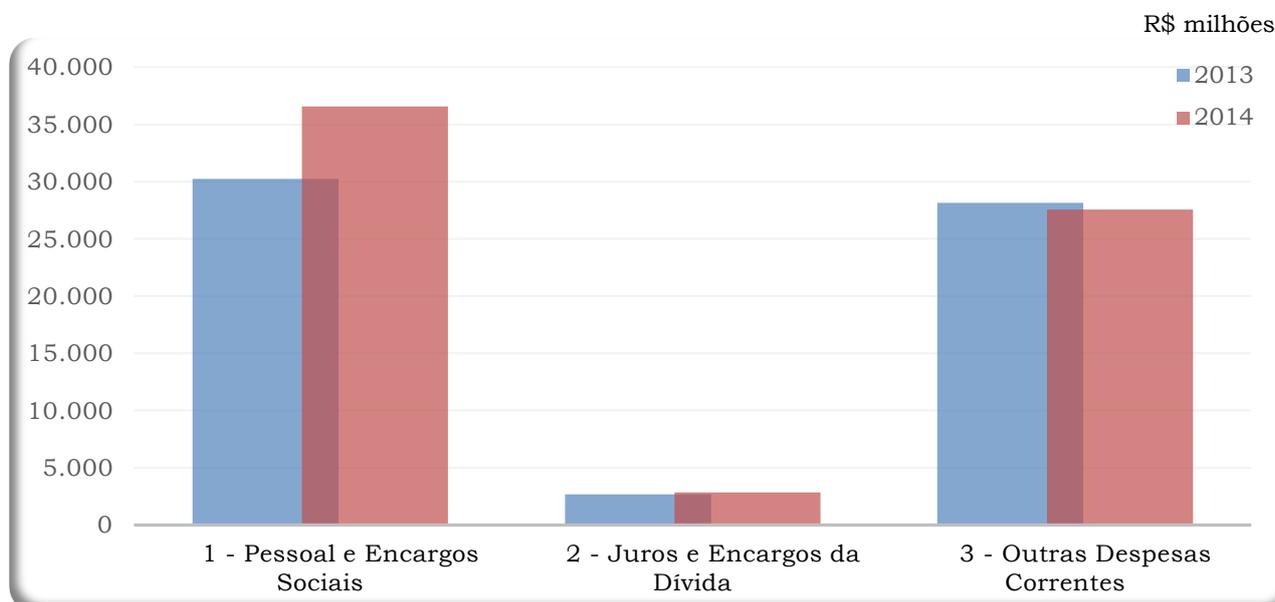
2) AH – Análise Horizontal (2014/2013);

3) Incluídas as despesas intraorçamentárias.

Conforme tabela 05, as despesas correntes apresentaram acréscimo de 9,72% em relação ao exercício de 2013, sendo que a representatividade da Despesa de Pessoal e das Outras Despesas Correntes influenciaram de forma relevante nessa variação.



Gráfico n.º 03
Comparativo da Despesa Corrente por Grupo – 2013/2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Do montante de R\$ 36,576 bilhões, referente a gastos com Pessoal e Encargos Sociais, grande parte foi concentrada no Poder Executivo, 82,96%, incluídas as despesas da Defensoria Pública, no Poder Judiciário, 9,82%, e restando aos demais Poderes 7,21%.

Dentre as unidades orçamentárias, as mais representativas na composição das despesas de pessoal e encargos sociais foram a Polícia Civil e Militar com R\$ 8,488 bilhões, o Fundo Financeiro de Previdência R\$ 8,066 bilhões, a Secretaria de Estado de Educação R\$ 6,540 bilhões e os Tribunais de Justiça do Estado e Militar com execução de R\$ 3,593 bilhões.

Das despesas com Pessoal e Encargos, que somaram R\$ 36,576 bilhões em 2014, o dispêndio com pessoal ativo representou 58,12%, seguido pela despesa com inativos e pensionistas 39,46% e com pessoal terceirizado 2,42%.

Segregando as despesas com Pessoal e Encargos Sociais nas principais Funções de Governo, observa-se que 87,53% dos gastos foram aplicados nas funções Educação, Previdência Social, Segurança Pública, Judiciária e Saúde, perfazendo o total de R\$ 32,016 bilhões, ficando as demais com dispêndios no valor de R\$ 4,561 bilhões, 12,47% de participação.



O grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais apresentou elevação de 20,97% no biênio 2014 – 2013, oriunda, principalmente, nos fatores relacionados aos reajustes concedidos às carreiras de segurança pública e educação básica, somados ao resultado do crescimento vegetativo da folha, do ingresso de novos servidores, de reajustes e incorporações de gratificações, dos novos posicionamentos de servidores e de reajustes salariais para categorias do funcionalismo estadual, no âmbito da Política Remuneratória dos Servidores Públicos.

A segunda despesa com maior representatividade na categoria corrente, refere-se às Outras Despesas Correntes, grupo esse que representou 36,51% do total das despesas executadas em 2014, com relevância nos elementos de despesas destacados na tabela 06.

Tabela n.º 06
Comparativo das Outras Despesas Correntes por Elemento de Despesa – 2013/2014

Descrição	2013	2014	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Distribuição Const. ou Legal de Receitas	10.801.367	11.610.702	42,12	7,49
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.102.239	3.982.355	14,45	(2,92)
Aporte p/Cobert. do Déficit Atuarial do RPPS	5.191.131	3.531.019	12,81	(31,98)
Contribuições	1.033.973	2.943.601	10,68	184,69
Material de Consumo	1.035.331	996.398	3,61	(3,76)
Demais	5.984.948	4.502.699	16,33	(24,77)
Total (3)	28.148.989	27.566.775	100,00	(2,07)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013);

3) Incluídas as despesas intraorçamentárias.

Dentre os gastos mais expressivos nesse grupo, destacaram-se os seguintes Elementos de Despesa:

- ✓ Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas, com execução de R\$ 11,611 bilhões decorrente da distribuição aos municípios da arrecadação de receitas tributárias, ICMS e IPVA, e do recebimento de dívida ativa e juros de mora desses impostos, cujo montante, executado em sua totalidade pela Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos Gerais do Estado, estão incluídas também as transferências constitucionais recebidas da União relativas ao IPI e à Cide;



- ✓ Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, com participação de 14,45% dos gastos do grupo das Outras Despesas Correntes, observa-se uma redução na realização de serviços prestados no valor aproximado R\$ 120 milhões se comparado ao exercício anterior. Nesse elemento de despesa, os itens com valores mais expressivos executados totalizaram R\$ 3,554 bilhões:
- Serviços de Saúde, R\$ 1,679 bilhão, sendo:
 - R\$ 828 milhões executados com recursos do SUS pelo Fundo Estadual de Saúde e aplicados integralmente no programa Atenção à Saúde no projeto atividade Assistência Ambulatorial e Hospitalar. Apresentou variação positiva de 17,03% (R\$ 120 milhões) quando comparado ao exercício de 2013;
 - R\$ 852 milhões decorrentes de serviços prestados por Pessoa Jurídica, com maior representatividade os gastos realizados nos projetos:
 - Rede de Atenção à Saúde Contratada no valor de R\$ 314 milhões;
 - Assistência Médico-Hospitalar aos Segurados Militares e a seus Dependentes no montante de R\$ 269 milhões;
 - As demais ações totalizaram R\$ 268 milhões.
 - Serviços com Fornecimento de Alimentação somaram R\$ 262 milhões, sendo 84,36% aplicados em segurança pública e voltados principalmente ao projeto de custódia e ressocialização de presos;
 - Destacam-se também os dispêndios com Serviços, que juntos somaram uma execução de R\$ 1,042 bilhão, assim distribuídos:
 - Telecomunicações (R\$ 58 milhões);
 - Postal telegráficos (R\$ 95 milhões);
 - Publicidade (R\$ 115 milhões);
 - Tecnologia da Informação (R\$ 175 milhões);
 - Serviços de Produção e Logística de Medicamentos no valor de R\$ 158 milhões;
 - De tarifas de água e esgoto cujo dispêndio foi de R\$ 132 milhões;
 - Serviços de Informática Executados pela Prodemge, R\$ 110 milhões;
 - Energia Elétrica e também os contratos e os demais de Energia, que juntos somaram R\$ 105 milhões;
 - Cursos de formação e capacitação ao Cidadão, aos servidores bem



como aqueles promovidos pelo Estado no montante de R\$ 96 milhões.

- Ressalta-se ainda, gastos de aproximadamente R\$ 118 milhões, distribuídos em serviços de reparos em Veículos R\$ 10 milhões; em Bens Imóveis R\$ 41 milhões e em Equipamentos e Instalações e Material Permanente R\$ 66 milhões.

- ✓ Material de Consumo, com o valor executado de R\$ 996 milhões e participação próxima de 4% no grupo em tela, apresentou um decréscimo de 3,76%, ou seja, R\$ 39 milhões, quando comparado ao exercício de 2013, com destaque para:
 - Medicamentos: somaram R\$ 599 milhões, ou seja 60% dos gastos com Material de Consumo. Apresentou participação relevante as despesas realizadas pelo Fundo Estadual de Saúde no montante de R\$ 419 milhões, principalmente pela aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos básicos e de alto custo. Ainda o montante de R\$ 131 milhões realizado pela Fundação Ezequiel Dias, aplicado em quase sua totalidade no suporte profilático e terapêutico principalmente nos projetos "Produção e Distribuição Imunobiológicos" e "Produção e Distribuição de medicamentos – Programa Nacional de Medicamentos". Outros R\$ 49 milhões foram executados pelos diversos órgãos e entidades do Estado.
 - Aquisição de Material Médico Hospitalar: somou em 2014 R\$ 106 milhões, desse montante, R\$ 82 milhões foram distribuídos principalmente nos projetos atividades relacionados abaixo:
 - "Gestão da Política Hospitalar", R\$ 30 milhões aplicados, em sua totalidade, no programa Saúde Integrada nos complexos (MG Transplante, de Especialidades e de Hospitais Gerais, de Reabilitação e Cuidado ao Idoso, de Saúde Mental, de Urgência e Emergência). Esse programa tem como objetivo “prover para a população serviços de saúde de qualidade e assistência hospitalar de importância estratégica por meio de estruturas hospitalares organizadas, bem como formular, acompanhar e avaliar a política de gestão hospitalar no Estado de Minas Gerais”¹⁰;
 - No projeto "Desenvolvimento do Programa de Sangue e Hemoderivados" foram executados R\$ 22 milhões, 70,58% a mais que em 2013.

¹⁰-http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/portifolio_estrategico/4_rede_atencao_saude.pdf.



- Aplicados basicamente na assistência Hematológica e Hemoterápica, que tem como finalidade “Oferecer tecidos e materiais biológicos seguros e de alta qualidade técnica para realização de procedimentos de alta complexidade no âmbito do sistema de saúde pública”¹¹;
- "Assistência Médico-Hospitalar", a execução somou R\$ 16 milhões. Esse programa de Serviços Próprios de Atenção à Saúde dos Beneficiários tem por finalidade “prestar serviços integrados de atenção à saúde aos beneficiários com qualidade, sustentabilidade e em consonância com a rede assistencial do Ipsemg”¹²;
 - "Distribuição de Medicamentos Básicos", foram dispendidos R\$ 14 milhões, executados por meio do programa Saúde Integrada, que tem como objetivo “garantir a disponibilidade de medicamentos básicos, de alto custo e estratégicos para a população, com os menores custos de aquisição e com eficientes armazenamentos e distribuição”¹³.
- ✓ Contribuições, no valor de R\$ 2,944 bilhões, que apresentaram crescimento de 184,69% quando comparado com o exercício anterior. As contribuições são decorrentes de:
- R\$ 1,668 bilhão, despesas executadas no Fundo Estadual de Saúde – FES destinadas às unidades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig, Fundação Ezequiel Dias, Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais – Hemominas e Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, no contexto do cumprimento dos gastos com a Saúde, de acordo com a Lei 141/2012;
 - R\$ 1,248 bilhão referente às despesas, com relevância nos projetos de Ampliação da Cobertura Populacional do Programa Saúde da Família (PSF), Atendimento às Urgências e Emergências no Estado, Gestão da Política Hospitalar – Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais e Transporte Escolar; e
 - R\$ 27 milhões e R\$ 750 mil das transferências ao Fundhab e Prevcom-MG, respectivamente.

¹¹-http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/ppag/2012-2015/planejamento/Revis%C3%A3o_2015/PPAG_Volume_I_proposta.pdf

¹²-http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/ppag/2012-2015/planejamento/Revis%C3%A3o_2015/PPAG_Volume_I_proposta.pdf

¹³-http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/portifolio_estrategico/4_rede_atencao_saude.pdf



Finalizando a análise das despesas correntes, os dispêndios realizados com Juros e Encargos da Dívida serão analisados juntamente com Amortização da Dívida, para efeito de comparação.

3.2 – Despesa de Capital

São caracterizadas como despesas cujo objetivo é o de adquirir bens novos ou usados de capital, por meio dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico, ou seja, de formar e ou adquirir, dentre outros, ativos reais, incluindo aqui ações de governo destinadas à execução de obras, compra de bens móveis, imóveis e equipamentos em geral.

Tabela n.º 07
Comparativo da Despesa de Capital – 2013/2014

Despesa de Capital por Grupo	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
4 - Investimentos	4.275.076	4.168.386	48,88	(2,50)
5 - Inversões Financeiras	1.370.062	1.457.182	17,09	6,36
6 - Amortização da Dívida	5.211.297	2.901.579	34,03	(44,32)
Total	10.856.435	8.527.147	100,00	(21,46)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

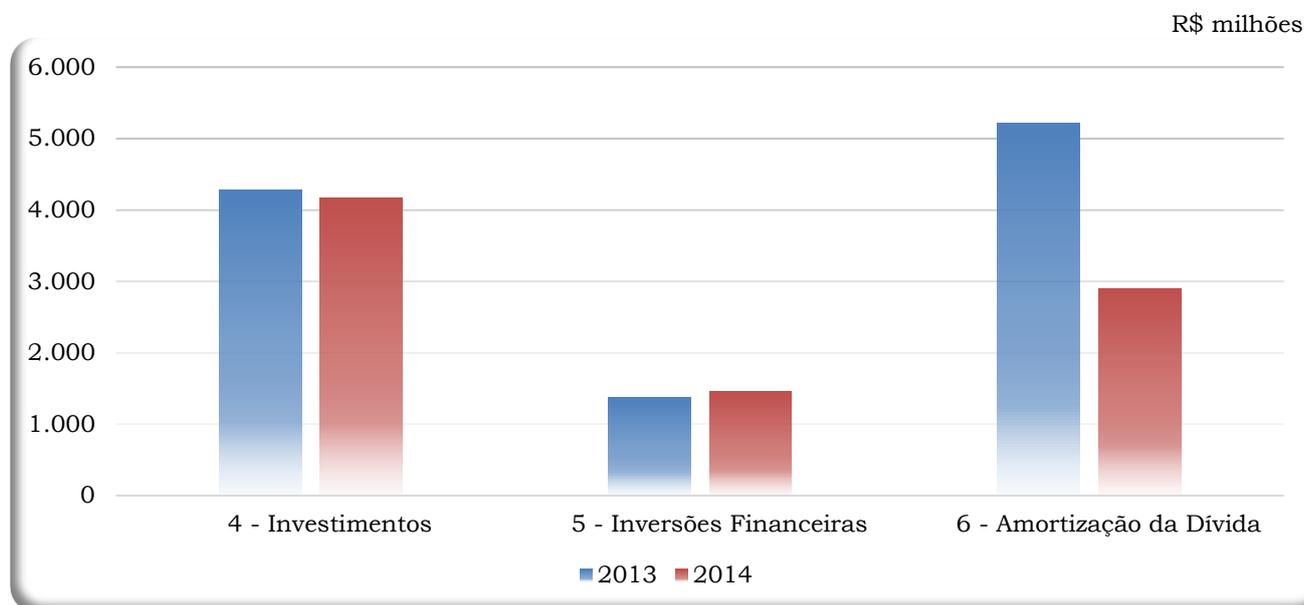
Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Em confronto com os valores apresentados no exercício anterior, o montante da Despesa de Capital em 2014 representou cerca de 79% do realizado em 2013, atingindo o patamar de R\$ 8,527 bilhões, participando no total da Despesa Orçamentária Fiscal com 11,29%. A seguir gráfico ilustrativo da comparação entre os exercícios.



Gráfico n.º 04
Demonstrativo da Despesa de Capital – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Dessa categoria, destaque para o grupo das despesas com Investimentos, seguido pelas Amortizações da Dívida Pública, sendo que o primeiro alcançou o montante de R\$ 4,168 bilhões em 2014, ou seja, 48,88% de participação, com maior representatividade nos elementos de despesas Obras e Instalações e Auxílios, que juntos alcançaram mais de 80% do total desse grupo de investimento, destacando-se as execuções com:

✓ Obras e Instalações: totalizaram R\$ 2,098 bilhões, dos quais destacam-se os seguintes órgãos e projetos:

- Departamento de Estradas de Rodagem (DER), executou R\$ 1,392 bilhão, em especial, nos projetos "Caminhos de Minas" foram investidos R\$ 734 milhões e na "Recuperação e Manutenção da Malha Viária Pavimentada e Não Pavimentada" R\$ 586 milhões. O primeiro tem como objetivo "aumentar a competitividade logística do Estado por meio da superação dos principais gargalos da infraestrutura". O segundo, "planejar as ações de intervenção na malha rodoviária sob a responsabilidade do Estado de MG, de modo a mantê-la em boas condições de trafegabilidade e recuperar as rodovias que não estejam



em boas condições”¹⁴. Coube aos demais projetos, algo em torno de R\$ 72 milhões;

- Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (Setop): realizou R\$ 213 milhões, dos quais, R\$ 121 milhões foram destinados ao projeto “Mobilidade na Copa”, tendo como finalidade proporcionar a plena operação da mobilidade durante o período de recepção da Copa das Confederações e da Copa do Mundo 2014. Outro projeto é o destinado aos “Terminais Metropolitanos de Integração do Transporte Público Coletivo” no montante de R\$ 41 milhões, seguido do programa “Desenvolvimento Aeroviário” com recursos da ordem de R\$ 32 milhões. Os demais projetos a cargo dessa Secretaria de Estado somaram R\$ 19 milhões;
- Os fundos Estadual da Saúde, Especial do Poder Judiciário e de Desenvolvimento de Transportes juntos somaram R\$ 218 milhões, distribuídos nos programas destinados à aquisição, construção, reforma de unidades prediais, implantação de hospitais regionais, fiscalização e controle de velocidade, pesagens de cargas, segurança viária, fomento e fortalecimento da rede e ações da área da saúde. Outros R\$ 274 milhões foram executados por diversos órgãos e programas do governo estadual.

✓ Auxílios, no total de R\$ 1,257 bilhão, consignados nos seguintes órgãos e projetos:

- Fundo Estadual de Saúde, foram utilizados R\$ 485 milhões, dos quais:
 - R\$ 232 milhões voltados para o projeto de “fortalecimento da rede municipal da saúde”;
 - Outros R\$ 95 milhões pelo projeto “Vida no Vale” que visa a dotar os domicílios das regiões de planejamento das bacias hidrográficas que integram o Programa Travessia na região de planejamento Norte com serviços de qualidade de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário;
 - Valores da ordem de R\$ 61 milhões foram destinados ao projeto de “Ampliação da Estrutura a Atenção Primária à Saúde”, com “ênfase em ações de promoção, prevenção e assistência à saúde da família”¹⁵.

¹⁴-Disponível em: www.planejamento.mg.gov.br – Estratégia de Governo.

¹⁵-Disponível em: www.planejamento.mg.gov.br – Estratégia de Governo.



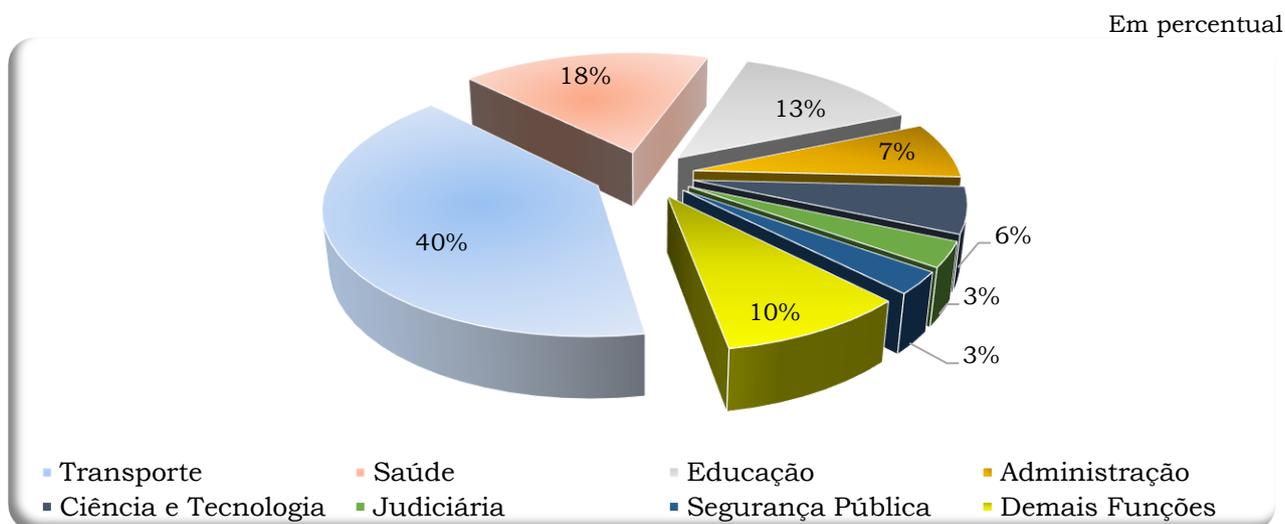
- Recursos da ordem de R\$ 60 milhões foram dirigidos à implantação de hospitais regionais; e
- R\$ 36 milhões a investimentos em diversos projetos da área da saúde, tais como, redes de urgência e emergência, atenção psicossocial e a usuários de álcool e drogas e promoção e execução de diversas estratégias ligadas à saúde.
- Secretaria de Estado de Educação, recursos da ordem de R\$ 425 milhões foram executados por essa secretaria, sendo:
 - R\$ 380 milhões utilizados em projetos na "Gestão da Infraestrutura do Sistema Estadual de Educação – Ensino Médio e Fundamental"; e
 - R\$ 45 milhões empregados em atendimentos a municípios e reinventando o ensino médio, visando a garantir o funcionamento adequado do sistema educacional, principalmente com ações de melhoria da infraestrutura física, mobiliário, e equipamentos escolares do ensino médio e fundamental.
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), utilização de cerca de R\$ 204 milhões em projetos diretamente ligados à capacitação de pesquisadores das instituições estaduais, à indução, inovação e transferência do conhecimento e ao fomento de projetos de pesquisa, investimento nas redes de inovações tecnológicas e expansão do ensino superior;
- O montante de R\$ 241 milhões foi utilizado em diversos outros auxílios pulverizados em outros órgãos e programas do governo de Minas.

Das despesas de investimentos evidenciadas por função no gráfico 05, têm-se as maiores execuções em 2014 nas seguintes funções:

- ✓ Transportes com R\$ 1,681 bilhão, ou seja, 40,32%;
- ✓ Saúde, atingindo R\$ 739 milhões, com 17,73%;
- ✓ Educação no montante de R\$ 556 milhões, 13,31%;
- ✓ R\$ 301 milhões na função Administração, seguida por Ciência e Tecnologia, Judiciária e Segurança Pública, que representaram o valor de R\$ 245 milhões, R\$ 133 milhões e R\$ 117 milhões, respectivamente. As demais atingiram R\$ 398 milhões.



Gráfico n.º 05
Demonstrativo dos Investimentos por Função – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

As despesas com Inversões Financeiras, destinadas à aquisição de bens de capital já em utilização ou constituição ou aumento de capital de entidades comerciais ou financeiras, totalizaram em 2014 o montante de R\$ 1,458 bilhão, constituído pela maioria das despesas detalhadas por elemento conforme tabela a seguir.

Tabela n.º 08
Comparativo das Despesas de Inversões Financeiras – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Aquisição de Imóveis	114.780	18.809	1,29	(83,61)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	95.285	132.738	9,11	39,31
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	966.781	1.111.611	76,29	14,98
Contribuições	11.953	11.953	0,82	-
Obras e Instalações	137.472	119.877	8,23	(12,80)
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	24.322	41.368	2,84	70,08
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.469	20.826	1,43	6,97
Total	1.370.062	1.457.182	100,00	6,36

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG
Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;
2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Destacam-se a seguir, os elementos de despesa que compõem o grupo das Inversões Financeiras com expressiva realização no biênio 2013/2014:



- ✓ R\$ 1,112 bilhão destinados ao aumento de capital social de empresas mantidas pelo Estado por participação acionária, com destaque para a Minas Gerais Participações S/A (MGI) que absorveu 95% desse total, restando 5,0% para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab), dentre outras;
- ✓ R\$ 133 milhões decorrentes de Concessão de Empréstimos e Financiamentos. Desse montante, grande parte foi destinada à conta de apoio à área habitacional, ou seja, R\$ 87 milhões, ao passo que os restantes R\$ 46 milhões destinados a atender projetos da área rural e da área da cultura;
- ✓ R\$ 120 milhões foram aplicados em Obras e Instalações e destinados à construção de unidades habitacionais de interesse social por intermédio do Fundo Estadual de Habitação (FEH);
- ✓ R\$ 93 milhões foram alocados em Aquisições de Imóveis, Auxílios Financeiros às Pessoas Físicas, Contribuições e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Completando a análise das despesas de Capital, a tabela 09 demonstra a Amortização da Dívida de Longo Prazo agregada às despesas com Juros e Encargos da Dívida (despesa corrente). Referem-se aos contratos cujo dispêndio realizado no exercício de 2014 foi de R\$ 5,744 bilhões, dos quais, 49,49%, ou seja, R\$ 2,843 bilhões referentes a Juros e Encargos, enquanto R\$ 2,902 bilhões, (50,51%), representaram as Amortizações da Dívida de Longo Prazo, ambos incluídos os valores devidos aos institutos de previdência.

Verifica-se também variação negativa de 27,08%, justificada principalmente pela amortização relacionada aos contratos autorizados pela Lei Federal 9.496, de 11 de setembro de 1997, referente ao refinanciamento da dívida pública, e também pela liquidação do saldo existente referente à operação CRC – Cemig em 2013.



Tabela n.º 09

Comparativo da Execução do Serviço da Dívida por Contrato – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Juros e Encargos da Dívida	2.666.432	2.842.739	49,49	6,61
Contratos da Lei 9496	1.574.487	1.596.133	27,79	1,37
Saneamento do Sistema Financeiro	606.643	611.844	10,65	0,86
Contratos da Lei 8727	10.823	262	0,00	(97,57)
Demais Contratos	450.141	605.092	10,53	34,42
Encargos	24.338	29.407	0,51	20,83
Amortização da Dívida	5.211.298	2.901.579	50,51	(44,32)
CRC – Cemig	2.465.646	-	-	-
Contratos da Lei 9496	779.344	885.043	15,41	13,56
Resíduo – Lei 9496	620.768	911.539	15,87	46,84
Saneamento do Sistema Financeiro	426.366	477.048	8,30	11,89
Resíduo do Saneamento Sistema Financeiro	206.184	298.288	5,19	44,67
Contratos da Lei 8727	215.252	18.851	0,33	(91,24)
Demais Contratos	330.776	276.851	4,82	(16,30)
Demais Encargos	166.961	33.959	0,59	(79,66)
Total	7.877.730	5.744.318	100,00	(27,08)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG e SCGOV/STE/SEF

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

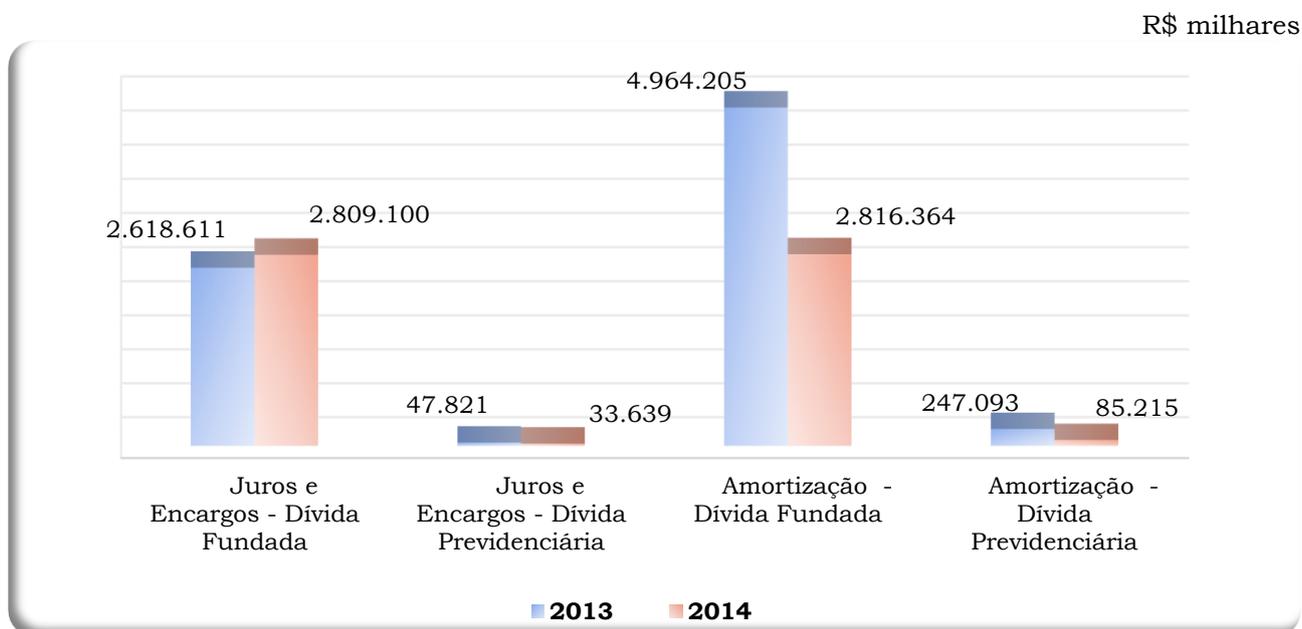
2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Cabe destacar que os dispêndios dos contratos relativos à Lei Federal 9.496/97 atingiram R\$ 3,393 bilhões, seguido dos valores consignados no saneamento do sistema financeiro com R\$ 1,387 bilhão, restando aos demais contratos o percentual da ordem de 16,79%.

O gráfico e tabela a seguir demonstram o comparativo do serviço da dívida no biênio de 2013/2014, separadamente as fundadas e as previdenciárias, sendo que a última tem como credor os Institutos de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (Ipsemg), dos Servidores Militares de Minas Gerais (IPSM) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)/Ministério da Fazenda.



Gráfico n.º 06
Comparativo do Serviço da Dívida por Grupo de Despesa – 2013/2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Tabela n.º 10
Comparativo do Serviço da Dívida por Grupo de Despesa – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares		
	2013	2014	AH % (1)
Dívida Fundada	7.582.816	5.625.464	(25,81)
Juros e Encargos	2.618.611	2.809.100	7,27
Amortização	4.964.205	2.816.364	(43,27)
Dívida Previdenciária	294.914	118.854	(59,70)
Juros e Encargos	47.821	33.639	(29,66)
Amortização	247.093	85.215	(65,51)
Total	7.877.730	5.744.318	(27,08)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG
Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Observando a despesa pelo enfoque das fontes de recursos em 2014, verifica-se que as despesas realizadas decorrentes de recursos ordinários, permanecendo o registro de que as despesas com Pessoal e Outras Despesas Correntes foram os mais expressivos, representaram, respectivamente, R\$ 17,561 bilhões e R\$ 11,295 bilhões. Juntas corresponderam aproximadamente a 81% do total da despesa. Do dispêndio com pessoal,



R\$ 10,321 bilhões referem-se aos vencimentos e vantagens fixas do pessoal Civil e Militar e R\$ 2,873 bilhões às obrigações patronais.

A execução da despesa com os recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) totalizou em 2014 R\$ 6,487 bilhões. Essa é a fonte responsável por grande parte do financiamento das ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Tabela n.º 11
Comparativo da Despesa Fiscal por Fonte – 2013/2014

		R\$ milhares			
Fonte de Recursos		2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
10	Recursos Ordinários	33.175.681	35.647.665	47,21	7,45
20	Recursos Const. Vinculados aos Municípios	10.799.770	11.607.469	15,37	7,48
23	Fundeb	5.691.718	6.486.887	8,59	13,97
58	Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	5.164.611	3.732.990	4,94	(27,72)
60	Recursos Diretamente Arrecadados	2.099.549	3.833.989	5,08	82,61
25	Operações de Crédito Contratuais	5.437.274	2.523.824	3,34	(53,58)
22	Recursos Sistema Único de Saúde – SUS	755.632	930.011	1,23	23,08
43	Contribuição do Servidor para o Funfip	967.988	1.314.663	1,74	35,81
42	Contribuição Patronal para o Funfip	1.547.959	1.998.652	2,65	29,12
49	Cont. Patronal do Estado aos Institutos de Previdência	1.023.586	1.092.076	1,45	6,69
27	Taxa de Segurança Pública	1.059.836	1.420.274	1,88	34,01
50	Cont. do Serv. do Estado aos Institutos de Previdência	902.352	961.241	1,27	6,53
Demais Fontes		3.280.574	3.963.182	5,25	20,81
Total		71.906.530	75.512.925	100,00	5,02

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Importante ressaltar que do montante realizado com ações desenvolvidas na área da educação, R\$ 4,357 bilhões foram executados no ensino fundamental, no ensino médio valores da ordem de R\$ 1,522 bilhão e o restante nas diversas outras áreas do ensino, sendo a maior parte destinada a programas cujos objetivos são os de:

- ✓ Promover educação básica de qualidade objetivando o crescimento pessoal, a formação cidadã e a emancipação dos estudantes; e visando ao aumento da proficiência e a permanência do aluno na sua trajetória escolar;



- ✓ Ampliar as oportunidades educacionais dos alunos visando à formação de novas habilidades e conhecimentos, pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas pela escola, inclusive por meio de parcerias;
- ✓ Reformular o ensino médio, reconstruindo sua identidade como última etapa da educação básica, de modo a permitir que os alunos estejam aptos ao exercício da cidadania no mundo contemporâneo, ao mesmo tempo preparados para o prosseguimento dos estudos e para o ingresso no mundo do trabalho;
- ✓ Ampliar a participação da família na vida escolar dos alunos do ensino médio, melhorar o relacionamento dos alunos e familiares junto à escola, além de incentivar que os pais ou responsáveis por estes alunos possam iniciar ou retomar os estudos, contribuindo, com isso, para a diminuição da evasão e aumento do rendimento escolar dos alunos atendidos;
- ✓ Melhorar a eficiência do ensino fundamental, por meio de intervenções pedagógicas que garantam a elevação dos índices de desempenho dos alunos do 6º ao 9º ano, com foco em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências;
 - Melhorar a eficiência do Ensino Fundamental por meio de intervenções pedagógicas que garantam a melhoria do desempenho dos alunos do Ciclo da Alfabetização e do Ciclo Complementar, com foco em Língua Portuguesa e Matemática;
 - Avaliar a qualidade do sistema público de educação básica de Minas Gerais, fornecendo informações para o planejamento, monitoramento e reformulação das políticas públicas educacionais;
 - Prover ensino de qualidade de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão, com melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis e na proficiência dos alunos.

Os dispêndios com recursos concentrados na fonte 60 em 2014, os quais são advindos das arrecadações obtidas diretamente nos órgãos e entidades do Estado, no montante de R\$ 3,834 bilhões, tiveram sua execução em diversas unidades do Estado, com destaque para aquela realizada pelo Fundo Financeiro de Previdência no valor de R\$ 2,563 bilhões, referentes aos benefícios previdenciários pagos pela unidade Secretaria de Educação – Folha de Pagamento Centralizada – Seplag.



3.3 – Despesa por Função

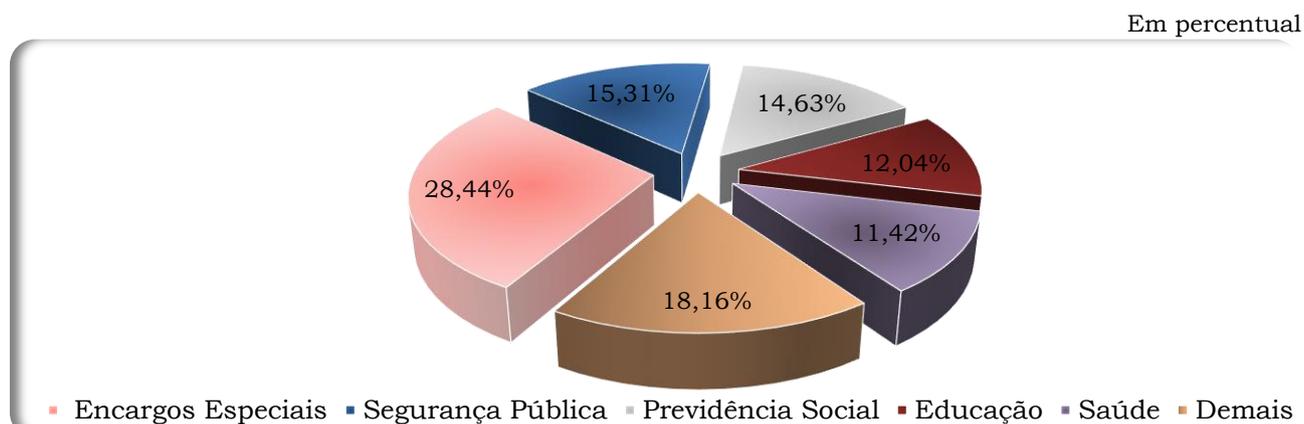
A despesa por função representa as ações de governo no menor detalhamento e possibilita identificar as áreas de atuação do Estado sendo essencial para a implantação do orçamento-programa. Enquanto as funções demonstram a área da atuação as subfunções os seus desdobramentos. Na tabela 12 estão demonstradas as áreas de maior atuação em 2014.

Tabela n.º 12
Demonstrativo da Despesa Fiscal por Função – 2014

Descrição	2014	R\$ milhares
		AV % (1)
Encargos Especiais	21.477.346	28,44
Segurança Pública	11.559.378	15,31
Previdência Social	11.046,722	14,63
Educação	9.093.989	12,04
Saúde	8.626.110	11,42
Demais	13.709.379	18,16
Total	75.512.925	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG
Nota: 1) AV – Análise Vertical/2014.

Gráfico n.º 07
Demonstrativo da Participação da Despesa Fiscal por Função – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

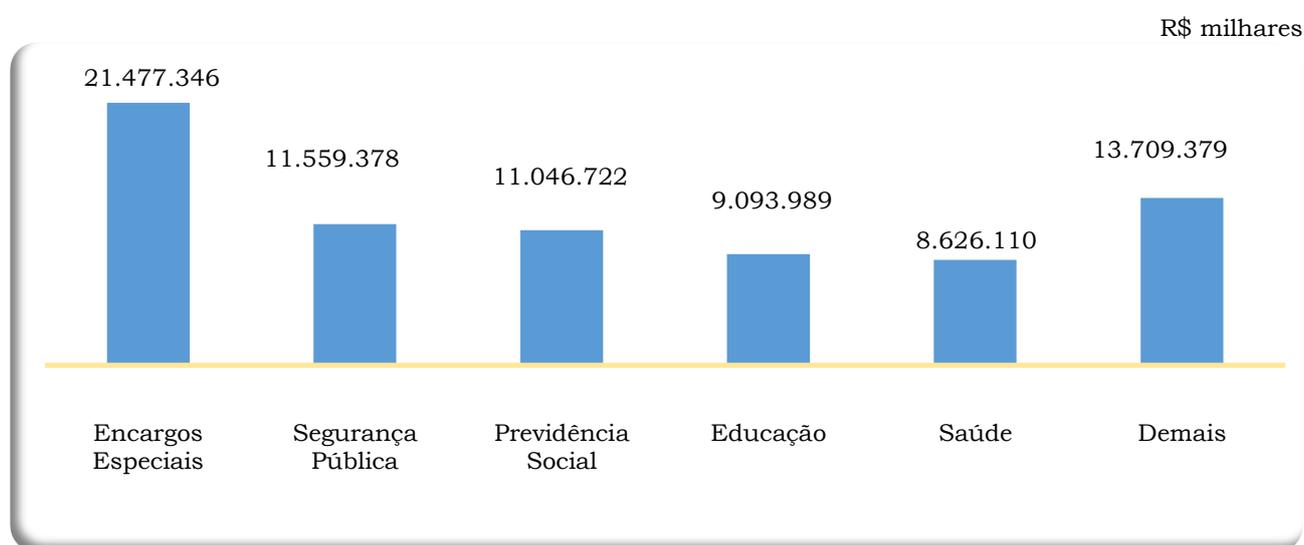
Ressalta-se que as áreas de maior atuação em 2014 apresentaram crescimento significativo em ações de Segurança Pública, Educação e Saúde, se comparado ao exercício anterior. Destas, observa-se maior execução nas unidades da Secretaria de Estado de Educação



R\$ 8,551 bilhões, Polícia Militar do Estado de Minas Gerais R\$ 7,722 bilhões e Fundo Estadual de Saúde R\$ 5,700 bilhões.

As ações de governo, em suas diversas áreas de atuação, estão evidenciadas no gráfico abaixo, que demonstra as principais funções da despesa fiscal realizada pelo Estado de Minas no exercício financeiro de 2014.

Gráfico n.º 08
Demonstrativo das Principais Despesa por Função – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

A função Segurança é uma das premissas essenciais a uma população. Em Minas Gerais o dispêndio destinado a essa função em 2014 foi de R\$ 11,559 bilhões, suplantando os valores consignados no exercício anterior em R\$ 4,858 bilhões. Destacaram-se as despesas realizadas nos principais projetos atividades no montante de R\$ 10,925 bilhões:

- ✓ Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo);
- ✓ Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – Cumprimento de Medidas Socioeducativas;
- ✓ Prevenção a Criminalidade;
- ✓ Policiamento Ostensivo Geral, de Meio Ambiente e de Trânsito;
- ✓ Custódia e Ressocialização de Presos;



- ✓ Remuneração de Pessoal Ativo, Encargos Sociais e Proventos de Inativo Militar, dentre outras.

As despesas realizadas na função Educação em 2014 totalizaram R\$ 9,094 bilhões, com acréscimo de 10,18% no último biênio, sendo que os Projetos/Atividades relacionados a seguir apresentaram maior expressividade no último exercício, com participação de 92,22% do total dessa função, quais sejam:

- ✓ Provimento e Gestão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como no Apoio Administrativo de Proventos do Ensino Fundamental;
- ✓ Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos bem como em Administração da Educação Especial e em Ação Educacional Regional;
- ✓ Ensino de Terceiro Grau, Gestão da Infraestrutura do Sistema Estadual de Educação – Ensino Fundamental e Médio;
- ✓ Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais; e
- ✓ Transporte e Alimentação Escolar.

Quanto à atuação em Saúde, as despesas totalizaram R\$ 8,626 bilhões, com variação positiva de 29,13% em relação ao exercício anterior. Citam-se relevância para as subfunções:

- ✓ Administração Geral, R\$ 3,264 bilhões, compreendida pelos programas Apoio à Administração Pública, Atenção à Saúde, Gestão da Escola de Saúde Pública, da Fundação Hospitalar de Minas Gerais, da Funed, da Hemominas, da Secretaria de Estado de Saúde, do Sistema Único de Saúde e Plano de Atenção à Saúde e Serviços Próprios de Atenção à Saúde dos Beneficiários;
- ✓ Assistência Hospitalar e Ambulatorial despesa no valor de R\$ 3,551 bilhões, realizada principalmente, dentre outros, nos programas:
 - Atenção à Saúde – R\$ 1,079 bilhão, destaque para o projeto de Assistência Hospitalar e Ambulatorial;
 - Saúde Integrada, nos projetos:
 - Gestão da Política Hospitalar, aproximadamente R\$ 379 milhões;
 - Implantação e Manutenção de Hospitais Regionais, R\$ 236 milhões;
 - Tele Minas Saúde, R\$ 2 milhões.



- ✓ Suporte Profilático e Terapêutico – R\$ 861 milhões; sendo R\$ 393 milhões na Saúde Integrada, R\$ 211 milhões no Desenvolvimento, Produção e Entrega de Imunobiológicos, R\$ 222 milhões na Gestão da Fundação Ezequiel Dias (Funed) e R\$ 34 milhões nos demais;
- ✓ Atenção Básica – R\$ 626 milhões, principalmente no projeto de Fortalecimento da Rede Municipal de Saúde, R\$ 330 milhões.

Por fim, na Função de Previdência Social foram executados R\$ 11,047 bilhões, sendo aproximadamente R\$ 10,794 bilhões na subfunção Previdência do Regime Estatutário, principalmente no programa Obrigações Especiais em benefícios previdenciários.

Finalizando a análise da despesa de 2014 por função, verifica-se que na relativa aos Encargos Gerais, 98,77% do total foram principalmente de despesas com Transferências Constitucionais a Municípios R\$ 11,611 bilhões; Gestão da Dívida Contratual Interna e Externa R\$ 5,626 bilhões; R\$ 445 milhões em captação de recursos para formação do Pasep; e R\$ 3,531 bilhões destinados à complementação financeira do Regime Próprio Previdenciário Social (RPPS).



4 – Receita Orçamentária Fiscal

A receita orçamentária engloba todos os ingressos disponíveis destinados à cobertura das despesas dessa natureza, que visa a atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. É proveniente da arrecadação dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos Estaduais e Empresas Estatais Dependentes, constituindo-se em duas categorias, as Correntes e as de Capital.

As Receitas Correntes são aquelas que aglutinam as de origem tributária, contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, serviços e outras dessa categoria, além daquelas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado. As de Capital advêm da realização de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital, dentre outras.

A Receita Orçamentária Fiscal do exercício financeiro de 2014, conforme tabela a seguir, totalizou R\$ 73,347 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 2,289 bilhões em relação ao exercício anterior, variação positiva de 3,37%. Nesses valores foram consideradas as deduções dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), bem como a dedução da receita Cota-Parte ICMS – Cessão de Direitos e redução da Receita Patrimonial referente à perda ocorrida na Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em renda fixa.



Tabela n.º 13
 Comparativo da Receita Orçamentária Fiscal – 2013/2014

Descrição	2013		2014		R\$ milhares	
	Arrecadada (a)	Previsão Atualizada (b)	Arrecadada (c)	AV % (1)	AH % (c/a) (2)	
Receitas Correntes (3)	70.936.190	79.704.800	77.649.574	105,87	9,46	
Receita Tributária	43.482.388	46.323.204	47.074.915	64,18	8,26	
Receita de Contribuição	5.202.683	6.493.120	6.604.434	9,00	26,94	
Receita Patrimonial	2.215.941	4.520.071	2.159.014	2,94	(2,57)	
Receita Agropecuária	5.167	5.821	5.928	0,01	14,72	
Receita Industrial	281.791	356.477	424.865	0,58	50,77	
Receita de Serviços	566.100	616.158	537.898	0,73	(4,98)	
Transferências Correntes	12.076.333	13.512.651	13.223.130	18,03	9,50	
Outras Receitas Correntes	7.105.787	7.877.297	7.619.390	10,39	7,23	
Deduções Receita Corrente	(7.005.808)	(7.374.476)	(7.204.035)	(9,82)	2,83	
1 – Total Receitas Correntes	63.930.381	72.330.324	70.445.539	96,04	10,19	
Receitas de Capital	7.028.065	5.489.265	2.901.897	3,96	(58,71)	
Operações de Crédito	5.875.699	3.289.609	335.524	0,46	(94,29)	
Alienação de Bens	152.194	902.676	951.278	1,30	525,04	
Amortização Empréstimos	447.531	385.531	454.113	0,62	1,47	
Transferências de Capital	437.009	820.435	1.110.425	1,51	154,10	
Outras Receitas de Capital	115.632	91.015	50.557	0,07	(56,28)	
2 – Total Receitas de Capital	7.028.065	5.489.265	2.901.897	3,96	(58,71)	
Total (1+2+3)	70.958.446	77.819.589	73.347.436	100,00	3,37	

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

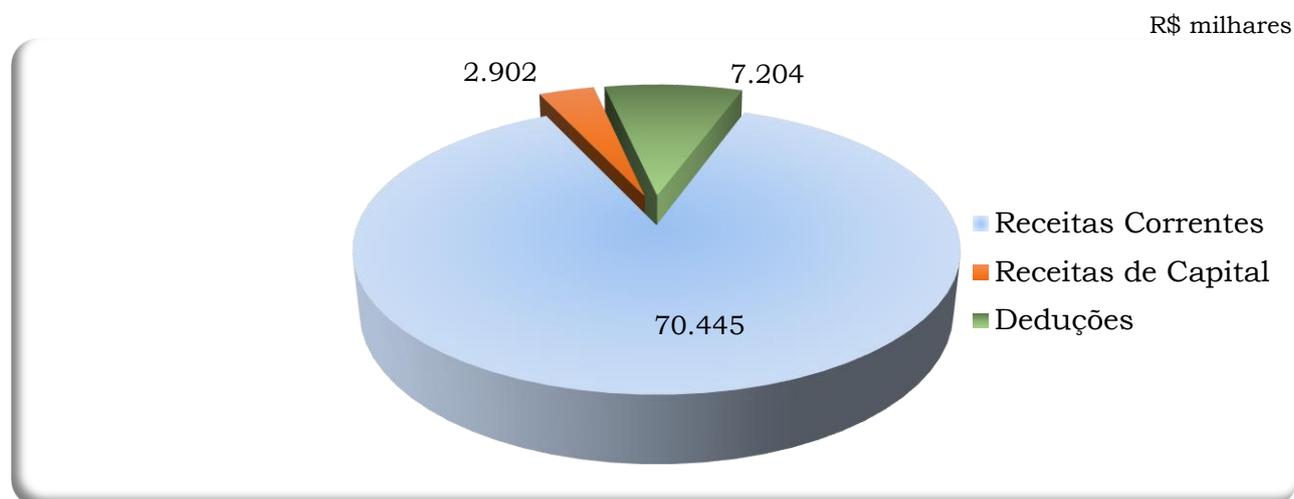
Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (Realizado 2014/Realizado 2013);

3) Incluídas as receitas intraorçamentárias.

O gráfico 09 a seguir evidencia a receita total arrecadada segregada em Correntes, Capital e deduções ocorridas no período.

Gráfico n.º 09
 Composição da Receita Orçamentária Fiscal – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



Analisando a composição da Receita, as Receitas Correntes representaram 96,04% do total e as Receitas de Capital 3,96%.

4.1 – Receitas Correntes

Em 2014, as receitas correntes (orçamentária e intraorçamentária), consideradas as deduções, totalizaram R\$ 70,446 bilhões e representaram 96,04% do total arrecadado, com variação positiva de 10,19% em relação ao exercício anterior, quando atingiu R\$ 63,930 bilhões.

O comparativo sintético no biênio 2014/2013 dessa categoria encontra-se evidenciado na tabela a seguir:

Tabela n.º 14
Comparativo das Receitas Correntes – 2013/2014

Descrição	Valor Arrecadado		R\$ milhares	
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Tributária	37.685.690	40.929.054	58,10	8,61
Contribuições	5.202.683	6.604.434	9,38	26,94
Patrimonial	1.999.210	2.158.665	3,06	7,98
Agropecuária	5.167	5.928	0,01	14,72
Industrial	281.791	424.865	0,60	50,77
Serviços	566.100	537.898	0,76	(4,98)
Transferências	11.346.561	12.433.594	17,65	9,58
Outras	6.843.179	7.351.102	10,44	7,42
Total (3)	63.930.381	70.445.539	100,00	10,19

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (Realizado 2014/Realizado 2013);

3) Receita Orçamentária, Intraorçamentária e deduções.

Na composição da Categoria Corrente, destaque para a Receita Tributária, maior fonte arrecadadora do Estado, composta pelos impostos e taxas arrecadados pelo Estado, cuja receita somou R\$ 40,929 bilhões em 2014, superando os valores de 2013 em 8,61% (R\$ 3,244 bilhões).

Dentre os impostos relacionados na tabela 15, verifica-se que o ICMS no exercício de 2014 foi o mais relevante e importante fonte de recurso estadual. Esse tributo apresentou evolução da ordem R\$ 2,231 bilhões, 6,33%, em relação à arrecadação do ano anterior. Do



valor total arrecadado, R\$ 9,318 bilhões foram destinados ao Municípios e R\$ 5,591 bilhões ao Fundeb.

Tabela n.º 15
Comparativo da Receita Tributária – 2013/2014

Descrição	2013	2014	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
ICMS	35.244.662	37.476.086	79,61	6,33
IPVA	3.231.592	3.617.128	7,68	11,93
IRRF	2.231.311	2.789.582	5,93	25,02
ITCD	539.939	626.136	1,33	15,96
Taxas	2.234.884	2.565.982	5,45	14,81
Total (3)	43.482.388	47.074.914	100,00	8,26

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

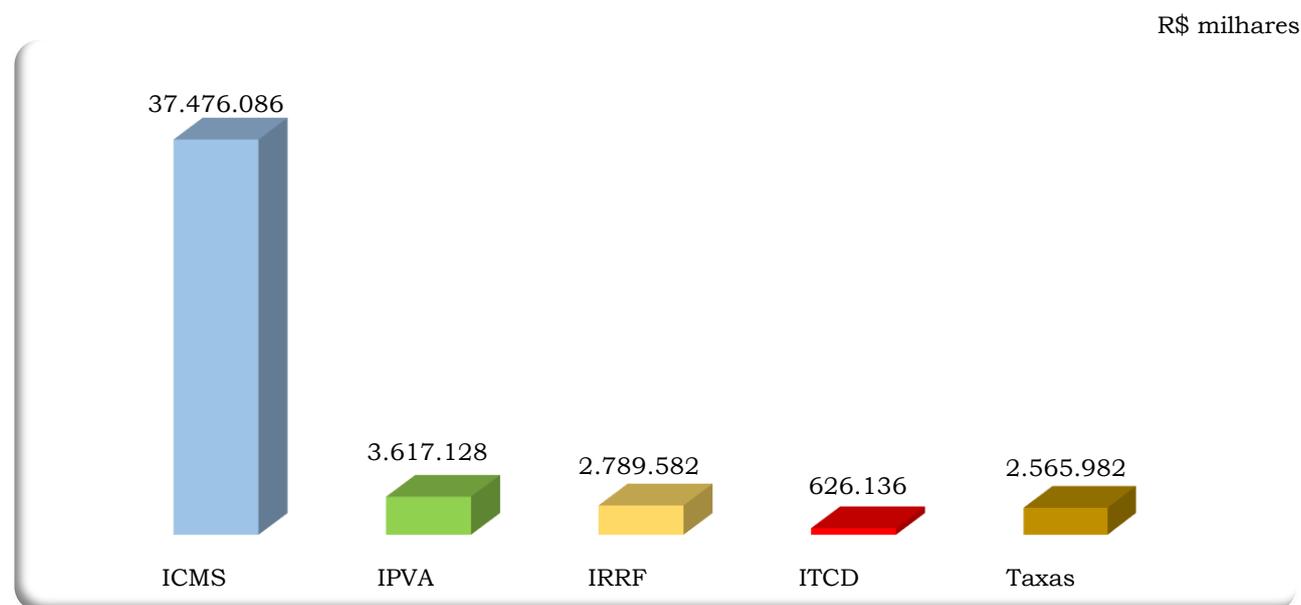
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013);

3) Receitas Orçamentárias brutas.

Gráfico n.º 10
Demonstrativo das Receitas Tributárias – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

A evolução do ICMS arrecadado durante o exercício de 2014, conforme consta no Caderno de Resultados¹⁶, elaborado pela Subsecretaria da Receita Estadual/SRE/SEF, decorreu “de iniciativas voltadas para o controle fiscal abrangente, a partir do desenvolvimento de medidas que influenciaram positivamente no desempenho da arrecadação, destacando-se

¹⁶-https://intranet8.fazenda.mg.gov.br/gestaoestrategica/planejamento-anual/eo-017_14_caderno_resultados_2014.pdf



as ações visando ao cumprimento das obrigações tributárias e às de cobrança do crédito tributário:

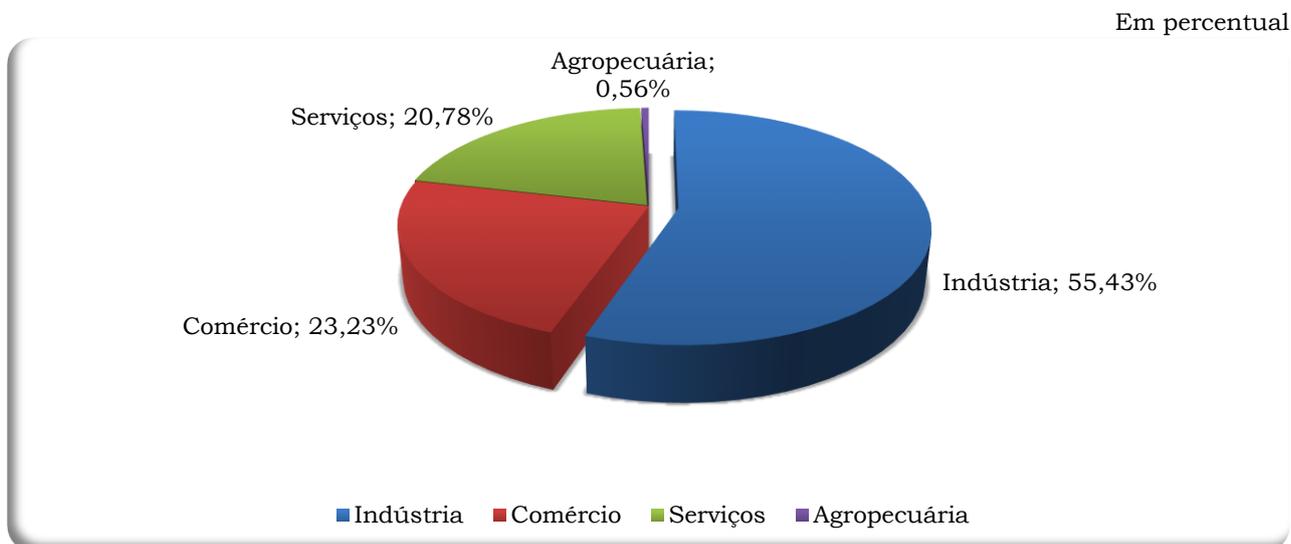
- ✓ 85,10% da receita total do ICMS sob controle fiscal mensal;
- ✓ 89% dos 853 municípios mineiros abrangidos com a presença de fiscalização de contribuintes;
- ✓ Recolhimentos extraordinários individuais acima de R\$ 500.000,00 totalizando R\$ 215 milhões;
- ✓ 805 Autos de Notícia-Crime encaminhamento ao Ministério Público;
- ✓ R\$ 1.021 milhões decorrente de 14.724 autodenúncias e R\$ 5.672 milhões relativos a 11.022 PTA emitidos;
- ✓ Intensificação de trabalhos conjuntos com o Ministério Público e Advocacia Geral do Estado, no âmbito do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, visando à recuperação de créditos tributários;
- ✓ R\$ 2,2 bilhões em carteira de parcelamentos ativa com percentual superior a 96% em sua vigência;
- ✓ 1,61% de representatividade do ICMS declarado e não pago em relação ao recolhimento médio mensal de 2014 representando um resultado positivo na gestão do crédito tributário não constituído (quanto menor o percentual, melhor);
- ✓ R\$ 433 milhões de créditos inscritos em dívida ativa originários de 27 mil extratos de débitos eletrônicos.”

Analisando os relatórios da Arrecadação da Receita de ICMS por Atividade Econômica e regime de caixa, disponibilizados na página da SEF¹⁷ pela Divisão de Gestão da Informação – DGI/DIEF/SAIF/SEF-MG, verifica-se que do montante arrecadado, 55,43% – R\$ 20,724 bilhões são oriundos das indústrias; 23,23% – R\$ 8,685 bilhões do comércio; 20,78% – R\$ 7,768 dos serviços; e 0,56% – R\$ 211 milhões da agropecuária, conforme ilustrado no gráfico 11.

¹⁷-http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/receita_estado/evolucao_anual/



Gráfico n.º 11
Receita do ICMS por Atividade Econômica – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Verifica-se que a atividade econômica que sobressaiu em 2014 foi a do setor industrial, com destaque para o ICMS sobre a produção de combustíveis, R\$ 7,236 bilhões, que foi impactado pelos reajustes de preços da gasolina, bem como o de acréscimos na demanda interna. Ainda nessa atividade destacaram-se a arrecadação desse tributo relativa aos seguintes setores:

- ✓ Material de Transporte e Outros Equipamentos, com R\$ 1,839 bilhão;
- ✓ Produtos Alimentícios e Bebidas, juntos totalizaram R\$ 2,653 bilhões. Ressalta-se que ao longo do primeiro semestre de 2014, a produção de cerveja foi beneficiada pelas elevadas temperaturas no verão, pelo carnaval e pela realização da Copa do Mundo de futebol;
- ✓ Indústria Extrativa, Minerais não Metálicos e Metalurgia Básica Ferrosa, com R\$ 1,657 bilhão, R\$ 1,087 bilhão e R\$ 1,194 bilhão, respectivamente.

Finalizando a análise do ICMS, destacam-se as receitas provenientes dos seguintes setores:

- ✓ Comércio, o atacadista com R\$ 5,389 bilhões representou 62,04% do total desse setor, restando ao comércio varejista o valor arrecadado de R\$ 3,297 bilhões;

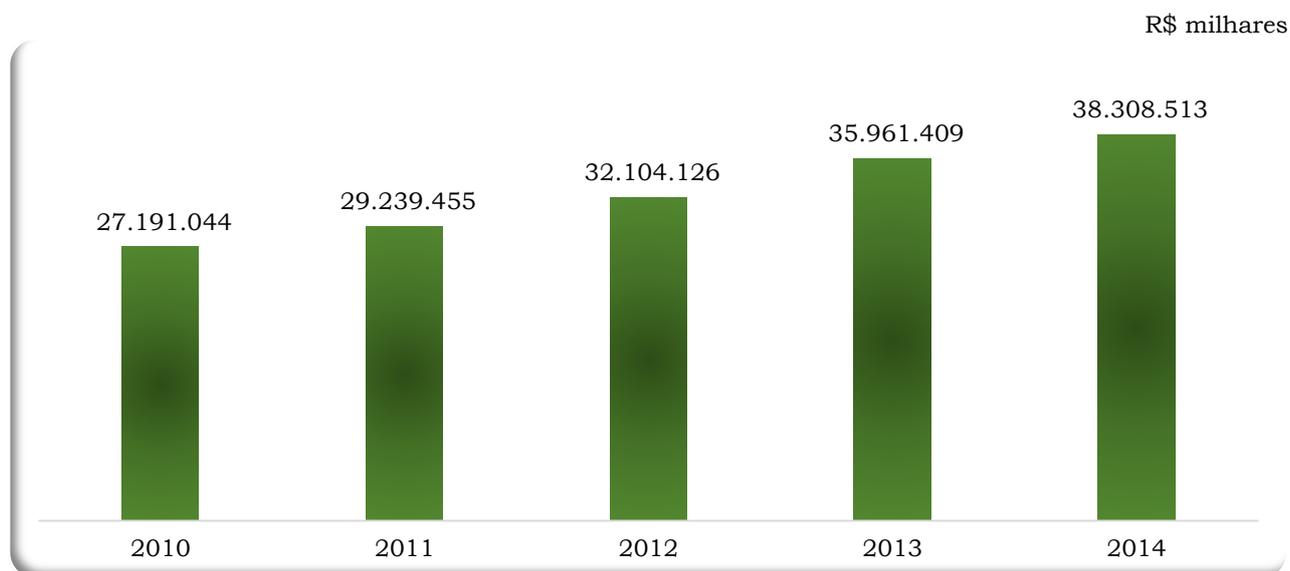


- ✓ Serviços, totalizaram R\$ 7,768 bilhões, desse montante especificamente os serviços de distribuição de Energia Elétrica e os de Comunicação totalizaram R\$ 5,795 bilhões. O desempenho do ICMS da energia elétrica foi resultante principalmente do aumento de consumo e do reajuste das tarifas.

A arrecadação do ICMS somada às multas e juros de mora e dívida ativa obtiveram neste exercício R\$ 38,309 bilhões, enquanto que em 2013 foi de R\$ 35,962 bilhões, representando crescimento de 6,53%. Os valores arrecadados dessas receitas de 2010 a 2014 evoluíram de R\$ 27,191 bilhões para R\$ 38,309 bilhões, conforme gráfico 12.

Gráfico n.º 12

Evolução Anual do ICMS principal, Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa – 2010/2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Continuando a análise sobre os tributos, o IPVA, o IRRF, o ITCD e as Taxas atingiram um montante de R\$ 9,599 bilhões, apontando incremento de 16,52% em confronto com a realização ocorrida no exercício anterior.

A respeito do IPVA, cuja receita em 2014 obteve o valor bruto da ordem de R\$ 3,617 bilhões, esse tributo teve importante participação na arrecadação, representando 7,68% do total tributário, superando o ano anterior em 11,93%.



O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) “incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado”¹⁸. A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo e para o exercício de 2014 a Resolução da Secretaria de Estado de Fazenda nº 4.617, de 2 de dezembro de 2013¹⁹, dispõe sobre o seu pagamento. Os recursos arrecadados pelo IPVA são assim legalmente distribuídos:

- ✓ 40% para o Estado;
- ✓ 40% para o município de emplacamento do veículo; e
- ✓ 20% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

Embora os recursos do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Bens e Direitos (ITCD), em 2014, tenha apresentado pouca representatividade no montante dos impostos arrecadados, de R\$ 626 milhões, 1,33% de participação relativa, percebe-se crescimento de aproximadamente 16% em relação a 2013. Da mesma forma, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) somou R\$ 2,789 bilhões com aumento de 25,02%.

Finalizando os registros da Receita Tributária, apresenta-se as taxas estaduais arrecadadas em 2014, que somaram R\$ 2,566 bilhões, atingindo 5,45% do montante tributário, com crescimento de 14,81% em relação ao biênio 2013/2014.

A Taxa, conforme consta do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público²⁰, “está sujeita ao princípio constitucional da reserva legal e, sob a ótica orçamentária, classificam-se: Taxas de Fiscalização e Taxas de Serviço”.

Tabela n.º 16
Comparativo das Taxas Estaduais – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Pelo Exercício do Poder de Polícia	1.861.145	2.168.092	84,49	16,49
Pela Prestação de Serviços	373.739	397.889	15,51	6,46
Total	2.234.884	2.565.982	100,00	14,81

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

¹⁸-Lei n.º 12.735, de 30 de dezembro de 1997

¹⁹-http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/resolucoes/2014/rr4726_2014.htm

²⁰-Manual de Contabilidade - 6ª edição



Nesse contexto, as Taxas relativas ao Poder de Polícia teve sua composição basicamente oriunda de:

- ✓ Taxa de Segurança Pública Estadual, R\$ 1,361 bilhão, com maior representação nas taxas de competência da Polícia Civil, no valor de R\$ 759 milhões e R\$ 518 milhões na taxa de Renovação de Licenciamento Anual de Veículos;
- ✓ Fiscalização Judiciária, aproximadamente R\$ 500 milhões, crescimento de R\$ 32 milhões, quando comparada com 2013;
- ✓ A Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários (TFRM)²¹, que tem como fato gerador o exercício de Poder de Polícia conferido ao Estado sobre atividades de pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento de recursos minerários e tem por finalidade custear as atividades dos órgãos públicos que atuam junto ao setor de mineração, obteve em 2014 uma arrecadação no montante de R\$ 260 milhões;
- ✓ Por fim, outros R\$ 47 milhões foram distribuídos entre as taxas de Licenciamento para uso ou ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias (TFDR), Controle e Fiscalização Ambiental e Taxas de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento, que somaram R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões e R\$ 27 milhões, respectivamente.

Quanto às taxas de prestação de serviços, R\$ 249 milhões são referentes ao somatório das taxas de emolumentos e custas judiciais no valor de R\$ 95 milhões, taxas de gerenciamento de construção de rodovias, projetos e obras do DER no montante de R\$ 85 milhões, e as taxas judiciárias com R\$ 70 milhões. O restante se concentrou, dentre outras, nas Taxas Florestais com R\$ 53 milhões, nas de Expediente no montante de R\$ 30 milhões, desta, a mais representativa foi proveniente de Atos da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) no valor de R\$ 17 milhões.

Tratando-se das Transferências Correntes, que representa a segunda maior arrecadação no exercício de 2014, são receitas originadas dos repasses de recursos realizados por outra esfera de governo, decorrentes de obrigação constitucional e ou convênios, bem como de recursos advindos de pessoas físicas e jurídicas ao Estado. Estes valores atingiram em 2014 um volume acima de R\$ 13,223 bilhões, superando em 9,5% os valores do exercício anterior.

²¹-Instituída pela Lei nº 19.976/11, regulamentada pelo Decreto nº 45.936 de 23/03/2012.



As transferências correntes, identificadas na tabela a seguir, decorrem principalmente das Transferências da União no valor de R\$ 6,726 bilhões e das Multigovernamentais no montante de R\$ 6,231 bilhões, além dos Convênios, R\$ 230 milhões, e Demais Transferências, R\$ 37 milhões.

Tabela n.º 17
Comparativo das Transferências Correntes – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Transferências da União	5.968.706	6.725.880	50,86	12,69
FPE	2.968.043	3.234.310	24,46	8,97
IPI – Exportação	656.125	699.530	5,29	6,62
Cide	6.402	12.933	0,10	102,03
Transf. Comp. Financeira Rec. Naturais	431.919	328.144	2,48	(24,03)
Fundo Nacional Desenv. Educação (FNDE)	651.687	730.580	5,53	12,11
Comp. Exp. (Lei Kandir) + Auxílio Financeiro	188.723	505.333	3,82	167,76
Fundo Nacional de Saúde/(SUS)	1.037.742	1.201.559	9,09	15,79
Outras	28.066	13.490	0,10	(51,93)
Fundeb	5.839.894	6.231.033	47,12	6,70
Outras Transferências Correntes	267.733	266.216	2,01	(0,57)
Total (3)	12.076.333	13.223.130	100,00	9,50

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013);

3) Não incluídas as deduções.

Observando os valores dispostos na tabela anterior, destaque para as Transferências da União com 50,86% de participação no total das Transferências Correntes, correspondentes aos repasses recebidos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo Nacional Desenvolvimento à Educação (FNDE), Sistema Único de Saúde (SUS) e Imposto de Produtos Industrializados (IPI), dentre outros, que tiveram um incremento de 12,69% em relação ao exercício anterior.

As Transferências Multigovernamentais são representadas pelas Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundeb) e cuja arrecadação somou em 2014 o montante de R\$ 6,231 bilhões, apresentando elevação de 6,7% em relação ao ano anterior. Esta movimentação de recursos foi insuficiente para compensar o repasse do Estado, no mesmo ano, de R\$ 7,014 bilhões.



Analisando a Receita de Contribuição, verifica-se que em seu cômputo está registrado, principalmente, valores consignados na Contribuição Patronal e Contribuição do Servidor, que têm como objetivo fazer face às despesas de previdência e de saúde dos servidores do Estado e seus dependentes.

Tabela n.º 18

Comparativo da Receita de Contribuição – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Contribuição Patronal	2.892.058	3.976.261	60,21	37,49
Para Previdência	2.436.305	3.298.563	49,94	35,39
Para Saúde	455.753	677.698	10,26	48,70
Contribuição do Servidor	2.261.936	2.577.657	39,03	13,96
Para Previdência	1.591.272	1.820.992	27,57	14,44
Para Saúde	670.664	756.666	11,46	12,82
Demais Contribuições	48.689	50.517	0,76	3,75
Total	5.202.683	6.604.434	100,00	26,94

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

A arrecadação total da rubrica Receita de Contribuição atingiu a casa dos R\$ 6,604 bilhões, representando 9% da Receita Orçamentária Fiscal e com variação positiva de 26,94% quando comparada com o exercício de 2013.

A Contribuição Patronal em 2014 foi composta com valores destinados à previdência da ordem de R\$ 3,298 bilhões e à saúde R\$ 677 milhões. Essa arrecadação representou 60,21% do total desta origem de receita, enquanto a Contribuição do Servidor acumulou até o final do exercício valores superiores a R\$ 2,577 bilhões, sendo que 70,65% deste total, ou seja, R\$ 1,820 bilhão, foram destinados à previdência, restando R\$ 756 milhões para a saúde.

A Receita Patrimonial, objeto de análise neste momento, acumulou em 2014 valores superiores a R\$ 2,158 bilhões, representando 3,15% da Receita Corrente, valor este superior ao aferido no exercício passado em cerca de R\$ 159 milhões, ou seja, 7,98% de incremento, conforme identificado na tabela a seguir.



Tabela n.º 19
Comparativo das Receitas Patrimoniais – 2014

Descrição	2013	2014	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Receitas Imobiliárias	18.735	15.892	0,74	(15,17)
Receitas de Valores Mobiliários	1.645.269	1.858.825	86,11	12,98
Receita de Concessões e Permissões	329.701	278.434	12,90	(15,55)
Receita de Cessão de Direitos	1.307	1.433	0,07	9,60
Outras Receitas Patrimoniais	4.198	4.081	0,19	(2,80)
Total (3)	1.999.210	2.158.665	100,00	7,98

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013);

3) Incluídas as receitas intraorçamentárias e deduções.

Ao analisar o desdobramento das receitas patrimoniais, identificou-se nas Receitas de Valores Mobiliários o montante de R\$ 1,859 bilhão em 2014, significando percentual de 86,11% do total da Receita Patrimonial.

Dessas receitas mobiliárias, as Receitas de Remuneração de Depósitos Bancários e as de Dividendos representaram 84,91% do total. Os registros relativos à Remuneração de Depósitos Bancários acumularam recursos da ordem de R\$ 816 milhões, com as maiores arrecadações contabilizadas pela Unidade Encargos Gerais do Estado, EMG – Estado de Minas Gerais – Administração Direta.

Restou aos Dividendos o total de R\$ 919 milhões, sendo registrados na rubrica Dividendos de Outras Sociedades de Economia Mista R\$ 762 milhões, deste último, R\$ 566 milhões decorreram de dividendos da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e o restante da Minas Gerais Participações S.A. (MGI), sendo esses registros identificados na unidade executora EGE/SEF/Tesouro Estadual.

Na sequência, observa-se as arrecadações das Receitas de Concessões e Permissões com 12,90% do total das Receitas Patrimoniais. Destaque para as relativas à Administração de Depósitos Judiciais com R\$ 188 milhões, as de Outorga dos Serviços de Transporte Metropolitano – Lei 13.452 – Funtrans no valor de R\$ 57 milhões e as de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos com R\$ 30 milhões.



As Receitas Imobiliárias concentraram suas arrecadações na rubrica de Aluguéis com 96,69% do total dessa origem, com relevância para os registros nas Unidades Institutos de Previdência dos Servidores Cíveis e Militares do Estado de Minas Gerais e da Fundação Clóvis Salgado.

Em análise conjunta das seguintes Receitas Correntes: agropecuária, indústria e serviços, observa-se que atingiram no exercício de 2014 o montante de aproximadamente R\$ 969 milhões, superando em 13,56% a arrecadada no exercício anterior, ou seja, correspondendo a um crescimento nominal de R\$ 116 milhões.

Tabela n.º 20
Comparativo das Demais Receitas – 2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Receita de Serviços	566.100	537.898	55,53	(4,98)
Receita Industrial	281.791	424.865	43,86	50,77
Receita Agropecuária	5.167	5.928	0,61	14,72
Total (3)	853.058	968.691	100,00	13,56

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013);

3) Incluídas as receitas intraorçamentárias.

A arrecadação da receita industrial cresceu R\$ 143 milhões em relação a 2013, destaque para a oriunda de produtos farmacêuticos e veterinários registrados em sua totalidade na unidade orçamentária Fundação Ezequiel Dias (Funed). Da mesma forma, analisando o setor de Serviços, destaque para os hospitalares desenvolvidos, principalmente, pela unidade orçamentária – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) com R\$ 156 milhões. Na receita de serviços de juros e empréstimos, R\$ 89 milhões foram registrados pelos Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento e Fundo Pró-Floresta.

Por fim, na tabela 21, tem-se demonstrada a composição das Outras Receitas Correntes, em 2014 representaram 10,39% do total da Receita Orçamentária Fiscal, com variação positiva de 7,23% em relação ao exercício anterior.



Tabela n.º 21
Comparativo das Outras Receitas Correntes – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Multas e Juros de Mora (3)	1.141.581	1.122.616	14,73	(1,66)
Indenizações e Restituições	285.233	319.956	4,20	12,17
Receita da Dívida Ativa	293.021	383.870	5,04	31,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	5.191.250	3.530.391	46,33	(31,99)
Receitas Diversas	194.702	2.262.557	29,69	1.062,06
Total (4)	7.105.787	7.619.390	100,00	7,23

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013);

3) Incluídos valores de Multas/Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos e de Outras Receitas;

4) Incluídas as receitas intraorçamentárias e não incluídas as deduções.

As Multas e Juros de Mora atingiram 14,73% da arrecadação das Outras Receitas Correntes, assim representadas:

- ✓ Multas e Juros de Mora dos Tributos – R\$ 723 milhões;
- ✓ Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos – R\$ 1 mil;
- ✓ Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas – R\$ 39 milhões;
- ✓ Multas e Juros de Mora de Outras Receitas – R\$ 33 milhões; e
- ✓ Multas de Outras Origens – R\$ 327 milhões.

Dessa arrecadação, destacaram-se os encargos incidentes sobre impostos e taxas, sendo os relativos ao ICMS no valor de R\$ 513 milhões seguidos pelo IPVA com R\$ 159 milhões e o restante, pouco mais de R\$ 51 milhões, decorrentes de diversas multas sobre os demais tributos e taxas.

Em se tratando da receita derivada das Multas de Outras Origens, apresentaram relevância, dentre outras, as Multas Previstas na Legislação de Trânsito²² com R\$ 242 milhões, Multa Isolada por Infração Obrigatória Acessória com R\$ 45 milhões e as demais compostas pelo valor de R\$ 40 milhões.

²²-Lei Federal nº 9503/97 – Código de Trânsito Brasileiro



Por fim, analisando um pouco mais as outras receitas correntes, ênfase também para as Receitas Diversas, que somaram em 2014 recursos superiores a R\$ 2,262 bilhões, com crescimento de R\$ 2,068 bilhões em relação ao ano anterior, composta em sua maioria pelos valores:

- ✓ Consignados em Rendas de Loterias, R\$ 22 milhões;
- ✓ Repasse de Recursos do Fundo Estadual de Saúde – FES – LC 141/2012, R\$ 1,721 bilhão;
- ✓ Participação da ALMG – Assistência Complementar – Fundhab, R\$ 16 milhões; e
- ✓ Outras Receitas somaram R\$ 503 milhões, compostas pelas arrecadações das Receita de Compensação Ambiental, Receita da Reposição Florestal, da Pesca, Participação do Servidor – Assistência Complementar – Fundhab e demais receitas.

4.2 – Receitas de Capital

Receitas de Capital são aquelas provenientes dos recursos financeiros advindos de Operações de Crédito, da conversão em espécie de bens e direitos, das amortizações de empréstimos, transferências de capital e outros recursos e se destinam a suportar as movimentações ocorridas nas Despesas de Capital.

Na comparação entre os valores realizados em 2014 com os do exercício anterior, as Receitas de Capital, que somaram R\$ 2,902 bilhões, acusaram uma retração significativa, principalmente nas realizações de Operações de Crédito. No comparativo ao exercício anterior apresentou variação negativa de 94,29%, posto que em 2013 estão registrados os valores da operação Credit Suisse – Programa de Reestruturação da Dívida – CRC/Cemig. Também variou negativamente as Outras Receitas de Capital em 56,28%, que no ano anterior consignou valores de resgates de debêntures pelo EMG – Administração Direta.



Tabela n.º 22
Comparativo das Receitas de Capital – 2013/2014

Descrição	2013	2014	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Operações de Crédito	5.875.699	335.524	11,56	(94,29)
Alienação de Bens	152.194	951.278	32,78	525,04
Amortização de Empréstimos	447.531	454.113	15,65	1,47
Transferências de Capital	437.009	1.110.425	38,27	154,10
Outras Receitas de Capital	115.632	50.557	1,74	(56,28)
Total	7.028.065	2.901.897	100,00	(58,71)

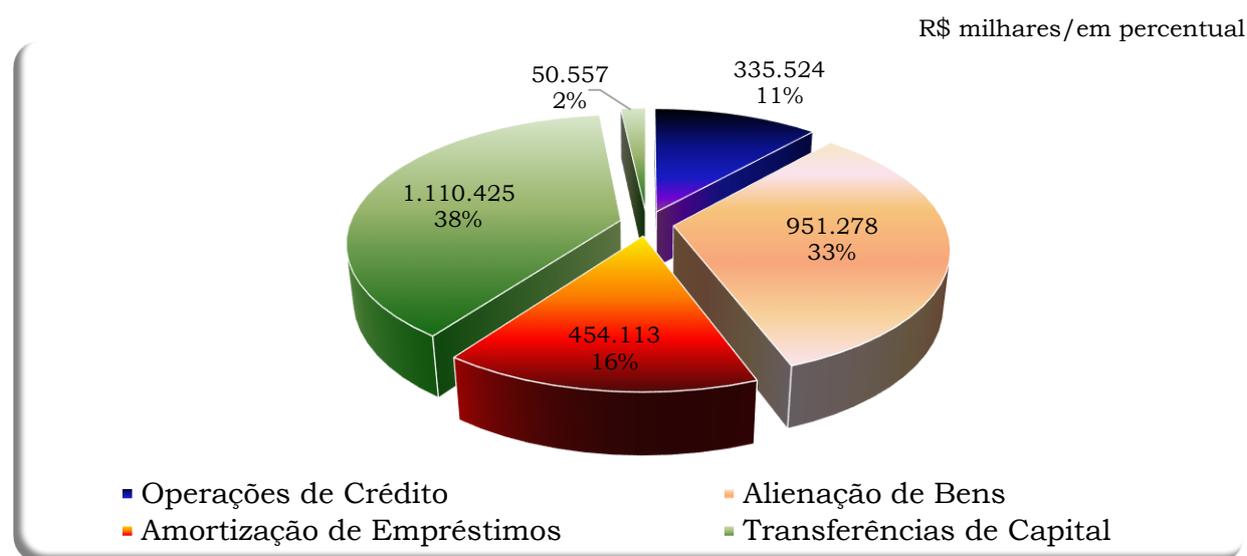
Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Gráfico n.º 13
Demonstrativo das Receitas de Capital – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

As Receitas de Capital provenientes das Operações de Crédito Internas e Externas atingiram em 2014 uma arrecadação da ordem de R\$ 336 milhões, representando pouco mais de 11% da categoria, com uma realização bem distinta se comparada aos números do ano anterior.

Ao observar as movimentações nas captações internas, identificou-se valores no patamar de R\$ 329 milhões, ou seja, 98,11% do total das operações, sendo:



- ✓ R\$ 218 milhões, com representação de 64,85% das captações internas, derivados de operação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal (Proinveste), cujas ações foram definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para fazer frente às áreas de infraestrutura, transportes, logística, mobilidade urbana, saneamento básico, ciência e tecnologia, gestão fazendária, segurança pública e habitação;
- ✓ As Operações internas somaram R\$ 112 milhões e foram decorrentes também do BNDES, mas por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI) I no valor de R\$ 28 milhões e PDI – II com R\$ 84 milhões, configurando 33,25% do total da categoria.

As Operações Externas representaram patamar próximo a 2%, com realizações na casa dos R\$ 6,353 milhões, referentes a empréstimos captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para aplicação no programa de Consolidação das Cadeias Produtivas – Competitividade, a cargo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) em cerca de pouco mais de R\$ 4 milhões, restando aproximadamente R\$ 2,4 milhões, contratados junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, destinados ao Programa de Parceria para o Desenvolvimento de MG II²³.

Os valores provenientes da Alienação de Bens somaram R\$ 951 milhões, perfazendo um percentual de 32,78% do total das Receitas de Capital. Importante destacar que 98,45% daquele valor decorreram principalmente de alienação de bens móveis.

Dessa alienação, cerca de R\$ 837 milhões foram referentes a alienação de direitos creditórios de recebimentos de amortizações de debêntures subordinadas da empresa Minas Gerais Participações S/A (MGI) e contratos de cessão de direitos creditórios originários de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos, referentes ao ICMS bem como de créditos devidos ao Estado referentes à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e minerais em território mineiro, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução n° 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal.²⁴

²³-Programa MG II - o objetivo de incentivar o crescimento econômico e a redução da pobreza no estado;

²⁴-Lei 19.266/2010 - www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2010/119266_2010.htm.



Outros R\$ 90 milhões foram advindos de debêntures privadas de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), operação realizada pelo estado de Minas Gerais de acordo com as leis, n.ºs 13.954/01 e 16.512/06, cujos direitos e obrigações decorrentes das respectivas escrituras de emissão foram posteriormente cedidos para a Cemig Geração Transmissão S.A. – Cemig GT.

As receitas de Amortizações de Empréstimos somaram R\$ 454 milhões, ou seja, aproximadamente 16% das Receitas de Capital, destacando-se as Amortizações de Financiamentos de Projetos que representaram 85% daquele total. As maiores movimentações foram registradas no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) com recursos no patamar de R\$ 385 milhões, com destaque para os recursos do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento (Findes), R\$ 340 milhões, com vistas à expansão do parque industrial de Minas, e outros R\$ 45 milhões pulverizados em outros diversos fundos também ligados à essa entidade financeira e outros órgãos executores.

As receitas decorrentes de Amortização de Financiamentos em Contratos somaram R\$ 27 milhões, sendo 89% registrados pelo Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais (IPSM) e assim distribuídos: cerca de R\$ 24 milhões por meio do Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais (Fahmemg), cujo objetivo é a destinação de recursos para o programa de apoio ao financiamento habitacional dos servidores militares, e R\$ 3 milhões distribuídos entre órgãos/unidades, EGE/Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Fundhab) e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg).

Por fim, as receitas de Amortizações de Financiamentos Diversos totalizaram R\$ 42 milhões, sendo que R\$ 38 milhões foram provenientes da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab) por meio do Fundo Estadual de Habitação (FEH), cujo objetivo é a construção de habitação de interesse social e programa morar em Minas, o restante foi registrado na unidade orçamentária EGE/SEF (cerca de R\$ 5 milhões).

Ainda, as receitas originárias das Transferências de Capital atingiram valores da ordem de R\$ 1,110 bilhão, representando 38,27% do total das Receitas de Capital em 2014, montante esse superior em cerca de 154% ao realizado no exercício anterior, conforme tabela a seguir.



Tabela n.º 23
Comparativo das Transferências de Capital – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Transferências Intergovernamentais	132.585	139.565	12,57	5,26
Transferências de Instituições Privadas	3.828	576	0,05	(84,95)
Transferências de Pessoas	-	0	0,00	-
Transferências de Convênios	300.596	970.284	87,38	222,79
Total	437.009	1.110.425	100,00	154,10

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Focando as transferências da União, os valores ali registrados atingiram cerca de R\$ 140 milhões, sendo:

- ✓ R\$ 84 milhões advindos para o Fundo Estadual da Habitação (FEH), por intermédio do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH);
- ✓ R\$ 28 milhões recebidos pelo Fundo Estadual de Saúde (FES);
- ✓ R\$ 20 milhões destinados à Secretaria de Estado da Educação, provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- ✓ Os R\$ 7 milhões restantes foram repassados pelo Ministério dos Esportes para a mesma área na esfera estadual. (Lei Federal 9.981/2000²⁵).

As Transferências de Convênios registraram em 2014 uma receita de R\$ 970 milhões, contra R\$ 300 milhões no ano anterior. Aqueles valores significaram 87% do total das Transferências de Capital, sendo que a espécie mais vultosa correu por conta das Transferências de Convênios do Estado e suas Entidades com R\$ 847 milhões.

Deste valor, R\$ 617 milhões foram celebrações convenientes entre a Minas Gerais Participações S/A (MGI) e os órgãos: Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER), Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (Deop) e Fundo Estadual da Habitação (FEH), em valores de R\$ 513 milhões, R\$ 91 milhões e cerca de R\$ 13 milhões, respectivamente.

²⁵-Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências - www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm



Valores acima de R\$ 212 milhões foram referentes a convênios entre a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e as secretarias de Obras Públicas, da Cultura, bem como os órgãos DER e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). Outros R\$ 17 milhões foram assinalados entre a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Ainda em Transferências de Convênios, o valor arrecadado decorrente de convênios celebrados com a União e suas entidades somou R\$ 113 milhões, sendo que a participação dos ministérios das diversas áreas atingiram R\$ 60 milhões, com destaque para:

- ✓ Transferência do Ministério da Integração Nacional de cerca de R\$ 35 milhões para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha Mucuri e do Norte de Minas (Sedvan) e a Fundação Rural Mineira (Ruralminas);
- ✓ Os R\$ 25 milhões restantes referem-se a convênios celebrados entre outros diversos órgãos da esfera federal e órgãos e entidades do governo mineiro.

Findando a análise sobre o comportamento da Receita Orçamentária Fiscal, os recursos provenientes das Transferências de Convênios dos municípios e das Instituições privadas somaram cerca de R\$ 9 milhões.

Os próximos capítulos discorrerão sobre a Despesa Orçamentária Fiscal, que demonstrará a aplicação dos recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA), os balanços Financeiro e Patrimonial, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, os demonstrativos referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os Índices Constitucionais.



5 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, estabelecido pela Lei 4320/64, é uma das formas que a Administração Pública utiliza para demonstrar o resultado financeiro do exercício.

É estruturado visando a retratar o fluxo dos recursos financeiros durante o exercício, que é apurado pelo confronto entre receita e despesa orçamentárias e pela movimentação dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários, conjugando ainda os saldos das disponibilidades, caixa e bancos, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício financeiro seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro composto por duas seções:

- ✓ Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários); e
- ✓ Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários).

Essas partes se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo das disponibilidades para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios, sinteticamente assim entendido:

(+) Saldo financeiro do exercício anterior;
(+) Entradas (orçamentárias e extraorçamentárias);
(-) Saídas (orçamentárias e extraorçamentárias);
(=) Saldo financeiro para o exercício seguinte.

A tabela a seguir, apresenta a síntese do Balanço Financeiro do Estado de Minas Gerais, nos exercícios de 2013 e 2014, no qual se encontram consolidadas as informações dos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais. Neste demonstrativo não foram agregadas as informações das Empresas Estatais Dependentes, isso se deve à legislação em vigor, mais especificamente à Lei das Sociedades Anônimas, Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações.



Tal norma prevê para esses entes o prazo de até 120 dias da data do encerramento do exercício para realização da Assembleia (Art. 132), além de determinar que seus Balanços devem ser publicados até 5 dias antes (Art. 133 § 3º). Portanto, esse prazo é incompatível com a prestação contas governamentais, não permitindo assim a agregação de seus dados patrimoniais na presente demonstração contábil.

Tabela n.º 24
Comparativo do Balanço Financeiro – 2014/2013

R\$ milhares					
Ingressos (1)			Dispêndios (2)		
Especificação	2014	2013	Especificação	2014	2013
Receitas Orçamentárias (I)	73.257.997	70.867.452	Despesas Orçamentárias (VIII)	75.155.546	71.575.967
Extraorçamentária (III)	159.439.621	144.358.394	Extraorçamentária (X)	159.778.820	142.105.030
Créditos em Circulação	-	141.305	Créditos em Circulação	224.111	-
Depósitos	19.216.110	17.779.639	Depósitos	19.367.544	17.559.963
Obrigações em Circulação	140.216.125	126.437.450	Obrigações em Circulação	140.187.165	124.537.680
Bens e Valores em Circulação	7.386	-	Bens e Valores em Circulação	-	7.386
Contas de Gestão Financeira Anual (IV)	-	67	Ajustes do Ativo Disponível (XI)	12	345
Valores Pendentes a Curto Prazo (V)	8.772	7.444	Contas de Gestão Financeira Anual (XII)	257.684	254.754
Saldo de Exercício Anterior (VI)	10.012.411	8.715.151	Saldo Para o Exercício Seguinte (XIII)	7.526.739	10.012.411
Total (VII)=(I+II+III+IV+V+VI)	242.718.802	223.948.507	Total (XIV)=(VIII+IX+X+XI+XII+XIII)	242.718.802	223.948.507

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: (1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes.

As análises das Receitas e Despesas Orçamentárias do exercício de 2014 encontram-se em tópicos específicos deste relatório.

O gráfico a seguir representa sinteticamente o Balanço Financeiro, demonstrando os montantes das disponibilidades, início e final do exercício de 2014, das entradas e das saídas de recursos, englobando todos os Poderes do Estado de Minas Gerais.



Gráfico n.º 14
Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro (1) – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: (1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes.

Os ingressos de receita orçamentária em 2014 foi da ordem de 73,258 bilhões, superior em 3,37% ao valor arrecadado em 2013.

As demais entradas foram de origem extraorçamentária e somaram R\$ 159,440 bilhões em 2014, superando em 10,45% as apuradas em 2013, cujo montante foi de R\$ 144,358 bilhões. Dentre os diversos itens que a compõe, destacam-se as Obrigações em Circulação com participação de aproximadamente 90,00% em ambos exercícios, especificamente de movimentações de recursos integrantes da Unidade de Tesouraria.

Tais movimentações da Unidade de Tesouraria – Conta Única abrangem as contas Arrecadoras, as Transferências Financeiras a Compensar, bem como a conta Retificadora de Recursos de Contas Arrecadoras Centralizados na Conta Única. Todas têm como função o registro, controle e evidenciação dos recursos que os diversos órgãos do Estado têm à sua disposição na conta única gerenciada pelo Tesouro Estadual.

A tabela a seguir apresenta a movimentação extraorçamentária em 2014. No grupo Créditos em Circulação é registrado o movimento, dentre outros, dos Créditos e Valores, Agentes Financeiros, Créditos e Valores em Trânsito, Agentes Pagadores/Instituições Financeiras,



Ordem de Pagamentos Bancárias/Transferências Financeiras/Depósitos Bancários a Compensar, Transferência de Crédito para Quitação de RPV, Créditos de Transferências Constitucionais e Legais e Clientes.

Destaque para os registros efetuados em Bens e Valores em Circulação relativos à liquidação da antecipação de pagamento contratual, adiantamento realizado em 31 de outubro de 2013, no valor de R\$ 7.386.415,50, destinado a aquisição de um helicóptero, pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) junto à empresa Helicópteros do Brasil S/A.

Tabela n.º 25
Demonstrativo da Movimentação Extraorçamentária – 2014

Título	R\$ milhares	
	Ingressos	Dispêndios
Créditos em Circulação	7.386	224.111
Bens e Valores em Circulação	7.386	-
Créditos em Circulação	-	224.111
Depósitos	19.216.110	19.367.544
Consignações/Retenções/Descontos em Pagamentos	9.030.298	9.133.446
Depósitos de Diversas Origens	10.185.813	10.234.098
Obrigações em Circulação	140.216.125	140.187.165
Obrigações Liquidadas a Pagar	79.375.671	79.329.680
Credores – Entidades e Agentes	45.693	56.842
Obrigações a Liquidar de Exercícios Anteriores	1.530.657	1.536.848
Unidade Tesouraria – Recursos de Contas Arrecadoras	35.614.539	35.465.901
Transf. Financ. a Comp. Conta Arrecad. Unidade Tesouraria	385.149	385.149
(R) Recursos de C. Arrecadoras Centralizados Conta Única	23.264.416	23.412.747
Total	159.439.621	159.778.820

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes.

O grupo de Depósitos tem sua movimentação de entradas e saídas relativas à Imposto de Renda, Contribuições e Retenções/Desconto para os Institutos de Previdência, Contribuição Financeira ao Fundo de Previdência e Outros Consignatários/Retenções. As principais movimentações desse grupo foram:

- ✓ Outros Consignatários/Retenções registraram valores retidos a favor de terceiros, principalmente de instituições financeiras e somaram R\$ 2,841 bilhões de ingressos e R\$ 2,817 bilhões de dispêndios;
- ✓ Imposto de Renda Retido na Fonte, registrou a crédito o montante de R\$ 2,742 milhões, ou seja, valores retidos pelo Estado durante o exercício de 2014, e R\$ 2,785



milhões a débito, derivado, normalmente, pelos valores registrados na receita orçamentária, classificação 1112.04.31.00;

- ✓ As Contribuições/Retenções/Descontos para os Institutos e Previdência movimentaram receitas extraorçamentárias no valor de R\$ 1,670 bilhões e despesas de R\$ 1,744 bilhões;
- ✓ As despesas extraorçamentárias com Contribuições ao Fundo Financeiro Previdenciário (Funfip) somaram R\$ 1,374 bilhão e as receitas R\$ 1,358 bilhão constante da movimentação financeira em 2014.

Quanto às Obrigações Liquidadas a Pagar, destaque para os registros da Conta Contábil 212.01.01.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais com R\$ 38,489 bilhões do lado da receita e R\$ 38,773 bilhões da despesa, ou seja, a folha de despesa de pessoal quando liquidada é creditada na referida conta e debitada quando do pagamento. Destacam-se, ainda, as Outras Despesas Correntes, que são destinadas ao registro do custeio dos órgãos e entidades, com ingressos no valor de R\$ 28,019 bilhões e dispêndios de R\$ 27,851 bilhões.

As Obrigações a Liquidar de Exercícios Anteriores, também denominados Restos a Pagar Não Processados, embora evidenciadas no Balanço como Receita Extraorçamentária, não caracterizam propriamente um ingresso de recurso financeiro e sim um mecanismo de compensação estabelecido no § único, do art.103, da Lei Federal 4.320/64, uma vez que a despesa orçamentária é considerada nesse Balanço pelo valor executado e não pelo valor pago.

Nos capítulos seguintes será abordada a situação patrimonial do Governo do Estado de Minas retratada por meio do Balanço Patrimonial e das Variações Patrimoniais.



6 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Nesse contexto, a movimentação contábil registrada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, em 2014, pode ser analisada sob dois importantes instrumentos, quais sejam:

- ✓ O Balanço Patrimonial, que traduz a situação econômica e financeira da administração pública; e
- ✓ O Quadro das Demonstrações das Variações Patrimoniais, que indica o resultado patrimonial do período.

Esse Balanço é estruturado de forma que as contas fiquem ordenadas e uniformes, permitindo uma adequada análise da situação patrimonial, sendo as do Ativo classificadas pela ordem crescente de liquidez e as do Passivo em ordem crescente dos prazos relacionados às exigibilidades.

Para elaboração do Balanço Patrimonial, utilizou-se técnica própria de consolidação das contas patrimoniais, eliminando das demonstrações financeiras as transações realizadas entre Unidades Orçamentárias do próprio Estado, obtendo-se, assim, apenas valores apurados em função de operações efetuadas com terceiros.

A tabela 26 evidencia a síntese do Balanço Patrimonial Consolidado de 2014 do Estado de Minas Gerais, considerando-se os saldos patrimoniais da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais, efetuadas as respectivas compensações financeiras.

O Estado de Minas Gerais apurou, no Balanço Patrimonial Consolidado Fiscal do exercício financeiro de 2014, um Passivo Real a Descoberto da ordem de R\$ 51,9 bilhões, representando 54,75% do Ativo Total.

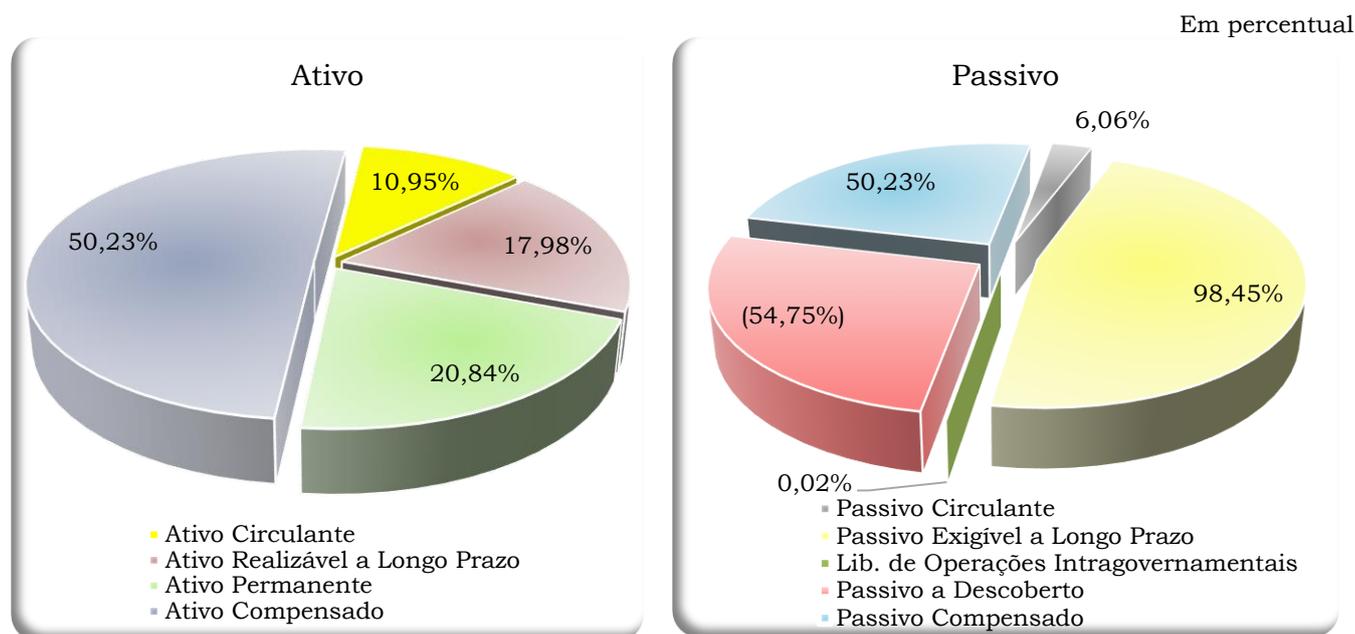


Tabela n.º 26
Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial Consolidado – 2014

			R\$ milhares		
Ativo	Valor	AV % (1)	Passivo	Valor	AV % (1)
Ativo Circulante	10.392.428	10,95	Passivo Circulante	5.751.252	6,06
Ativo Realizável a Longo Prazo	17.064.845	17,98	Passivo Exigível a Longo Prazo	93.445.228	98,45
Ativo Permanente	19.784.405	20,84	Lib. de Operações Intragovernamentais	17.816	0,02
Soma do Ativo Real	47.241.679	49,77	Soma do Passivo Real	99.214.296	104,53
Ativo Compensado	47.676.974	50,23	Passivo a Descoberto	(51.972.618)	(54,75)
			Passivo Compensado	47.676.974	50,23
Total	94.918.653	100,00	Total	94.918.653	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG
Nota: 1) AV – Análise Vertical.

Gráfico n.º 15
Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial Consolidado – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

É apresentado a seguir, o demonstrativo das compensações financeiras, por intermédio do qual foi possível visualizar a eliminação de duplicidades, visto que o objetivo básico é identificar a posição financeira e os resultados de operações diversas do Estado em uma única peça.



Tabela n.º 27

Demonstrativo das Compensações Financeiras – 2014

R\$ milhares

Código	Descrição	Saldo em 2014	Valores a Compensar	Saldo Após a Compensação
1.3.1.00.00.00.00	Crédito Financeiro a Receber – Operações Intragovernamentais	4.142.332.516	4.142.332.516	-
2.3.1.00.00.00.00	Crédito Financeiro a Liberar – Operações Intragovernamentais	4.160.148.920	4.142.332.516	17.816.404
1.2.2.02.99.01.00	Contribuições e Outros Créditos a Receber	957.843.254	841.779.106	116.064.148
1.2.2.03.02.01.00	Dívida Ativa Não Tributária – Principal	601.753.607	12.766.365	588.987.241
1.2.2.03.02.02.00	Dívida Ativa Não Tributária – Multas e Encargos	146.813.050	13.943.707	132.869.342
2.2.2.99.07.00.00	Renegociações de Obrigações Previdenciárias – Instituto de Prev. Estaduais	928.536.149	868.489.179	60.046.970

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Conforme evidenciado na síntese do Balanço Patrimonial, tabela 26, verifica-se maior relevância no grupo exigível a Longo Prazo, representando 98,45% do Ativo Total. Tal representatividade será abordada quando da análise do grupo de contas.

Dentre as compensações realizadas, as relativas à Dívida Ativa Não Tributária e às Contribuições e Outros Créditos a Receber se referem a haveres financeiros dos institutos de previdência junto ao Tesouro Estadual, sendo: i) do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) – R\$ 26 milhões; e ii) dos Militares (IPSM)– R\$ 841 milhões, e foram realizadas em contrapartida com o Exigível a Longo Prazo proveniente das Renegociações de Obrigações Previdenciárias.

A seguir, tratou-se individualmente dos grupos de contas, visando a possibilitar melhor entendimento dos valores componentes do Balanço Patrimonial.



6.1 – Ativo

Compreende o conjunto de bens e direitos das entidades, demonstrando assim as aplicações de recursos. Sua classificação deve ser disposta em ordem decrescente de grau de conversibilidade.

Tabela n.º 28
Comparativo do Ativo por Grupo – 2013/2014

Ativo	2013	2014	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Circulante	12.043.692	10.392.428	10,95	(13,71)
Realizável a Longo Prazo	18.864.087	17.064.845	17,98	(9,54)
Permanente	16.103.219	19.784.405	20,84	22,86
Soma do Ativo Real	47.010.999	47.241.679	49,77	0,49
Compensado	41.902.924	47.676.974	50,23	13,78
Total	88.913.923	94.918.653	100,00	6,75

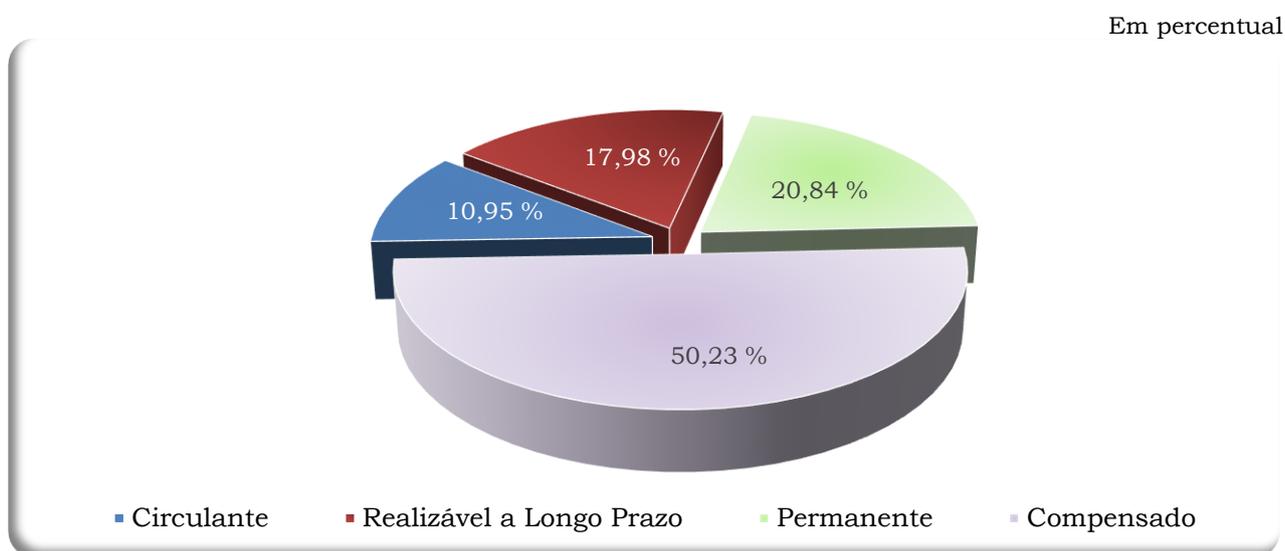
Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (Realizado 2014/Realizado 2013).

Gráfico n.º 16
Demonstrativo do Ativo por Grupo – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Verifica-se no Ativo crescimento de 6,75% em relação a 2013, ocasionado pelo acréscimo do Ativo Permanente e do Compensado.



6.1.1 – Ativo Circulante

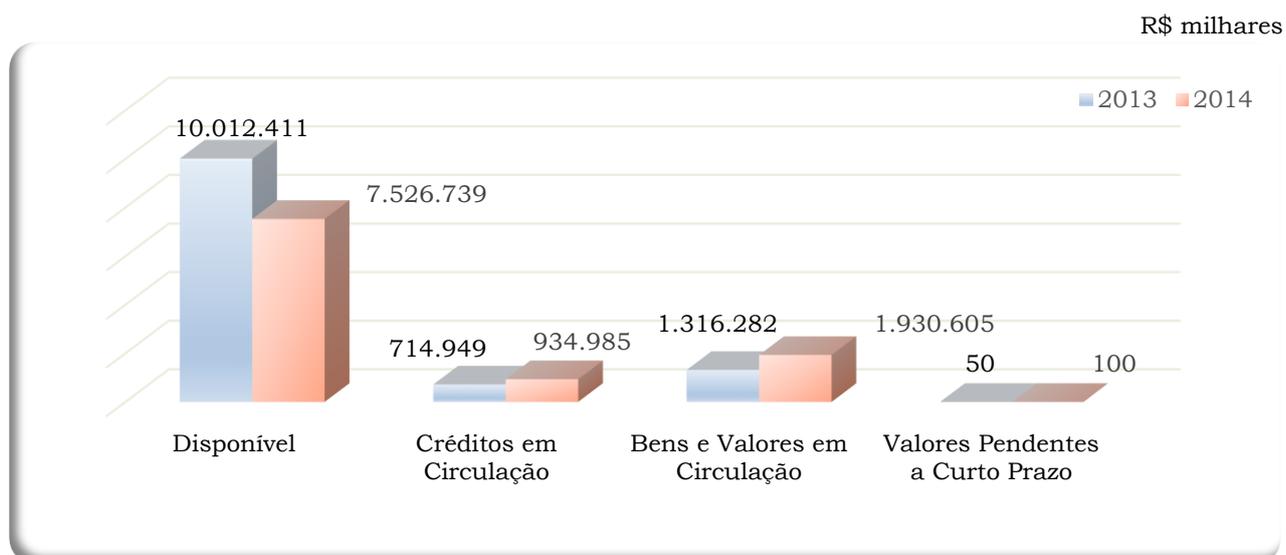
As contas de realização a curto prazo são classificadas no Ativo Circulante. Tais disponibilidades independem de autorização orçamentária para sua realização. Esse grupo compreende créditos e valores de curto prazo e encerrou o exercício de 2014 com um saldo de R\$ 10,392 bilhões. Apresenta-se maior relevância nas disponibilidades, cuja participação foi de 72,43% do total do circulante, seguidas pelos Bens e Valores em Circulação.

Tabela n.º 29
Comparativo do Ativo Circulante – 2013/2014

Ativo Circulante	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Disponível	10.012.411	7.526.739	72,43	(24,83)
Créditos em Circulação	714.949	934.985	9,00	30,78
Bens e Valores em Circulação	1.316.282	1.930.605	18,58	46,67
Valores Pendentes a Curto Prazo	50	100	0,00	100,00
Total	12.043.692	10.392.428	100,00	(13,71)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG
Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;
2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Gráfico n.º 17
Comparativo do Ativo Circulante – 2013/2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



O Disponível é composto pelas exigibilidades imediatas. Verifica-se na tabela 30 que em 2014 houve maior relevância no grupo de contas Bancos Conta Movimento, sobretudo nos Recursos oriundos da Conta Única e nas Aplicações Financeiras relativas aos recursos diretamente arrecadados.

Esse grupo apresentou uma redução de 24,83% em relação ao ano anterior, ocasionada pelas variações negativas ocorridas nos recursos provenientes da Conta Única, e principalmente nas relacionadas aos Recursos de Operações de Crédito e às Aplicações do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

Tabela n.º 30
Comparativo do Ativo Disponível – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH% (2)
Caixa	966	1.168	0,02	20,91
Bancos Conta Movimento	8.366.812	5.601.721	74,42	(33,05)
Recursos da Conta Única	4.045.385	2.605.037	34,61	(35,60)
Recursos Diretamente Arrecadados	378.901	988.166	13,13	160,80
Recursos/Transferências Vinculadas	582.575	766.372	10,18	31,55
Recursos de Convênios	413.185	593.731	7,89	43,70
Recursos de Operações de Créditos	2.946.766	648.414	8,61	(78,00)
Aplicações Financeiras	1.078.700	1.592.797	21,16	47,66
Recursos Diretamente Arrecadados	657.103	1.073.376	14,26	63,35
Recursos/Transferências Vinculadas	113.428	174.001	2,31	53,40
Recursos de Convênios	308.169	332.684	4,42	7,96
Recursos de Operações de Créditos		12.737	0,17	-
Aplicações do RPPS	566.283	331.053	4,40	(41,54)
(R) Recursos de Contas Arrecadoras	(349)	-	-	-
Total	10.012.411	7.526.739	100,00	(24,83)

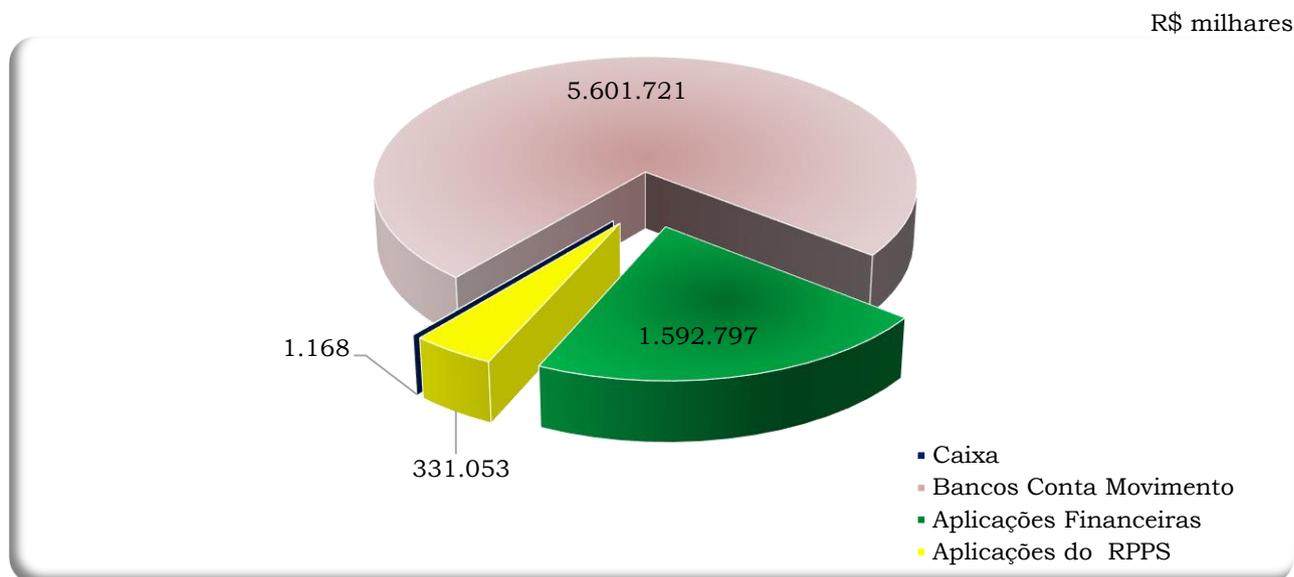
Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Gráfico n.º 18
Demonstrativo do Ativo Disponível – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

A conta retificadora “Recursos de Contas Arrecadoras” é composta por valores centralizados na Conta Única. Para melhor evidência no Balanço Patrimonial Fiscal, promoveu-se encontro de contas dos grupos escriturais 111.04 – Recurso de Movimentação da Unidade de Tesouraria e 111.99 – (R) Recursos Centralizados na Conta Única. O primeiro evidencia o direito das unidades orçamentárias integrantes da unidade de tesouraria, instituída pelo art. 56 da Lei Federal 4.320/64²⁶, e o segundo a retificação desses recursos. Esse procedimento foi realizado tendo em vista que tais recursos encontram-se contabilizados na conta de Bancos Conta Única registrada no Tesouro Estadual.

As Aplicações Financeiras apresentaram saldo de R\$ 1,592 bilhão, apurando-se uma variação positiva no biênio 2014/2013 próxima de 48%, oriunda dos recursos de Transferências Vinculadas e diretamente arrecadados, em decorrência dos aumentos das aplicações ocorridas, principalmente, nos Institutos de Previdência dos Militares e do Legislativo.

Os recursos de Operações de Crédito aplicados em 2014 decorreram principalmente dos programas de desenvolvimento de Minas Gerais, de infraestrutura rodoviária e do programa

²⁶-Art. 56 – O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.



de apoio ao Investimento no Estado de Minas Gerais, que conjuntamente, contribuíram com 93,55% do total das aplicações desta categoria.

No tocante ao saldo do grupo Créditos em Circulação, verifica-se uma variação nominal positiva de 30,78% em relação ao exercício anterior evidenciada na tabela 29, decorrente principalmente de acréscimos ocorridos nos Títulos e Direitos de Créditos, em Clientes e nos depósitos – Quitação de Sentença Judicial – Precatório/RPV.

Este último item registra a liberação de recursos financeiros a favor da Justiça do Trabalho ou Procuradores legalmente constituídos para fazer face à quitação de precatórios. Assim, o saldo representa valores já liberados pelo Tesouro Estadual para que as diversas unidades orçamentárias do Estado possam realizar quitação de seus precatórios.

Finalizando o grupo do Ativo Circulante, o subgrupo Bens e Valores em Circulação apresentou um acréscimo de 46,67% de 2013 para 2014, contribuindo com 18,58% para a formação do Circulante Total. Nesse grupo destacam-se:

- ✓ O saldo da conta de Medicamentos e Produtos Laboratoriais, no valor de R\$ 1 milhão, registrado em diversas unidades orçamentárias do Estado, em especial no Fundo Estadual de Saúde (FES) com 98% do total;
- ✓ R\$ 333 milhões registrados na conta de Material de Consumo e distribuídos entre a Polícia Militar, R\$ 103 milhões, e FES R\$ 94 milhões e demais unidades do Estado;
- ✓ R\$ 213 milhões referem-se à Dívida Ativa, sendo R\$ 208 milhões de créditos tributários e o restante não tributários, registrados integralmente pela unidade Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Estado de Fazenda.

6.1.2 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Na sequência, destaca-se o grupo Ativo Realizável a Longo Prazo, que compreende os direitos e créditos a receber da Administração Pública após o término do exercício seguinte, com 17,98% do Ativo Total. De tais direitos ressalta-se o saldo relativo aos créditos a Inscrever em Dívida Ativa Tributária no valor de R\$ 11,606 bilhões.



A seguir, o comparativo nos exercícios de 2013 e 2014 do Realizável a Longo Prazo, com seu devido detalhamento.

Tabela n.º 31
Comparativo do Ativo Realizável a Longo Prazo – 2013/2014

Descrição	2013	2014	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	259.701	330.719	1,94	27,35
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	18.604.386	16.734.126	98,06	(10,05)
Dívida Ativa	1.736.652	1.166.188	6,83	(32,85)
Tributária	1.121.203	445.116	2,61	(60,30)
Não Tributária	615.450	721.073	4,23	17,16
Créditos a Inscrever em Dívida Ativa	11.454.023	11.606.136	68,01	1,33
Créditos a Inscrever em Dívida Ativa Tributária	12.084.136	12.098.001	70,89	0,11
(R)Cessão de Direitos Creditórios	(630.113)	(491.865)	(2,88)	(21,94)
Créditos a Receber	5.411.347	3.959.569	23,20	(26,83)
Devedores por Enc. de Ass. à Saúde-Segurados	20.817	23.756	0,14	14,11
Empréstimos e Financiamentos	2.740.451	2.630.287	15,41	(4,02)
Títulos e Direito de Crédito	2.123.087	1.264.880	7,41	(40,42)
Outros Créditos a Receber	526.991	40.647	0,24	(92,29)
Clientes	3.363	2.233	0,01	(5,52)
Total	18.864.087	17.064.845	100,00	(9,54)

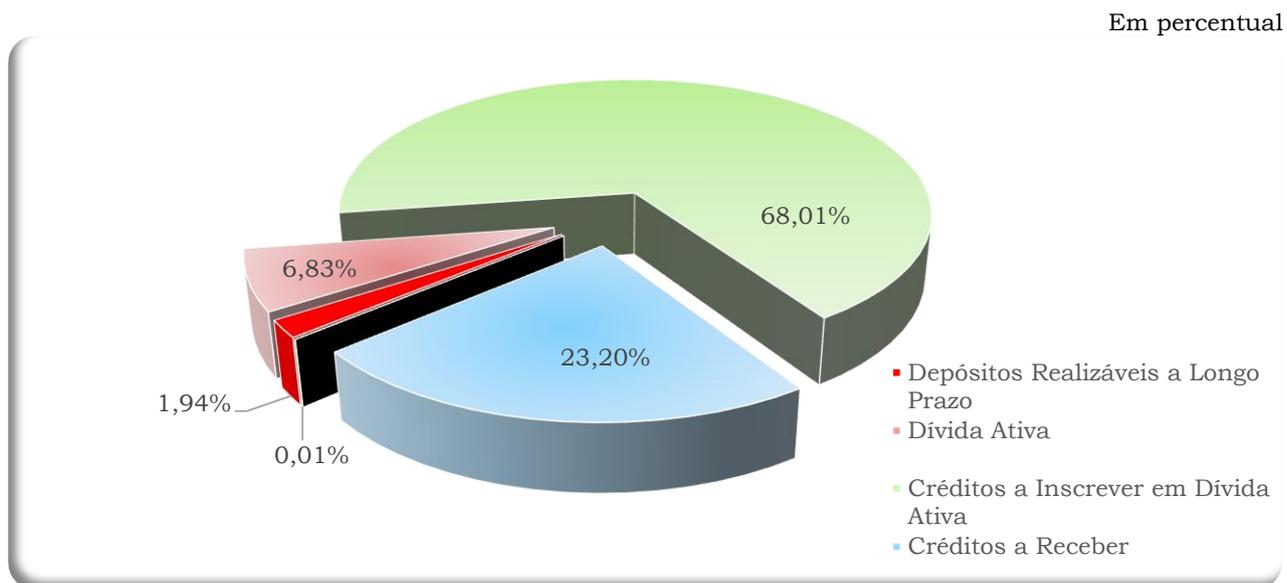
Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Gráfico n.º 19
Demonstrativo do Ativo Realizável a Longo Prazo – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



No grupo Depósitos Realizáveis a Longo Prazo, que registra o somatório dos depósitos realizáveis após o término do exercício financeiro, encontram-se os depósitos, cauções e garantias e os depósitos judiciais com cerca de 2% do realizável a longo prazo total.

Esse grupo teve um acréscimo de 27,35% em relação ao ano anterior, pela variação ocorrida em Depósitos, Cauções e Garantias registrados em sua maior parte pela unidade orçamentária EGE – Secretaria da Fazenda – Encargos Diversos. Referem-se às garantias de pagamentos de dívidas de médio e longo prazos renegociadas com os bancos junto à união, tendo como depositária a Secretaria do Tesouro Nacional. O acréscimo ocorrido deve-se à ajuste do saldo devedor caucionado para 31/12/2014.

Os Créditos Realizáveis a Longo Prazo contribuíram com 98,06% para formação do Ativo Realizável a Longo Prazo, registrando um decréscimo de 10,05% em relação a 2013, destacando-se os Créditos a Inscrever em Dívida Ativa no valor total de R\$ 11,606 bilhões, 68,01% do Realizável a Longo Prazo, onde R\$ 10,618 bilhões referem-se à fase administrativa, R\$ 1,479 bilhão ao Controle de Legalidade e R\$ 491 milhões à conta redutora da Cessão de Direitos Creditórios.

Quanto aos Créditos a Receber, que participaram com 23,20% do total do realizável a longo prazo, registraram decréscimos de 26,83% se comparados ao exercício de 2013. A seguir os principais fatores que impactaram neste subgrupo:

- ✓ Com R\$ 1,4 bilhão, os Empréstimos e Financiamentos dos Fundos de Desenvolvimento participaram com 8,34% para a formação do Realizável a Longo Prazo. Essa conta teve uma redução de 20,64% em relação ao ano anterior, devido a recebimentos de empréstimos concedidos, em especial, pelo Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento. Nesse fundo encontram-se registrados 88,68% daquele montante, cuja aplicação foi objetivando dar suporte financeiro a programas de financiamento ao desenvolvimento, à expansão do parque industrial mineiro, às atividades produtivas e a serviços neles integrados.
- ✓ Com R\$ 991 milhões, a Concessão de Financiamentos Habitacionais apresentou crescimento de 37,52% em relação ao ano anterior, em decorrência principalmente das incorporações de bens e direitos. Sendo que 97,94% do saldo da conta em 2014 foram



registrados no Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais e no Fundo de Habitação;

- ✓ R\$ 216 milhões foram referentes a Empréstimos e Financiamentos contabilizados pelos Fundo Estadual de Habitação (FEH) e EGE – Encargos Diversos/SEF, oriundos de empréstimos bancários da MinasCaixa e do BDMG.

A conta Títulos de Créditos, cuja finalidade é evidenciar a movimentação dos direitos do Estado adquiridos e ou recebidos por meio de processo de privatização do sistema financeiro bancário estadual e subscrição de debêntures, apresentou uma redução de 40,42% em relação ao exercício anterior. Essa diminuição foi em decorrência de baixas ocorridas nas Empresas Minas Gerais Participações S/A e Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) pelo recebimento de debêntures subordinadas à MGI e de alienação por resgate antecipado junto à Cemig.

Tabela n.º 32

Comparativo da Movimentação da Conta Títulos e Direito de Crédito – 2013/2014

Credor	R\$ milhares			
	2013	Atualizações	Baixas	2014
MGI – Minas Gerais Participações S/A	1.501.976	100.819	837.115	765.679
Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge)	327.276	911	1.407	326.780
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	120.000	98.568	218.568	-
Outros	173.836	373	1.788	172.421
Total	2.123.087	200.671	1.058.878	1.264.880

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Continuando a análise do Ativo, temos o Ativo Permanente, cuja finalidade é evidenciar a composição dos bens, direitos e valores com característica de constituir o patrimônio físico destinado à manutenção das atividades operacionais.



6.1.3 – Ativo Permanente

O Ativo Permanente teve uma representação de 20,84% do total do Ativo, sendo o Imobilizado o grupo mais expressivo com 57,55% do total, conforme tabela 33, que demonstra a composição dos seus subgrupos.

Tabela n.º 33
Comparativo do Ativo Permanente – 2013/2014

Ativo Permanente	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Investimentos	6.852.271	8.388.225	42,40	22,42
Participações Societárias	6.440.131	8.382.877	42,37	30,17
Títulos e Valores	1.863	1.863	0,01	0,02
Unidades Habitacionais em Construção	409.739	3.485	0,02	(99,15)
Unidades Habitacionais a Financiar	538	-	-	-
Imobilizado	9.240.930	11.386.072	57,55	23,21
Bens Patrimoniais	7.876.240	10.009.941	50,60	27,09
Obras em Andamento	1.370.095	1.390.815	7,03	1,51
Instalações Pendentes de Incorporação	-	368	0,00	-
Patrimonial – Imóveis				
Depreciação, Amortizações e Exaustões	(5.405)	(15.052)	(0,08)	178,48
Intangível	10.019	10.108	0,05	0,89
Total	16.103.219	19.784.405	100,00	22,86

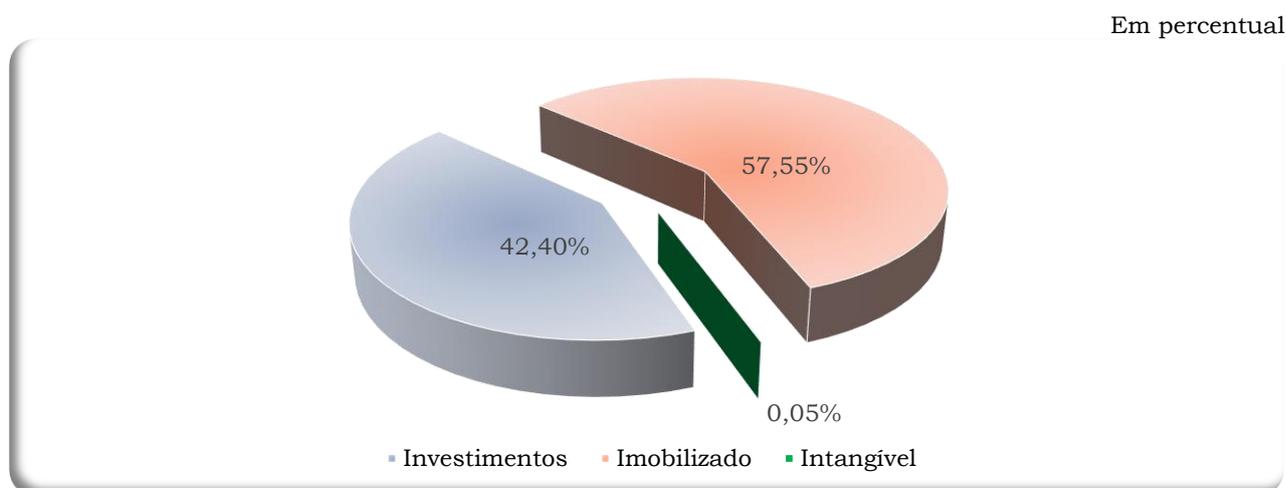
Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Gráfico n.º 20
Demonstrativo do Ativo Permanente – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



Considerando o grupo Investimentos, verifica-se que as participações societárias contribuíram com 99,94% do total, registrados especificamente na Unidade Orçamentária 1915 – Transferências do Estado a Empresas. Destaca-se o crescimento nominal de 30,17% em relação a 2013, decorrentes em sua maior parte das variações positivas ocorridas na Minas Gerais Participações S/A (MGI). Os acréscimos ocorridos em 2014 são relativos às participações nessa empresa e decorrentes principalmente de aumento de capital por transferência de ações da Cemig e integralização de aporte de capital.

A tabela e gráfico a seguir demonstram a participação societária do Estado nas empresas públicas.

Tabela n.º 34

Comparativo das Participações Societárias – 2013/2014

Descrição	2013	2014	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Companhia Desenv. Econômico MG (Codemig)	1.762.518	1.722.918	20,55	(2,25)
Companhia de Saneamento de MG (Copasa)	1.167.652	1.167.652	13,93	-
Banco de Desenvolvimento de MG S/A (BDMG)	1.508.972	1.542.296	18,40	2,21
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	1.072.074	1.072.074	12,79	-
Minas Gerais Participações (MGI)	745.039	2.668.110	31,83	258,12
Cia de Tecnologia da Informação de MG (Prodemge)	76.224	76.224	0,91	-
Outras Participações	107.651	133.602	1,59	24,11
Total	6.440.131	8.382.877	100,00	30,17

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

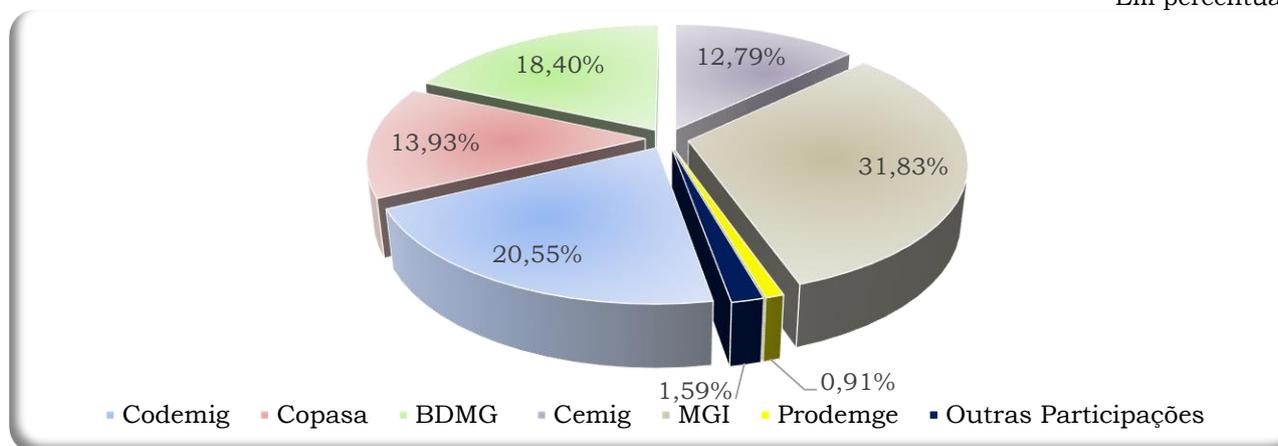
Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Gráfico n.º 21

Demonstrativo das Participações Societárias – 2014

Em percentual



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



Concluindo o grupo dos investimentos, ressalta-se a redução do saldo da conta Unidade Habitacionais em Construção e a Financiar em 2014, devido ao término de obras financiadas e o respectivo valor transferido para a conta Concessão de Financiamentos Habitacionais pela entrega das unidades.

Retomando a tabela 33, verifica-se que o grupo do Imobilizado contribuiu aproximadamente com 58% para a formação do Ativo Permanente, com um crescimento nominal de 23,21% com relação ao ano anterior. A seguir, é apresentado o detalhamento do Imobilizado no que se refere aos bens móveis e imóveis no biênio 2013/2014.

Tabela n.º 35

Comparativo do Imobilizado – Bens Móveis e Imóveis - Por Elemento de Despesa – 2013/2014

Descrição	2013		2014	
	Móveis	Imóveis	Móveis	Imóveis
Obras e Instalações	-	6.455	-	6.823
Equipamento e Material Permanente	3.187.685	-	3.444.102	-
Aquisições de Imóveis	-	4.613.306	-	6.523.528
Depreciação	(1.072)	(4.333)	(10.719)	(18.820)
Obras em Andamento	-	1.370.095	-	1.390.815
A Classificar	39.511	29.283	24.567	25.776
Total	3.226.123	6.014.806	3.457.950	7.928.122

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Quanto aos Bens Imóveis, no valor de R\$ 7,928 bilhões, 82,28% do montante registrado referem-se à aquisição de imóveis, sendo: R\$ 3,950 bilhões relativos a edifícios, R\$ 1,315 bilhão a fazendas, R\$ 1 bilhão a terrenos e o restante a salas e escritórios.

Em relação aos bens imóveis, no exercício de 2014 as Obras em Andamento contribuíram com aproximadamente 7% do Imobilizado, com variação positiva em torno de 2% em relação a 2013. Esse crescimento reflete os novos investimentos, tais como, implantação de hospitais regionais, fortalecimento da rede municipal, ampliação e reformas das unidade prediais da Fhemig e expansão do ensino universitário, dentre outros.



As depreciações de bens móveis ocorridas em 2014 totalizaram R\$ 10 milhões e foram relativas, em sua grande parte, a Equipamentos de Informática e Mobiliário.

6.1.4 – Ativo Compensado

O Ativo Compensado representou 50,23% do ativo total. Sua função precípua é o controle de fatos que possam vir a afetar o patrimônio e seu valor compõe o Balanço Patrimonial sem, contudo, afetar sua estrutura, pois tem como contrapartida o Passivo Compensado que evidencia a mesma situação. Sua estrutura está demonstrada a seguir:

Tabela n.º 36
Demonstrativo do Ativo Compensado – 2013/2014

Descrição	2013	2014	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Bens e Direitos do Estado sob a Responsabilidade de Terceiros	30.804.546	35.379.444	74,21	14,85
Responsabilidade de Terceiros	12.366.590	13.675.915	28,68	10,59
Garantias de Valores e Bens	954.502	1.150.017	2,41	20,48
Obrigações de Conveniados e de Contratados	17.426.594	20.492.989	42,98	17,60
Diversos Responsáveis em Apuração	56.860	60.523	0,13	6,44
Outras Compensações Ativas	5.373.090	5.627.813	11,80	4,74
Obras em Andamento não Patrimoniáveis	3.091.301	3.662.844	7,68	18,49
Operações de Crédito Internas - Valores a Receber	2.273.688	1.963.146	4,12	(13,66)
Operações de Crédito Externas - Valores a Receber	8.102	1.822	0,00	(77,51)
Parcerias Público Privadas (PPP)	3.157.271	3.168.240	6,65	0,35
Contratos Parcerias Público Privadas - Sistema Prisional	2.629.427	2.629.427	5,52	-
Garantias Concedidas pelo Parceiro Privado a Executar – Sistema Prisional	409.519	420.488	0,88	2,68
Garantias Ofertadas pelo Parceiro Privado a Executar - Sistema Prisional	118.324	118.324	0,25	-
Contrapartida Bens e Direitos de Terceiros Sob Responsabilidade do Estado	2.568.017	3.501.477	7,34	36,35
Total	41.902.923	47.676.974	100,00	13,78

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Os valores registrados nesse grupo são decorrentes principalmente de Bens e Direitos sob a Responsabilidade de Terceiros e de Outras Compensações Ativas com 74% e 11% do total do Ativo Compensado, respectivamente. O primeiro apresenta relevância nas Obrigações de Conveniados e de Contratados e nas Responsabilidades de Terceiros. O segundo nas Obras



em Andamento – Bens não Patrimoniáveis e nas Operações de Crédito Interna – Valores a Receber.

Quanto aos registros das Parcerias Público-Privadas, ressalta-se que este programa é um modelo de contratação de serviços junto ao setor privado, que se baseia em princípios como o da boa governança, visando à adoção de práticas para o melhor uso dos recursos públicos.

Em 2014, o saldo de R\$ 2,629 bilhões decorre do sistema Prisional, relativo a contrato assinado em 16/06/2009 pela Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) e a Concessionária Gestores Prisionais Associados S/A (CGPA), cujas garantias se encontram evidenciadas na tabela 36.

6.2 – Passivo

O Passivo compreende o conjunto de deveres e obrigações com terceiros assumidas pelo Estado exigíveis a curto e longo prazos.

Tabela n.º 37

Comparativo do Passivo por Grupo – 2013/2014

Passivo	2013	2014	R\$ milhares
			AH % (1)
Passivo Circulante	6.453.950	5.751.252	(10,89)
Passivo Exigível a Longo Prazo	88.288.324	93.445.228	5,84
Créditos Financeiros a Liberar - Operações Intragovernamentais	21.925	17.816	(18,74)
Soma do Passivo Real	94.764.198	99.214.296	4,70
Saldo Patrimonial	(47.753.199)	(51.972.618)	8,84
Passivo Compensado	41.902.924	47.676.974	13,78
Total	88.913.923	94.918.653	6,75

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

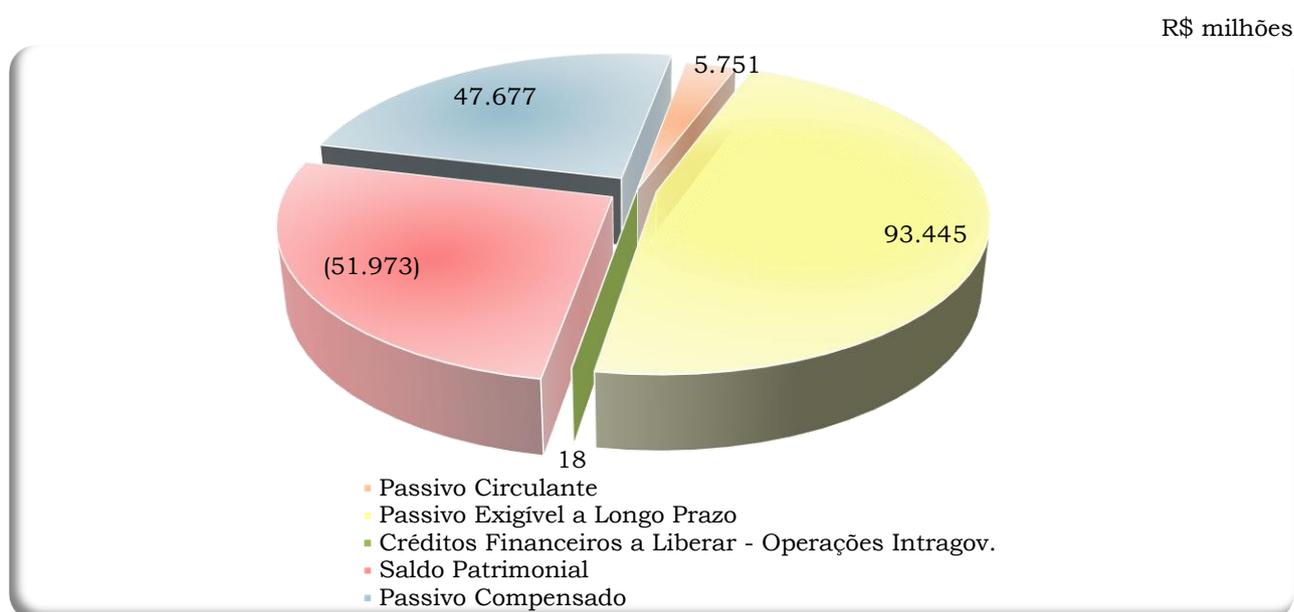
Verifica-se acréscimo de 6,75% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente do crescimento do grupo compensado de 13,78%, que participou com 50,23% do total do passivo. Entretanto, esse crescimento não interfere no Patrimônio Líquido, pois sua função primordial é o controle, contendo exclusivamente registros dos fatos que possam futuramente afetar o patrimônio.



Em seguida, temos o passivo Exigível a Longo Prazo com crescimento de 5,84%, os demais grupos do Passivo Real tiveram redução em relação ao ano anterior, sendo, o Circulante de com 10,89% e os Créditos Financeiros a Liberar – Operações Intragovernamentais de 18,74%.

O Passivo a Descoberto cresceu 8,84% em relação ao exercício anterior, o que será abordado quando da análise dos grupos de contas.

Gráfico n.º 22
Demonstrativo do Passivo por Grupo – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

6.2.1 – Passivo Circulante

Do passivo total, o Passivo Circulante, grupo que compreende os compromissos Exigíveis a Curto Prazo, representou 6,06% do Passivo. Essa participação foi inferior à de 2013 em decorrência das obrigações em circulação e dos depósitos.

De acordo com a tabela 39, observa-se que esse grupo apresenta-se subdividido em Obrigações em Circulação, Depósitos e Valores Pendentes a Curto Prazo.



Tabela n.º 38

Comparativo do Passivo Circulante – 2013/2014

Passivo Circulante	2013	2014	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH% (2)
Obrigações em Circulação	5.688.741	5.130.215	89,20	(9,82)
Depósitos	739.293	586.299	10,19	(20,69)
Valores Pendentes a Curto Prazo	25.916	34.738	0,60	34,04
Total	6.453.950	5.751.252	100,00	(10,89)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

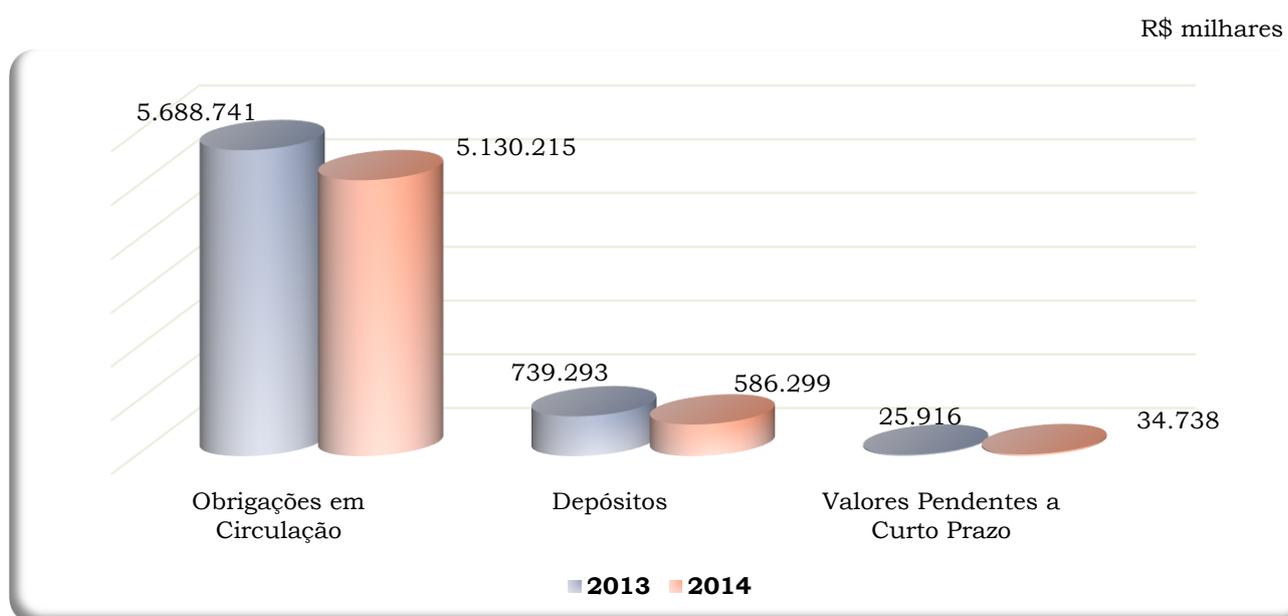
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Gráfico n.º 23

Comparativo do Passivo Circulante – 2013/2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

As Obrigações em Circulação representaram o grupo mais expressivo do Passivo Circulante, com participação de 89,20% da composição do mesmo, com decréscimo de 9,82% em relação ao exercício de 2013. Esse grupo de contas relativo às obrigações representaram, em quase sua totalidade, o saldo de Restos a Pagar Processados e Não Processados, demonstrados no tabela 38 e gráfico 23, evidenciados por grupos de despesa.



Tabela n.º 39

Demonstrativo de Restos a Pagar Processados e Não Processados por Grupo de Despesa – 2014

Grupo	R\$ milhares			
	Processado	Não Processado	Total	AV % (1)
Pessoal e Encargos Sociais	1.706.215	23.934	1.730.150	33,73
Outras Despesas Correntes	781.744	1.175.730	1.957.474	38,16
Investimentos	985.996	427.459	1.413.456	27,55
Inversões Financeiras	10.548	18.116	28.664	0,56
Total	3.484.503	1.645.240	5.129.743	100,00

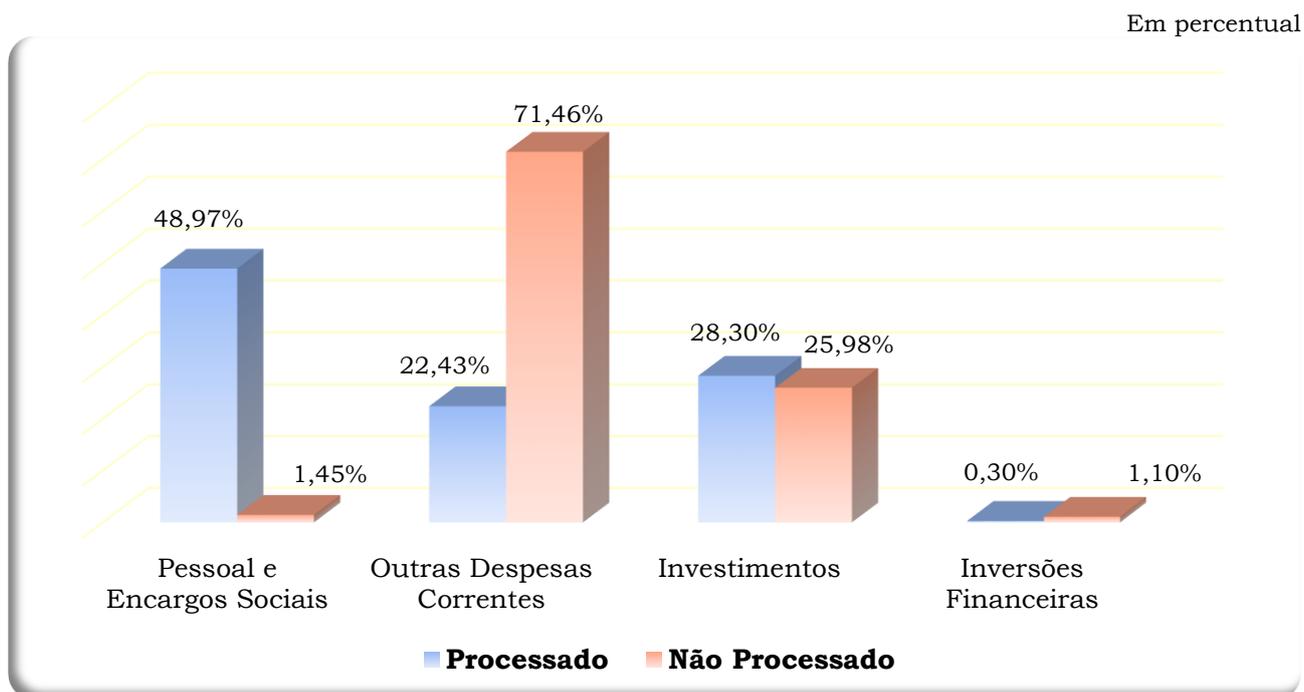
Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: 1) AV – Análise Vertical/2014.

Gráfico n.º 24

Comparativo do Demonstrativo de Restos a Pagar Processados e Não Processados por Grupo de Despesa – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

A despesa relativa a Pessoal e Encargos Sociais representou 33,73% do total dos Restos a Pagar. Nesse grupo, o valor de R\$ 1,706 bilhão refere-se à despesa com folha de salários e encargos sociais de dezembro e R\$ 23 milhões originários de anos anteriores, destes R\$ 22 milhões referem-se à despesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas. Em relação à folha de dezembro, o pagamento ocorreu no início de janeiro de 2015, ficando a pagar



valores referentes à contribuição patronal no valor de R\$ 44 milhões e R\$ 63 milhões relativos a outras despesas de pessoal.

Outras Despesas correntes, que representaram 38,16% do total dos Restos a Pagar, os maiores saldos encontram-se concentrados em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Material de Consumo, Contribuições e Indenizações e Restituições, este último relacionado, em especial, com o provimento de Ensino Fundamental e Médio.

Quanto aos investimentos, decorrem principalmente de despesas provenientes de Obras e Instalações, Equipamentos e Material Permanente e Auxílios, sendo esses auxílios relativos:

- ✓ Fortalecimento da Rede Municipal;
- ✓ Gestão de Infraestrutura do Sistema Estadual de Educação – Fundamental e Médio;
- e
- ✓ Ampliação de Estrutura da Atenção Primária.

Dando continuidade à análise do passivo circulante, os Depósitos representaram 10,19% do grupo em questão e sofreram um decréscimo de 20,69% em relação a 2013. Nessa subdivisão, destacam-se os saldos das contas:

- ✓ Outros Consignatários, saldo de R\$ 224 milhões, com um acréscimo de 12,04% em relação a 2013. Esse montante foi pulverizado em várias unidades orçamentárias, com destaque para os registrados no Fundo Financeiro Previdenciário (Funfip); Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Tribunal de Justiça e Folha de Pessoal Centralizada, responsáveis por aproximadamente 84,27% do valor total da obrigação em questão, onde o principal credor beneficiário são bancos diversos;
- ✓ Depósitos de Terceiros, conta contábil que registra os depósitos para quem de direito e posterior devolução ou conversão em receita orçamentária. Encerrou 2014 com um montante de R\$ 198 milhões, onde aproximadamente 83,95% foram registrados pelo Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Quanto aos valores Pendentes a Curto Prazo, apresentou saldo em 2014 de R\$ 34 milhões. Esse grupo contribuiu aproximadamente com 1% para a formação do passivo circulante, entretanto, apresentou acréscimo de 34,04% em relação a 2013. O saldo de 2014 foi



distribuído em “Receita a Realizar de Agentes Lotéricos” e “Receitas de Exercícios Seguintes”, contribuindo com 94,90% do saldo do grupo as receitas de IPVA recebidas em 2014, cujo fato gerador refere-se ao exercício de 2015. Valor esse que foi contabilizado como receita orçamentária tendo como base legal o art. 37, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme documento de reclassificação de receita n.º 13/2015.

6.2.2 – Exigível a Longo Prazo

O Exigível a Longo Prazo, evidenciado na tabela 26, representou o grupo mais expressivo do total do passivo, com participação de 98,45%. Nele estão compreendidas as obrigações exigíveis em prazo superior a doze meses representadas por contratos e outras obrigações de longo prazo, conforme detalhamento a seguir.

Tabela n.º 40

Comparativo da Composição do Exigível a Longo Prazo – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	1.015	594	0,00	(41,49)
Reserva Técnica Atuarial	1.015	594	0,00	(41,49)
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	88.287.309	93.444.634	100,00	5,84
Operações de Crédito Internas	74.097.325	77.888.513	83,35	5,12
Operações de Crédito Externas	9.396.313	10.383.986	11,11	10,51
Outras Exigibilidades	4.793.671	5.172.135	5,53	7,90
Renegociações de Obrigações Previdenciárias – União	961.274	925.968	0,99	(3,67)
Renegociações de Obrigações Previdenciárias – Inst. de Previd. Estaduais	8.102	60.047	0,06	641,14
Reserva Atuarial de Benefícios	402.224	453.747	0,49	12,81
Sentenças Judiciais - Precatórios	3.403.286	3.641.844	3,90	7,01
Outras Obrigações Assumidas pelo Estado	18.785	90.529	0,10	381,92
Total	88.288.324	93.445.228	100,00	5,84

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

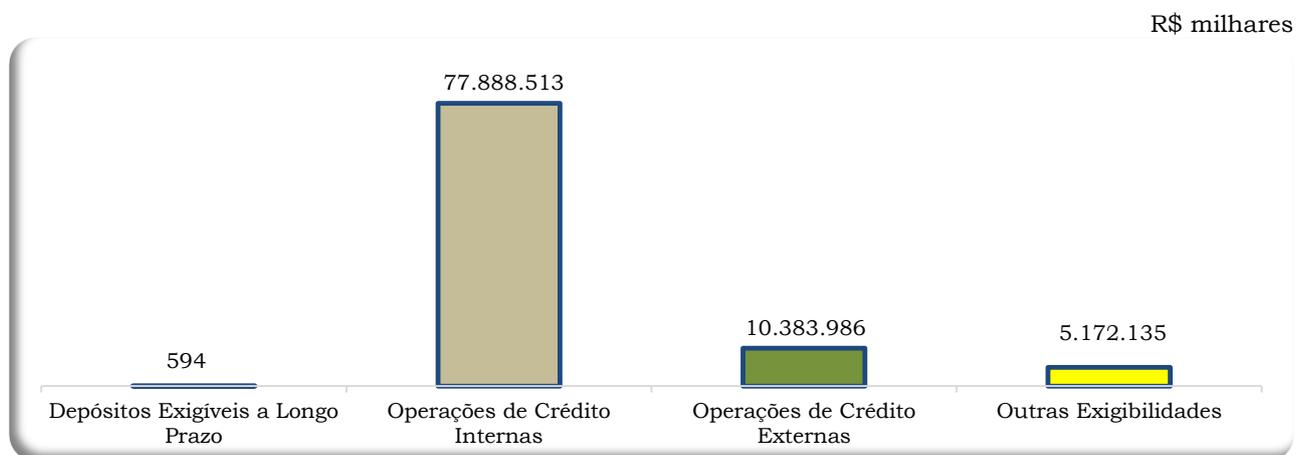
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).



Gráfico n.º 25
Composição do Exigível a Longo Prazo – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

As Obrigações Exigíveis a Longo Prazo são constituídas precipuamente pelas operações de crédito internas e externas representaram 94,46% do grupo em questão, apresentando acréscimo de 5,72% de um ano para o outro, decorrente, principalmente, da reavaliação dos contratos e incorporação de juros ao saldo devedor.

As tabelas 41 e 42 apresentam a composição das operações de Crédito Internas e Externas em 31/12/2014, quando totalizaram aproximadamente R\$ 89 bilhões. Os contratos referentes ao refinanciamento da Lei Federal n.º 9496/97 e seu resíduo e as operações relativas ao saneamento dos Bancos Estaduais (Bemge e Credireal) totalizaram R\$ 70,223 bilhões em 2014, dívida de natureza interna.

Tabela n.º 41
Composição das Operações de Crédito Internas – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Contrato e Resíduo Lei Federal n.º 9496/97	48.234.779	50.582.246	64,94	4,87
Saneamento Bancos Estaduais Lei Federal 9496/97	19.060.100	19.630.819	25,20	2,99
Programa de Desenvolvimento de EMG	4.772.067	5.483.220	7,04	14,90
Outras	2.030.379	2.192.229	2,81	7,97
Total	74.097.325	77.888.513	100,00	5,12

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG
Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;
2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).



Tabela n.º 42

Composição das Operações de Crédito Externas – 2013/2014

Descrição	R\$ milhares			
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Bird – 2ª Parceria Desenvolvimento MG	3.358.992	3.756.177	36,17	11,82
Credit Suisse	2.975.102	3.373.374	32,49	13,39
Bird – Reestruturação CRC	1.054.170	1.195.290	11,51	13,39
AFD CBR	967.950	968.100	9,32	0,02
Bird – BR DPL	296.141	303.544	2,92	2,50
BID MG III	287.818	311.169	3,00	8,11
BID – Proacesso 1709/OC-BR	212.052	230.946	2,22	8,91
Projeto Jaíba II	50.590	33.576	0,32	(33,63)
BID – BR Profort/Profisco	93.704	106.248	1,02	13,39
Outras	99.793	105.562	1,02	5,78
Total	9.396.313	10.383.986	100,00	10,51

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

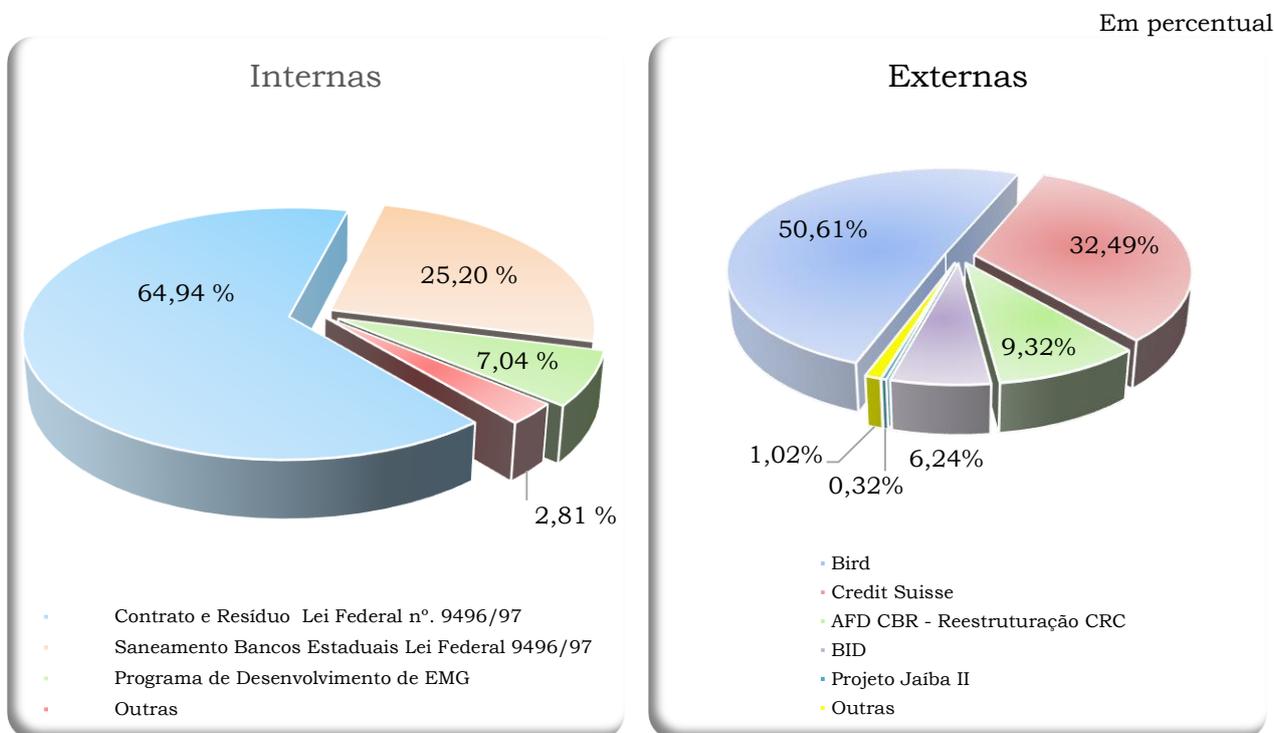
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

Gráfico n.º 26

Composição das Operações de Crédito Internas e Externas



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



Destaca-se na tabela 43, elaborada a partir de informações fornecidas pela Superintendência Central da Governança de Ativos da Dívida Pública (SCGOV), a projeção das Operações de Crédito Internas e Externas de 2014 a 2043, cujos contratos se encontram identificados no volume do balanço referente à Administração Direta, das páginas 26 a 28.

Tabela n.º 43

Demonstrativo do Escalonamento da Dívida Pública – Operações de Crédito Internas e Externas – 2014

Ano	Principal		Juros e Taxas		Obrigações		Total Valor	%
	Dívida Interna	Dívida Externa	Dívida Interna	Dívida Externa	Dívida Interna	Dívida Externa		
	A	B	D	E	G = (A+A.1+D)	H = (B+E)		
2014	3.401.234	256.175	2.898.513	349.395	6.299.747	605.570	6.905.316	6,07%
2015	4.367.745	229.890	1.522.519	297.370	5.890.264	527.260	6.417.524	5,64%
2016	4.752.129	263.545	1.422.392	293.816	6.174.521	557.361	6.731.882	5,91%
2017	5.051.295	351.990	1.315.672	289.293	6.366.967	641.284	7.008.251	6,16%
2018	5.280.659	689.328	1.204.815	273.975	6.485.474	963.303	7.448.777	6,54%
2019	5.522.577	689.328	1.091.124	250.364	6.613.700	939.692	7.553.392	6,64%
2020	5.768.746	689.328	1.156.813	225.032	6.925.559	914.360	7.839.920	6,89%
2021	6.036.625	685.478	856.793	201.163	6.893.418	886.641	7.780.059	6,83%
2022	6.280.704	681.734	736.436	176.987	7.017.140	858.721	7.875.861	6,92%
2023	6.643.916	662.655	603.998	153.085	7.247.914	815.740	8.063.654	7,08%
2024	6.897.224	649.386	467.323	129.302	7.364.547	778.688	8.143.235	7,15%
2025	7.213.301	649.386	335.237	105.011	7.548.538	754.397	8.302.935	7,29%
2026	7.540.076	649.386	198.736	81.322	7.738.813	730.708	8.469.521	7,44%
2027	2.820.339	649.386	330.539	57.763	3.150.878	707.149	3.858.027	3,39%
2028	2.227.305	312.049	288.967	42.882	2.516.272	354.930	2.871.203	2,52%
2029	2.301.713	310.437	194.586	37.132	2.496.299	347.569	2.843.868	2,50%
2030	1.927.613	304.106	102.930	31.365	2.030.543	335.471	2.366.014	2,08%
2031	1.489.789	304.106	31.409	25.734	1.521.198	329.840	1.851.038	1,63%
2032	29.444	239.566	668	20.484	30.112	260.050	290.161	0,26%
2033	-	239.566	-	16.876	-	256.442	256.442	0,23%
2034	-	217.229	-	13.302	-	230.531	230.531	0,20%
2035	-	211.225	-	10.064	-	221.289	221.289	0,19%
2036	-	209.420	-	6.845	-	216.265	216.265	0,19%
2037	-	100.885	-	4.097	-	104.982	104.982	0,09%
2038	-	74.348	-	2.563	-	76.911	76.911	0,07%
2039	-	47.812	-	1.641	-	49.452	49.452	0,04%
2040	-	47.812	-	908	-	48.720	48.720	0,04%
2041	-	23.906	-	181	-	24.087	24.087	0,02%
2042	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
2043	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
Total	85.552.435	10.439.464	14.759.468	3.097.951	100.311.903	13.537.415	113.849.318	100,00%

Fonte: SEF/STE/SCGOV/DCD

Nota da Unidade:

- ✓ "Para contratos amparados pela Lei Federal 9496/97, são considerados os critérios estabelecidos na cláusula quinta do Contrato n.º 004/98/STN/Coafi, que estabelece



o limite de pagamento de 13% da RLR e crescimento da RLR em 3% a.a., nos termos do Programa de Ajuste Fiscal (PAF);

- ✓ Em função do limite de pagamento estabelecido, os juros não pagos são incorporados ao saldo devedor atual, na projeção, ocasionando o pagamento de principal em valor superior a estoque atual, para a dívida interna;
- ✓ Os valores de 2015 estão a preços correntes;
- ✓ O estoque da dívida fundada interna em 31/12/2014, sem as incorporações nos exercícios futuros, é de R\$ 77.888.512.995,11, e da dívida externa R\$ 10.383.985.962,16;
- ✓ Os estoques estão demonstrados nas contas patrimoniais 2.2.2.01.02 e 2.2.2.02.02;
- ✓ Considerados os efeitos estimados da Lei Complementar n.º 148, de 25/11/2014, tendo impacto nos contratos amparados pela Lei Federal 9496/97, com redução na projeção do serviço da dívida".

Referindo-se ainda às Obrigações Exigíveis em Longo Prazo, verifica-se que o saldo da conta contábil Reserva Técnica Atuarial reduziu 41,49%, em decorrência de amortizações de empréstimos registrados pelo Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais.

Quanto às outras exigibilidades, verifica-se:

- ✓ Renegociações de Obrigações Previdenciárias – União, o saldo refere-se a parcelamento de débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), registrado pelo EGE – Secretaria de Fazenda – Encargos Diversos;
- ✓ O saldo apresentado na conta Reserva Atuarial de Benefícios foi registrado pelo Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais;
- ✓ Outras Obrigações Assumidas pelo Estado têm o saldo diluído em várias unidades orçamentárias, referindo-se, principalmente, a obrigações com o Pasep (24,82%) e ao 7º termo aditivo assinado entre o Estado de MG e a Empresa Gestora de Ativos (74,32%) relativo ao instrumento contratual e outras avenças, registrado pela unidade orçamentária EGE – Sec. Fazenda Encargos Diversos, conforme Nota de Lançamento Contábil nº 115.

Para encerrar as contas do passivo, tem-se que o Passivo a Descoberto em 31/12/14 foi de R\$ 51,972 bilhões, com acréscimo de 8,84%, em relação a 2013, decorrente do resultado



patrimonial deficitário da ordem de R\$ 4 bilhões, cuja análise das contas de resultado encontra-se no capítulo 7 – Variações Patrimoniais a seguir.



7 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais

A Demonstração da Variações Patrimoniais tem por finalidade evidenciar as alterações verificadas no patrimônio dos Órgãos/Entidades do Estado durante o exercício financeiro e podem ser resultantes ou independentes da execução orçamentária.

A diferença apurada entre as Variações Ativas e as Passivas denomina-se resultado patrimonial, que é apresentado por meio das Demonstrações Patrimoniais, podendo ser superavitário ou deficitário.

Na tabela 44, verifica-se que no exercício de 2014 o total das Variações Passivas superou o das Ativas, provocando um resultado patrimonial deficitário de R\$ 4,219 bilhões. Esse déficit foi decorrente da incorporação de Passivos e desincorporação de Ativos.

Tabela n.º 44

Demonstrativo das Variações Patrimoniais (1) – 2014

R\$ milhares					
Passivas	Valores	AV % (2)	Ativas	Valores	AV % (2)
Resultado Orçamentário	241.053.075	70,43	Resultado Orçamentário	239.908.611	70,10
Despesa Orçamentária	75.155.546	21,96	Receita Orçamentária	73.257.997	21,40
Interferências Passivas	161.250.738	47,12	Interferências Ativas	160.996.717	47,04
Mutações Patrimoniais	4.646.792	1,36	Mutações Patrimoniais	5.653.898	1,65
Resultado Extraorçamentário	101.194.385	29,57	Result. Extraorçamentário	98.119.430	28,67
Subtotal	342.247.460	100,00	Subtotal	338.028.042	98,77
			Déficit Patrimonial	4.219.418	1,23
Total	342.247.460	100,00	Total	342.247.460	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/ SCCG/STE/SEF-MG.

Notas: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes;

2) AV – Análise Vertical.

A movimentação de bens, que provoque de forma quantitativa ou qualitativa alterações no patrimônio do ente, ocasionada pela incorporação e ou desincorporação, é denominada mutação patrimonial, que pode ser ativa ou passiva. Essas mutações contribuem para a formação do resultado financeiro do exercício e compõem o demonstrativo das Variações Patrimoniais estabelecido pela Lei Federal 4320/64.



Em 2014, a conjugação das Mutações Ativas e Passivas resultou em um aumento patrimonial de R\$ 1,007 bilhão, evidenciado na tabela 46.

Tabela n.º 45
Comparativo das Mutações Patrimoniais – 2013/2014

Conta Contábil - Descrição	Mutações Passivas		AH %	Mutações Ativas		AH %
	2013	2014	(1)	2013	2014	(1)
Bens Imóveis	9.056	11.484	26,82	36.690	32.905	(10,32)
Bens Moveis	10.037	7.556	(24,72)	446.069	224.969	(49,57)
Créditos a Receber	-	-	-	94.804	119.884	26,45
Créditos a Receber – Curto Prazo	213.194	378.513	77,54	-	-	-
Créditos a Receber – Longo Prazo	1.614.523	2.552.784	58,11	-	-	-
Dívida Ativa	441.869	392.324	(11,21)	-	-	-
Estoques em Geral	1.168	158	(86,45)	852.771	793.972	(6,90)
Obras e Instalações Andamento	-	-	-	255.924	-	-
Obras em Andamento/ Instalações a Incorporar	-	-	-	-	349.110	-
Operações de Crédito Externas	2.556.332	6.353	(99,75)	70.566	127.920	81,28
Operações de Crédito Internas	3.319.366	329.171	(90,08)	4.893.639	2.688.445	(45,06)
Outras Exigibilidades	-	-	-	243.109	85.215	(64,95)
Outros Investimentos	-	-	-	135.625	119.877	(11,61)
Participações Societárias	42.172	39.600	(6,10)	966.751	1.111.601	14,98
Títulos e Valores	203.555	928.847	356,31	-	-	-
Total (2)	8.411.272	4.646.792	(44,76)	7.995.949	5.653.898	(29,29)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AH – Análise Horizontal (2014/2013);

2) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes

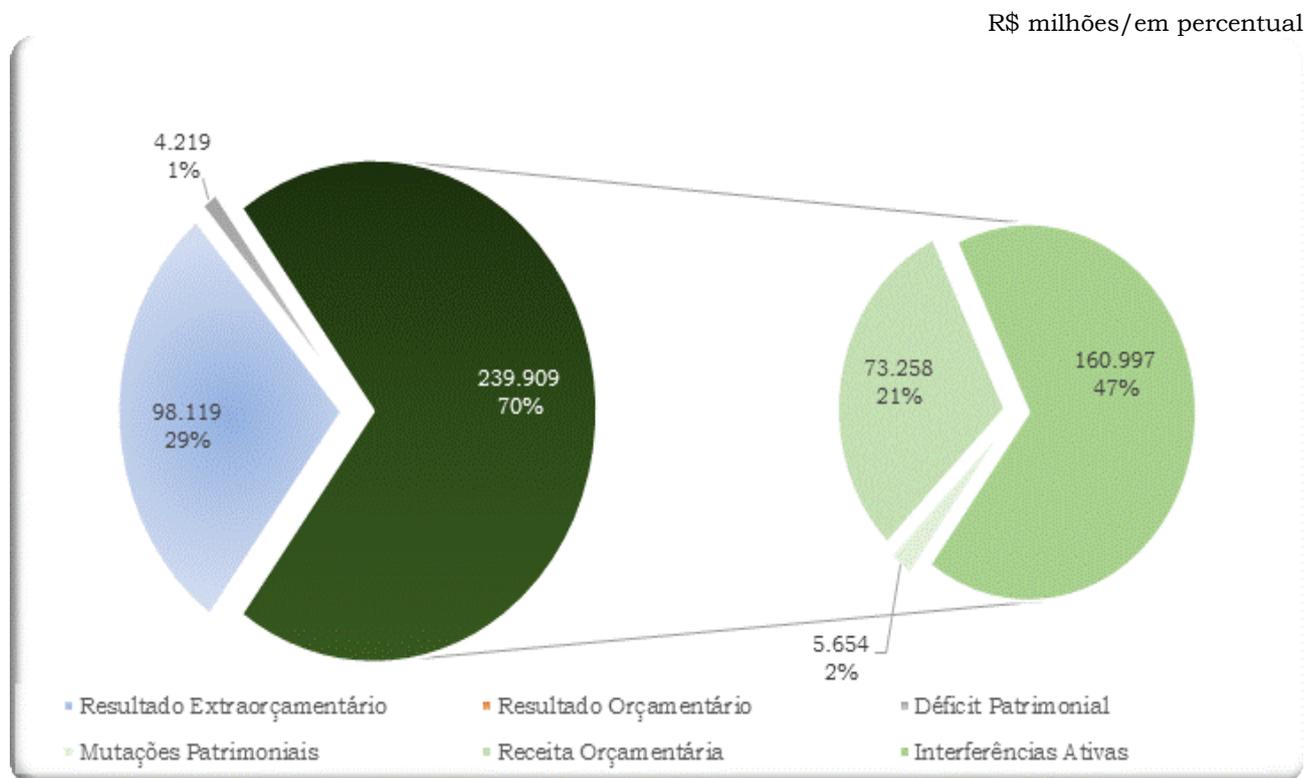
7.1 – Variações Ativas

As Variações Ativas, também denominadas Resultado Aumentativo, são demonstradas por meio dos subgrupos resultantes da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária. Em 2014, apresentou-se um montante de R\$ 338 bilhões, procedente das:

- ✓ Receitas orçamentárias, cuja análise encontra-se no tópico 4 deste relatório;
- ✓ Das mutações ativas decorrentes da despesa orçamentária destinadas ao aumento do ativo ou da diminuição do passivo;
- ✓ Das Interferências Ativas oriundas sobretudo da movimentação financeira escritural;
- ✓ Resultado Extraorçamentário, também denominado Variações Ativas;
- ✓ Independentes da Execução Orçamentária natural de fatos que interferem no patrimônio, entretanto sem afetar o orçamento.

Gráfico n.º 27

Demonstrativo das Variações Patrimoniais Ativas – 2014



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

O subgrupo das Interferências Ativas, no valor de R\$ 161 milhões, é composto pela movimentação financeira escritural, operações financeiras, Receita de Aplicação Financeira Contrapartida do Tesouro e Receita Restituição Contrapartida Recursos do Tesouro. Embora apresente movimentação vultosa, sua finalidade precípua é o registro de movimentações financeiras entre as diversas unidades, tanto nas Interferências Ativas quanto nas Interferências Passivas.

Destaca-se que, usualmente, o montante das Interferências Ativas mantém correlações com os valores apresentados nas Interferências Passivas, mas confrontando os subgrupos (6.1.2 – Interferências Ativas e 5.1.2 – Interferências Passivas), em 2014, apura-se um saldo de R\$ 254 milhões, decorrente das cotas financeiras concedidas pelo Tesouro Estadual às Empresas Estatais Dependentes e registros de pagamentos efetuados com desconto pelo Tesouro Estadual para diversas unidades orçamentárias.



A Receita Orçamentária na ordem de R\$ 73,258 bilhões foi analisada no capítulo 4 deste relatório. No tocante às mutações patrimoniais da despesa, essas são representadas pela incorporação de ativos e pela desincorporação de passivos, constituindo-se em fatos permutativos associados às despesas orçamentárias de capital²⁷.

Tabela n.º 46
Comparativo das Mutações Patrimoniais Ativas – 2013/2014

Conta Contábil – Descrição	Mutações Ativas		R\$ milhares	
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Bens Imóveis	36.690	32.905	0,58	(10,32)
Bens Móveis	446.069	224.969	3,98	(49,57)
Créditos a Receber	94.804	119.884	2,12	26,45
Estoques em Geral	852.771	793.972	14,04	(6,90)
Obras em Andamento/ Instalações a Incorporar	255.924	349.110	6,17	36,41
Operações de Crédito Externas	70.566	127.920	2,26	81,28
Operações de Crédito Internas	4.893.639	2.688.445	47,55	(45,06)
Outras Exigibilidades	243.109	85.215	1,51	(64,95)
Outros Investimentos	135.625	119.877	2,12	(11,61)
Participações Societárias	966.751	1.111.601	19,66	14,98
Total	7.995.949	5.653.898	100,00	(29,29)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: (1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes.

Do comparativo das mutações expostos na tabela 46, destacam-se:

- ✓ Bens Imóveis com o saldo de R\$ 33 milhões, apresentou realização inferior em 10,32% à do exercício anterior, decorrentes das incorporações de imóveis (edifícios, fazendas e terrenos) principalmente pela:
 - Fundação Rural Mineira (Ruralminas) em torno de R\$ 14 milhões;
 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) R\$ 10 milhões;
 - Secretaria de Estado de Defesa Social (Sedese) R\$ 3 milhões;
 - Secretaria de Estado de Educação (SEE) R\$ 3 milhões e
 - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) R\$ 3 milhões;
- ✓ Bens Móveis, com saldo de R\$ 225 milhões, decorrente de incorporações realizadas pela aquisição de aeronaves, equipamentos, instrumentos, máquinas, mobiliário, utensílios, veículos, etc., apresentou realização inferior em 49,57% em relação a 2013:

²⁷-(Rosa, Maria Berenice, Contabilidade do setor público, São Paulo: Atlas, 2011)



- Ressalta-se a não incorporação de bens destinados à cessão por comodato pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que deixou de proceder à mutação referente à aquisição de bens móveis no valor de R\$ 5.971.042,97, por se tratar de bens destinados à esta especificidade;
 - Esse mesmo procedimento foi adotado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária no valor de R\$ 4.168.749,52, sendo R\$ 3.929.224,13 referentes a veículos;
 - Sob a mesma justificativa, o Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais não incorporou bens móveis no montante de R\$ 1.545.449,70, bem como a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social no valor de R\$ 444.260,46, pela aquisição de Equipamentos de Informática, Máquinas, Aparelhos, Utensílios e Equipamentos de Uso Administrativo e Mobiliário.
- ✓ Créditos a Receber, R\$ 120 milhões, esse montante representou uma agregação ao ativo superior em 26,45% à do exercício anterior e contribuiu com 2,12% das mutações ativas em 2014. Esse acréscimo foi oriundo de:
- Concessão de financiamentos habitacionais realizada pelo:
 - Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais no valor de R\$ 61.456.639,92;
 - Fundo Estadual de Habitação, R\$ 10.721.000,00; e
 - Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais de R\$ 2.021.739,14;
 - Empréstimos ou financiamentos concedidos pelo:
 - Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento no valor de R\$ 45.476.340,86;
 - Fundo de Desenvolvimento Regional de Jaíba, R\$ 184.700,00; e
 - Fundo Estadual de Cultura R\$ 23.400,00.
- ✓ Estoques em Geral, com montante apropriado de R\$ 794 milhões, essas entradas foram inferiores às de 2013 em 6,90%. A maior movimentação foi decorrente principalmente de aquisições de medicamentos, cuja despesa empenhada e liquidada em 2014 foi de R\$ 394 milhões contra R\$ 384 milhões em 2013.
- ✓ Obras em Andamento/Instalações a Incorporar, com apropriação de R\$ 349 milhões, foram superiores à do exercício anterior em 36,41%, contribuindo com 6,17% do montante das mutações ativas, destacando-se as incorporações efetuadas pelas seguintes unidades orçamentárias:



- Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) no montante de R\$ 11.093.527,81;
 - Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (Deop), R\$ 16.490.305,86;
 - Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), R\$ 17.843.744,58;
 - Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), R\$ 19.112.885,65;
 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes), R\$ 25.029.095,87;
 - Secretaria de Estado de Educação (SEE), R\$ 32.061.752,51;
 - Fundo Estadual de Saúde (FES), R\$ 45.065.567,17;
 - Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais (FEPJ), R\$ 65.809.836,13; e
 - Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop), R\$ 75.288.998,79.
- ✓ Operações de Crédito Externas, execução da despesa no valor de R\$ 128 milhões, superando à do exercício de 2013 em 81,28%, quando atingiu a cifra de R\$ 71 milhões. Aquele montante contribuiu na desincorporação do passivo pela amortização de dívidas para com as seguintes instituições financeiras:
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento no montante de R\$ 26.161.023,72;
 - Theoverseas Economic Cooperation, R\$ 16.938.956,56; e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), R\$ 84.819.888,48.
- ✓ Operações de Crédito Internas, houve uma redução de R\$ 2,205 bilhões no montante do pagamento desses empréstimos, representando uma queda na execução da despesa desse tipo de operação de 45,06% em relação ao exercício anterior. Essa queda se deve principalmente da quitação em 2013 de dívida junto à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) no montante de R\$ 2,466 bilhões. No exercício de 2014, os recursos que saíram do cofre do Estado para pagamento de dívidas internas se destinaram ao:
- Banco do Brasil S/A (BB) no montante de R\$ 2.626.739.423,50;
 - Caixa Econômica Federal (CEF), R\$ 3.455.125,39;
 - Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), R\$ 3.552.973,04; e
 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 54.697.032,43.



- ✓ Outras Exigibilidades, com variação negativa de 64,95%, essa mutação reduziu de R\$ 243 milhões realizados no exercício anterior para R\$ 85 milhões em 2014. Destes recursos, R\$ 49.363.825,21 foram destinados à amortização de dívidas junto ao Ministério da Fazenda, CNPJ 00.394.460/0001-41, e R\$ 33.958.669,04 ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), conforme Lei Complementar n.º 64/2002, para pagamento de dívida.
- ✓ Os Outros Investimentos sofreram uma redução de 11,61%, comparando-se o valor realizado de 2013 com o de 2014, esta incorporação de R\$ 120 milhões foi derivada principalmente de despesas com a construção de unidades habitacionais, por meio do programa estadual de habitação, realizada pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab-MG), por intermédio do Fundo Estadual de Habitação (FEH).
- ✓ Participações Societárias, o valor do gasto em 2014, R\$ 1,112 bilhão, refere-se a despesas com a constituição ou aumento de capital de empresas industriais, agrícolas, comerciais ou financeiras, mediante subscrição de ações representativas do seu capital social. Esse tipo de investimento cresceu 14,98% em relação ao exercício anterior quando foi de R\$ 967 milhões, e contribuiu com 19,66% para o montante das mutações ativas do exercício. As incorporações foram realizadas em decorrência de aportes de capital efetuados nas seguintes empresas:
 - Minas Gerais Participações S/A (MGI), CNPJ 19296342/0001-29, no montante de R\$ 1.052.327.906,52;
 - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), CNPJ 38486817/0001-94, R\$ 33.322.561,49;
 - Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab), CNPJ 17161837/0001-15, R\$ 25.500.000,00; e
 - Horizonti-Fundo de Investimentos em Empresas Emergentes Inovadoras, CNPJ 10407298/0001-02, R\$ 450.607,90.

Finalizando a análise das Variações Ativas, o subgrupo extraorçamentário encerrou o exercício de 2014 com um saldo de R\$ 98 milhões, representado pelos acréscimos patrimoniais decorrentes de incorporação de bens; reconhecimento de direitos pelo Estado, cancelamento de dívidas de curto e longo prazo, reversão de reservas e provisões, cuja análise será apresentada a seguir sobre os temas mais relevantes:



- ✓ Incorporação de bens: representando o valor mais expressivo das Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária, esse grupo é composto pelas contas Estoques em Geral no valor de R\$ 75 bilhões, sendo 98,31% registrado pela Fundação Ezequiel Dias, decorrente principalmente da integração Siad/Siafi, conforme Notas de Lançamentos Contábeis n.ºs 5498 e 9692; Bens Móveis no montante de R\$ 1,186 bilhão distribuído nas entidades Polícia Militar, Polícia Civil, Fundo Estadual do Poder Judiciário e Fundo Estadual de Saúde, além de Reavaliação de bens com registros contábeis mais expressivos EGE-Seplag, Iepha e Unimontes.
- ✓ Inscrição de Direitos: com 12,92% do total do grupo extraorçamentário, decorre principalmente de créditos a inscrever e inscritos em dívida ativa tributária, em sua maioria dos créditos a receber a longo prazo registrados principalmente pelo IPSM, no valor de R\$ 1,946 bilhões – em decorrência de contribuições e consignações não repassadas pela PMMG (R\$ 1,804 bilhões), pelo CBMMG (R\$141 milhões) e pela Seplag (R\$ 92 mil). Por outro lado a conta Participações societárias, com um saldo de R\$ 1,2 bilhão, refere-se a aumento de capital da Empresa Minas Gerais e Participações S/A (MGI) decorrente de transferência de ações da Cemig incremento de precificação das mesmas;
- ✓ Desincorporação de Passivo: deriva principalmente das baixas de Obrigações Exigíveis a Longo Prazo (Operações de Crédito Internas e Externas) originárias principalmente de reavaliação de contratos.

7.2 – Variações Passivas

As Variações Passivas, classificadas em Resultante e Independentes da Execução Orçamentária, são aquelas que provocam movimentações quantitativas e qualitativas no patrimônio e podem ser denominadas de Resultado Diminutivo. Ocorrem pelo aumento de valores passivos, redução de valores ativos ou fato permutativo, seja em decorrência da execução orçamentária ou em função de fatores alheios a ela, denominados Decréscimos Patrimoniais Extraorçamentário ou Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária.



Tabela n.º 47
Demonstrativo das Variações Passivas – 2014

Passivas (1)	Valores	R\$ milhares	
		AV % (2)	AV % (3)
Resultado Orçamentário	241.053.075	100,00	70,43
Despesa Orçamentária	75.155.546	31,18	21,96
Interferências Passivas	161.250.738	66,89	47,12
Mutações Patrimoniais	4.646.792	1,93	1,36
Resultado Extraorçamentário	101.194.385		29,57
Total	342.247.460		100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG.

Notas: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes;

2) AV – Análise Vertical em relação ao Resultado Orçamentário;

3) AV – Análise Vertical em relação ao total.

A tabela 47 apresenta a composição das Variações Passivas do Estado de Minas Gerais em 2014, verifica-se que o resultado orçamentário representou 70,43% do total, destacando-se as Interferências Passivas que são as movimentações escriturais realizadas entre Órgãos/Entidades/Fundos do Estado.

A análise a seguir será realizada por subgrupos.

A despesa orçamentária do Governo Mineiro, no exercício de 2014, alcançou o montante de R\$ 75,156 bilhões, cuja análise encontra-se disponível no capítulo 3 do presente relatório.

Quanto às mutações patrimoniais da receita orçamentária, representadas pela incorporação de passivos e pela desincorporação de ativos (baixa de bens imóveis por alienação). As mutações estão associadas às receitas orçamentárias de capital e decorrem de fatos permutativos (troca de um ativo por outro)²⁸.

²⁸-Rosa, Maria Berenice, Contabilidade do setor público, São Paulo: Atlas, 2011.



Tabela n.º 48
Comparativo das Mutações Patrimoniais Passivas – 2013/2014

Conta Contábil – Descrição	Mutações Passivas		R\$ milhares	
	2013	2014	AV % (1)	AH % (2)
Bens Imóveis	9.056	11.484	0,25	26,82
Bens Móveis	10.037	7.556	0,16	(24,72)
Créditos a Receber – Curto Prazo	213.194	378.513	8,15	77,54
Créditos a Receber – Longo Prazo	1.614.523	2.552.784	54,94	58,11
Dívida Ativa	441.869	392.324	8,44	(11,21)
Estoques em Geral	1.168	158	0,00	(86,45)
Operações de Crédito Externas	2.556.332	6.353	0,14	(99,75)
Operações de Crédito Internas	3.319.366	329.171	7,08	(90,08)
Participações Societárias	42.172	39.600	0,85	(6,10)
Títulos e Valores	203.555	928.847	19,99	356,31
Total (3)	8.411.272	4.646.792	100,00	(44,76)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2014;

2) AH – Análise Horizontal (2014/2013).

3) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes.

Cabe destacar as seguintes contas das Mutações Passivas oriundas de ingressos de receita orçamentária:

- ✓ Bens Imóveis, desincorporação de ativo, registrada na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), pela alienação de bens imóveis em leilões realizados em 2014 no montante de R\$ 11 milhões, representando uma variação positiva de 26,82% em relação ao exercício anterior;
- ✓ Bens Móveis, destacam-se a alienação de móveis de propriedade da Administração Direta efetuada pela unidade orçamentária Encargos Gerais do Estado (EGE) – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) no valor de R\$ 4.893.950,00. Desse montante, a executora Administração de Materiais arrecadou de R\$ 27.850,00 e a Administração de Veículos R\$ 4.866.100,00. Outra mutação passiva, no valor de R\$ 1.483.800,00, foi registrada no Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Minas Gerais (DER) pela alienação de bens móveis por intermédio dos leilões 2/2014 R\$ 117.300,00; 5/2014 R\$ 523.000,00; 8/2014 R\$ 789.000,00; e 9/2014 R\$ 54.500,00;
- ✓ Créditos a Receber – Curto Prazo, referem-se a valores desincorporados, registrados principalmente na conta contábil Clientes da unidade orçamentária Fundação Ezequiel Dias (Funed), referentes a créditos recebidos no montante de



R\$ 361.092.447,67, sendo R\$ 347.850.304,65 originários de receita da indústria de Produtos farmacêuticos e veterinários tais como soros e vacinas;

- ✓ Créditos a Receber – Longo Prazo, o montante baixado no ativo em 2014 foi de R\$ 2,553 bilhões, dentre outros, destacaram-se: i) o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), que participou com R\$ 1,927 bilhão, decorrente de amortização de contribuições e outros créditos a receber – outros recursos; e ii) as desincorporações por amortizações de empréstimos ou financiamentos (principal e ou juros) registradas nos seguintes órgãos:
 - Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento o valor R\$ 419 milhões;
 - Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais, R\$ 28 milhões;
 - Fundo Pró-Floresta, R\$ 25 milhões;
 - Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba o montante de R\$ 7 milhões;
 - Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais, R\$ 687 mil;
 - Fundo de Assistência ao Turismo, R\$ 174 mil;
 - Fundo Estadual de Cultura, R\$ 54 mil;
 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, R\$ 39 mil; e
 - Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais, R\$ 32 mil;
- ✓ Dívida Ativa, o recebimento desses créditos acarretaram uma redução no ativo de R\$ 392 milhões, inferior à redução ocorrida em 2013 quando atingiu R\$ 442 milhões;
- ✓ Estoques em Geral, baixa de ativos pelos valores recebidos em 2014 referentes à alienações de imóveis da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (MinasCaixa) no valor de R\$ 158 milhões;
- ✓ Operações de Crédito Externas, a incorporação no passivo de R\$ 6 milhões foi derivada de operações com o Bird – Programa de Parceria para o Desenvolvimento de MG II no valor de R\$ 2.261.486,32, e junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para Consolidação das Cadeias Produtivas – Competitividade no montante de R\$ 4.091.658,90. Observa-se que as mutações passivas nesse tipo de empréstimo deste exercício foram inferiores em R\$ 2,550 bilhões àquela ocorrida em 2013;
- ✓ Operações de Crédito Internas, esses empréstimos contribuíram com R\$ 329 milhões para a formação das mutações passivas em 2014, representados pelas operações com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), I Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI) I no valor de R\$ 27.952.472,18 e 2º Programa de



Desenvolvimento Integrado (PDI) II no montante de R\$ 83.621.509,99. Nota-se na tabela 49 que a incorporação desse tipo de operação no passivo foi inferior em R\$ 2,990 bilhões àquela ocorrida em 2013;

- ✓ Participações Societárias – R\$ 39,600 milhões decorrem de redução de capital social em Empresas Estatais registrado pela EGE – Encargos Gerais – Secretaria de Estado de Fazenda.

Finalizando a análise das Mutações Patrimoniais, a conta Títulos e Valores no valor de R\$ 928,847 milhões são provenientes, em especial, da alienação de direitos Creditórios – Lei 19.266/2010.

Nas Variações Independentes da Execução Orçamentária destacam-se:

- ✓ Baixa de bens: Compõem-se das contas:
 - Estoques em Geral no valor de R\$ 75 bilhões, destes, 98% foram registrados pela Fundação Ezequiel Dias, conforme já mencionado anteriormente, menos de 1% pelo Fundo Estadual de Saúde no valor de R\$ 755 milhões e o restante distribuído em diversas unidades orçamentárias;
 - Bens Móveis, o montante de R\$ 1,149 bilhão distribuído, em especial, entre Tribunal de Justiça, PMMG, Corpo de Bombeiro, Polícia Civil, Fundo Estadual de Saúde, além de Reavaliação de bens com registros contábeis mais expressivos nos Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Planejamento e Gestão e Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais;
- ✓ Incorporação de passivos: representou 12,34% do total, sendo que 85,61% desse percentual decorreram de apropriações exigíveis a longo prazo provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas pela incorporação de juros ao saldo devedor e reavaliação de contratos;
- ✓ Baixa de Direitos: Destaque aos valores das baixas dos Créditos a Inscrever em Dívida Ativa na fase de controle da legalidade e administrativa referentes à Dívida Ativa e aos Créditos a Receber a Longo Prazo. Destes últimos, 99,71% foram registros efetuados pelo IPSM, Fundo Estadual Habitacional e pelos Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Estado de Fazenda. Os créditos de longo prazo



relativos ao IPSM são oriundos de ajustes contábeis e baixas das obrigações assumidas pelo Estado relativas à Polícia Militar, R\$ 451 milhões, Corpo de Bombeiros 47 milhões e Secretaria de Planejamento e Gestão R\$ 15 milhões, decorrentes de contribuições previdenciárias.

Concluindo, tem-se que o Resultado do Exercício em 2014 foi deficitário em R\$ 4,219 bilhões, resultante da Constituição de Ajuste para perda de Dívida Ativa, das Operações de Crédito Internas e Externas e do aumento na despesa com pessoal, dentre outros.



8 – Indicadores Fiscais e Constitucionais

Partindo para a análise dos indicadores fiscais e constitucionais do exercício de 2014, neste tópico, é importante ressaltar que os mesmos são de cumprimento obrigatório pelo Estado. Tratam-se daqueles exigidos pela Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os Indicadores Fiscais são identificados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) por meio de seus diversos demonstrativos. Os Constitucionais buscam demonstrar o quanto foi aplicado pelo governo nas áreas de saúde, pesquisa e educação.

Os Órgãos Centrais de Contabilidade dos Entes da Federação são responsáveis pela elaboração e divulgação periódica de tais relatórios, que devem refletir os dados contábeis registrados no âmbito da administração pública, observado o pressuposto da “responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”.

O RGF e o RREO abrangem os dados consolidados dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos Estaduais e Empresas Estatais Dependentes, que, representados por planilhas e gráficos, demonstram os indicadores atingidos no exercício de 2014.

Quanto aos demonstrativos fiscais relativos ao exercício de 2014, suas elaborações foram embasadas na 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria n.º 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os constitucionais seguiram determinações contidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014.

Informações mais detalhadas sobre os indicadores fiscais e constitucionais de 2014 foram publicados no órgão oficial de imprensa do Estado em 30/01/2015 (RREO – 6º Bimestre e RGF – 3º quadrimestre) e estão disponíveis na página da Secretaria de Estado de Fazenda: http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/lei_responsabilidade_fiscal/



8.1 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Tabela n.º 49

Síntese do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

		R\$ milhares			
Balanco Orçamentário		Total			
Receitas Orçamentárias		73.347.436			
Despesas Orçamentárias		75.512.925			
Resultado Fiscal		(2.165.489)			
Despesas por Função/Subfunção		Total			
Despesas Executadas		75.512.925			
Liquidadas		74.033.104			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.479.820			
Receita Corrente Líquida		47.644.235			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Movimento de 2014		De 2014	Projeção Atuarial do RPPS		
			10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Receitas Previdenciárias	5.370.345	5.006.361	3.306.810	2.526.361	1.766.945
Despesas Previdenciárias	14.720.888	12.473.840	11.997.990	10.444.217	10.935.636
Resultado Previdenciário	(9.350.543)	(7.467.480)	(8.691.179)	(7.917.856)	(9.168.691)
Resultados Nominal e Primário					Valor Apurado
Resultado Nominal					6.143.866
Resultado Primário					1.030.992
Saldo dos Restos a Pagar por Poder		Processados		Não Processados	
		De Exercícios Anteriores	De 2014	De Exercícios Anteriores	De 2014
Executivo		3.417.147	3.392.721	1.937.571	1.496.487
Legislativo		44.445	4.037	19.322	59.013
Judiciário		78.386	79.967	150.325	58.183
Ministério Público		4.560	7.777	25.365	31.557
Totais dos Restos a Pagar		3.544.538	3.484.503	2.132.582	1.645.240
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		Valor Apurado	% Mínimo Legal	% Aplicado	
Receitas de Impostos na MDE		9.459.052	25,00	24,86	
Remuneração do Magistério c/ o Fundeb		5.071.243	60,00	80,35	
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital		Valor Apurado	Saldo a Realizar		
Receitas de Operações de Crédito		335.524	2.954.084		
Despesas de Capital Líquidas		8.527.147	4.434.004		
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos		Valor Apurado	A Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		951.278	(48.602)		
Aplicação de Recursos da Alienação de Ativos		648.348	10.526		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde		Valor Apurado	% Mínimo Legal	% Aplicado	
Despesas Executadas		4.623.892	12,00	12,15	
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP		Valor Apurado	% Apurado		
Despesas Executadas		278.002	0,58		

Fonte: RREO/2014

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



A princípio serão analisados os dados sintéticos que compõem a tabela 49 relativa ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Esse documento é composto por diversos demonstrativos que evidenciaram a execução orçamentária da receita e da despesa em seus vários aspectos, bem como a situação orçamentária fiscal do Estado, quando confronta os valores estabelecidos nos normativos vigentes (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA) com os efetivamente arrecadados/realizados.

8.1.1 – Balanço Orçamentário

Tabela n.º 50

Demonstrativo Resumido do Balanço Orçamentário – 2014

Descrição	Receita Arrecadada	Despesa Executada	R\$ milhares
			Resultado Déficit/Superávit
Corrente	77.649.574	66.985.757	10.663.816
Capital	2.901.897	8.527.147	(5.625.250)
Deduções	7.204.035	-	-
Total	73.347.436	75.512.905	(2.165.469)

Fonte: RREO/2014

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

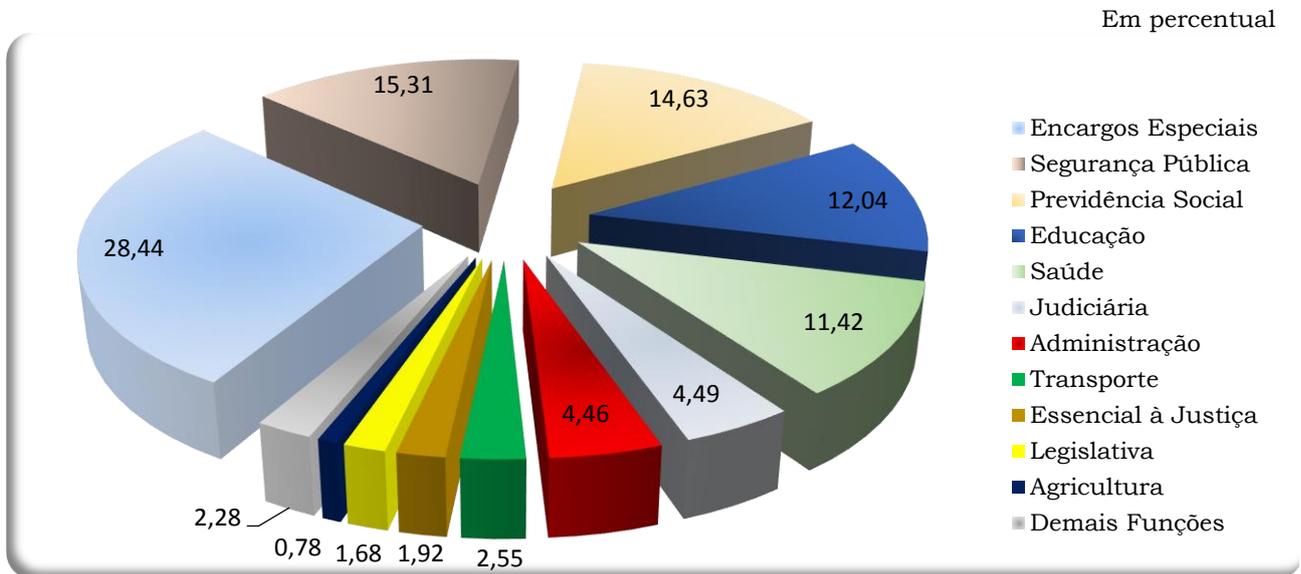
O primeiro demonstrativo em análise é o Balanço Orçamentário onde se tem o comportamento da receita arrecadada e da despesa realizada no exercício, bem como o resultado orçamentário fiscal do Estado. Em 2014 o Estado de Minas Gerais encerrou o exercício com as despesas suplantando as receitas, o que objetivou um resultado orçamentário fiscal deficitário de R\$ 2,165 bilhões.

8.1.2 – Despesa por Função e Subfunção

O gráfico a seguir demonstra a execução da despesa por função, que agrega as ações da administração pública nas diversas áreas de sua atuação, sendo cada uma delas detalhada por subfunções, realizada no governo de Minas no exercício de 2014.



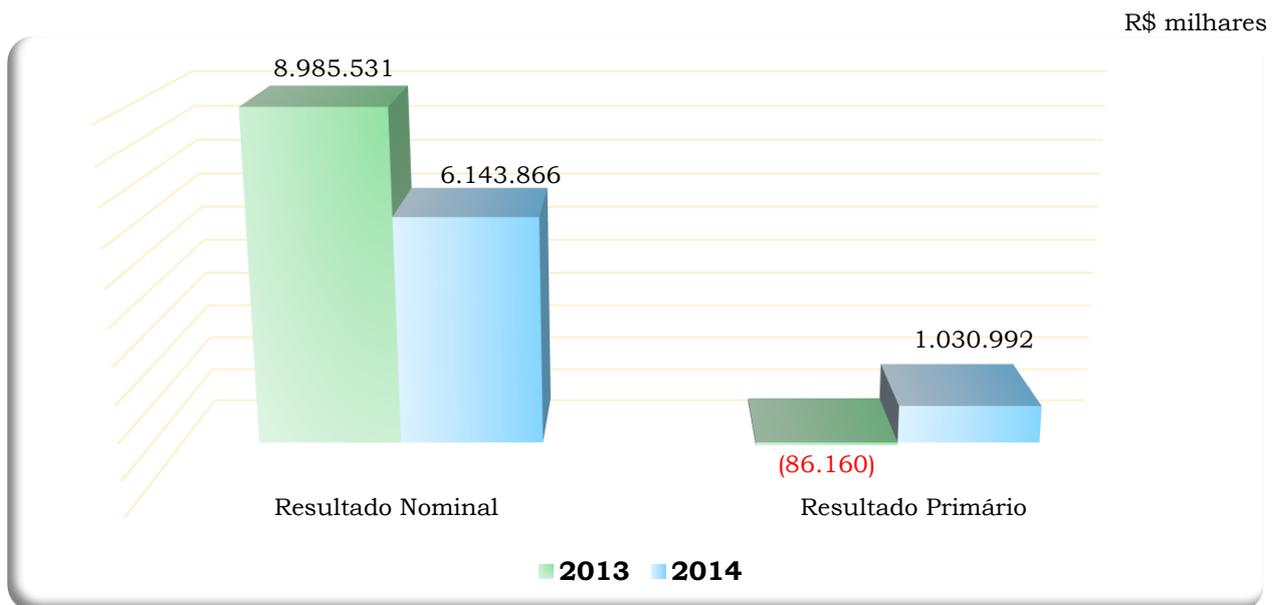
Gráfico n.º 28
Composição da Despesa por Função e Subfunção/LRF – 2014



Fonte: RREO/2014
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

8.1.3 – Resultados Primário e Nominal

Gráfico n.º 29
Comparativo dos Resultados Primário e Nominal – 2013/2014



Fonte: RREO/2014
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



Por meio do confronto das receitas e despesas orçamentárias, apura-se o Resultado Primário, que indica se as Receitas Primárias (receitas orçamentárias), excluídas as operações de crédito, os rendimentos de aplicações financeiras, juros e amortizações de operações de crédito, recebimento de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações, são suficientes para cobrir as Despesas Primárias, formadas pelas despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Esse indicador tem por finalidade verificar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias. Fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal executada pelo ente da Federação.

Superávits primários, que são direcionados para o pagamento do serviço da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não-financeiras.

O Estado de Minas apurou no exercício de 2014 um Resultado Primário da ordem de R\$ 1,031 bilhão e Resultado Nominal de R\$ 6,144 bilhões. Este resultado é representado pelo valor da variação da Dívida Fiscal Líquida, que considera para sua apuração, a subtração do montante da Dívida Fiscal Líquida apurado em 31 de dezembro do exercício e o valor apurado em 31 de dezembro do exercício anterior.

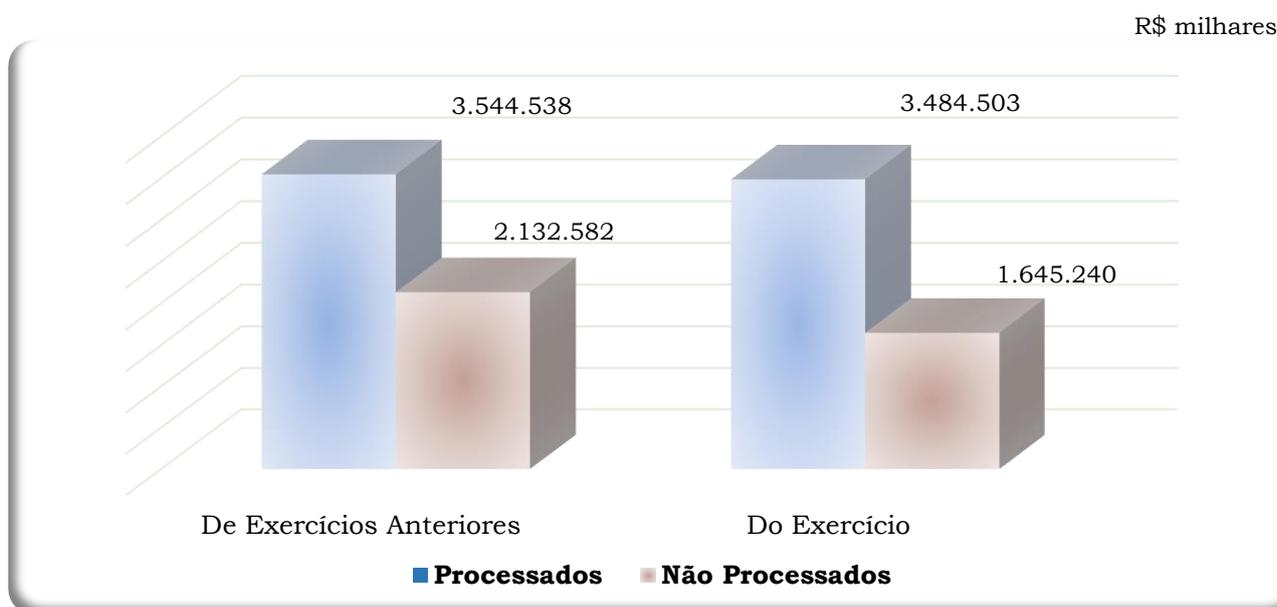
Com visibilidade na tabela 49, que traz a síntese do relatório resumido da execução orçamentária, têm-se demonstrados os valores apurados das "Receitas de Operações de Crédito e das Despesas de Capital", bem como as aplicações de recursos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado, a Projeção Atuarial do RPPS e o demonstrativo das Receitas de Aliações de Ativos, elaborados anualmente (6º bimestre de 2014) pelos Entes da Federação.



8.1.4 – Restos a Pagar Processados e Não Processados

O Estado apresentou em 2014 inscrições de Restos a Pagar Não Processados no montante de R\$ 1,645 bilhão e Processados o valor de R\$ 3,485 bilhões, conforme demonstrado na tabela 50.

Gráfico n.º 30
Comparativo dos Restos a Pagar – 2013/2014



Fonte: RREO/2014
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

8.1.5 – Parcerias Público Privadas

Ressalta-se, para o demonstrativo relacionado às Parcerias Público Privadas, que procedimentos aplicados “constitui em uma nova forma de relacionamento entre o governo e o setor privado, na qual a iniciativa privada contribui com a capacidade de investir e financiar o setor público além da flexibilidade e competência gerencial, e o setor público assegura a satisfação do interesse público”. Dependendo da forma contratual, pode ou não haver complemento de recurso público na remuneração do parceiro privado. Geralmente, esses contratos são respaldados por garantias que impedem os futuros governos de descumprirem o combinado²⁹.

²⁹-<http://www.ppp.mg.gov.br/servidor/o-que-e-ppp>



O Estado de Minas possui atualmente quatro contratos: “Concessionária Nascentes das Gerais - Rodovia MG 050 S/A” – contrato n.º 007/2007; “Gestores Prisionais Associados S/A de n.º 336039.54.1338.09, bem como os contratos s/n “Minas Cidadão Centrais de Atendimento S/A” e “Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S/A”.

De acordo com informações da Unidade de PPP, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em 2014 foram executadas despesas referentes aos contratos citados anteriormente no montante de R\$ 278 milhões, representando 0,58% da Receita Corrente Líquida (RCL) do citado exercício. Ressalta-se que, em dezembro/2014 o valor das Garantias de PPP's foi atualizado em R\$ 11 milhões, totalizando até o exercício de 2014 R\$ 429 milhões.

Finalizando a análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), destaca-se um demonstrativo de grande relevância para a apuração dos indicadores da LRF e de todos os poderes do Estado, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

8.1.6 – Receita Corrente Líquida (RCL)

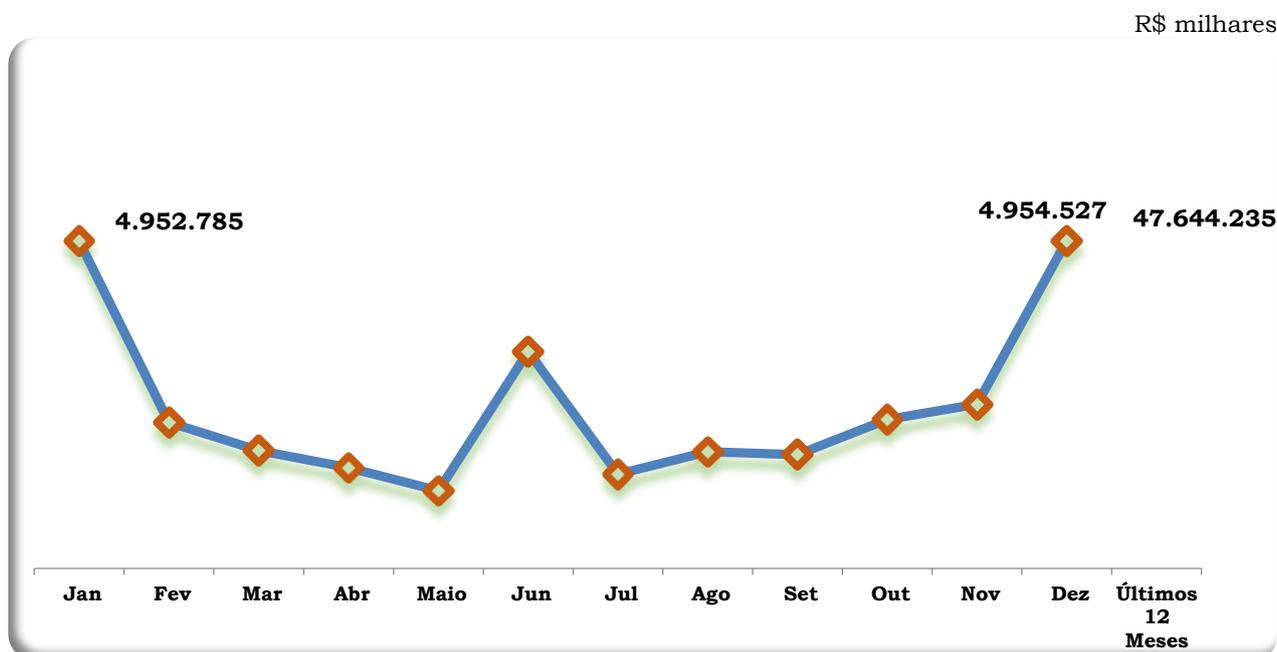
Esse demonstrativo é constituído pelo somatório das arrecadações no período de doze meses da receita operacional do Estado, deduzidos os valores transferidos aos Municípios, referentes à participação dos mesmos na receita tributária, bem como descontadas: i) as transferências efetuadas para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); ii) as contribuições patronais e dos servidores para custeio de aposentadorias; e iii) a receita da compensação entre regimes previdenciários.

Em 2014, a RCL apurada foi na ordem de R\$ 47,644 bilhões, evidenciada por meio do gráfico 31, servindo como base de cálculo de vários indicadores tais como: Despesa Líquida de Pessoal, Dívida Consolidada Líquida e Operações de Crédito, esses demonstrativos fazem parte do RGF.

O gráfico a seguir evidencia a evolução mensal da Receita Corrente Líquida no exercício de 2014.



Gráfico n.º 31
Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) – 2014



Fonte: RREO/2014

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

8.2 – Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Neste contexto, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é considerado importante instrumento de gestão governamental. O relativo ao exercício de 2014 foi publicado no jornal “Minas Gerais” do dia 30 de janeiro de 2015, devidamente auditado pela Controladoria-Geral do Estado, em conformidade com o § único do art. 54 da LC 101/2000.

Em seguida, apresenta-se, de forma resumida, tabela que demonstra os principais resultados atingidos em 2014, de acordo com o relatório de gestão fiscal.



Tabela n.º 51

Demonstrativo com a Síntese do Relatório de Gestão Fiscal – 2014

Descrição	Valor	% Limite Prudencial/Alerta	R\$ milhares	
			% Limite Máximo (1)	% Apurado
Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo	20.718.606	46,55	49,00	43,49
Dívida Consolidada Líquida	85.268.467	180,00	200,00	178,97
Garantias de Valores	754.388	19,80	22,00	1,58
Operações de Crédito Internas e Externas	117.927	14,40	16,00	0,25
Inscrição em Restos Pagar Não Processados	1.336.011	-	-	-
Suficiência Antes da Inscrição em RPNP	1.670.410	-	-	-

Fonte: RGF/2014

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: 1) Percentual máximo em relação à RCL.

8.2.1 – Despesa com Pessoal

A tabela anterior demonstra os limites e valores acumulados do poder executivo, identificando-se a despesa líquida de pessoal, que considerou o dispêndio com pessoal Ativo, Inativos, Pensionistas e Terceirizados, cujos montantes foram de R\$ 16,304 bilhões, R\$ 3,375 bilhões, R\$155 milhões e R\$ 883 milhões, respectivamente. Atingindo, em 2014, o percentual de 43,49% da Receita Corrente Líquida.

Considerando os demais poderes, constituídos pela Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Justiça do EMG, Justiça Militar e Ministério Público, o índice apurado foi de 52,94% em relação à RCL, para uma despesa líquida de R\$ 25,222 bilhões.

Tabela n.º 52

Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo/Todos os Poderes – 2014

Descrição	Despesa Bruta	Despesas Não Computadas	Despesa Líquida de Pessoal	R\$ milhares	
				% Limite Máximo	% Apurado
Poder Executivo					
Portaria n.º 637/12 – STN	30.342.771	9.624.166	20.718.606	49,00	43,49
IN n.º 05 do TCEMG	30.342.771	13.154.853	17.187.919		36,08
Consolidado Todos os Poderes					
Portaria n.º 637/12 – STN	36.536.271	11.314.412	25.221.859	60,00	52,94
IN n.º 05 do TCEMG	36.536.271	15.088.022	21.448.249		45,02
Receita Corrente Líquida – RCL/2014					47.644.235

Fonte: RGF 3º Quadrimestre e Consolidado dos Poderes/2014

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



8.2.2 – Dívida Consolidada Líquida (DCL)

Quanto aos valores e percentuais dos demais indicadores do Relatório de Gestão Fiscal, em 2014, destaque para a evidenciação da dívida consolidada líquida do Estado, que demonstra a capacidade de endividamento do ente em relação à RCL.

Em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, na apuração desse índice, foram considerados de forma destacada e separadamente, no Anexo II do RGF, os dados relativos aos órgãos que compõem o RPPS, formado pelo Iplemg, IPSM e Funfip.

Conforme descrito na tabela 53, o Estado de Minas Gerais finalizou o exercício de 2014 com a Dívida Consolidada Líquida (DCL) em 178,97% da RCL, portanto, dentro dos patamares exigidos pela legislação, ou seja, 200%.

Ressalta-se que, para apuração desse indicador, os saldos patrimoniais das Empresas Estatais Dependentes foram considerados em parte, sendo computados os da Emater e da Rádio Inconfidência registrados até novembro de 2014 e da Epamig o saldo inicial. Isso se deve ao fato de que, até a data da apuração do resultado de 2014 do Estado de Minas, tais empresas não haviam publicado suas demonstrações contábeis. De acordo com a "Lei das Sociedades Anônimas, n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, essas empresas têm até 120 dias da data do encerramento do exercício para realizar a Assembleia (art. 132) e o Balanço deve ser publicado até 5 dias antes (art. 133, § 3º)", nota explicativa 9.11.

Tabela n.º 53
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL) – 2014

Descrição	R\$ milhares
	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada (DC) (I)	93.730.545
Deduções (II)	8.462.078
Dívida Consolidada Líquida (DCL) (III) = (I – II)	85.268.467
Receita Corrente Líquida (RCL)	47.644.235
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	196,73
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	178,97
Limite Definido por Resolução do Senado Federal – 200%	95.288.471

continua . . .



...continuação

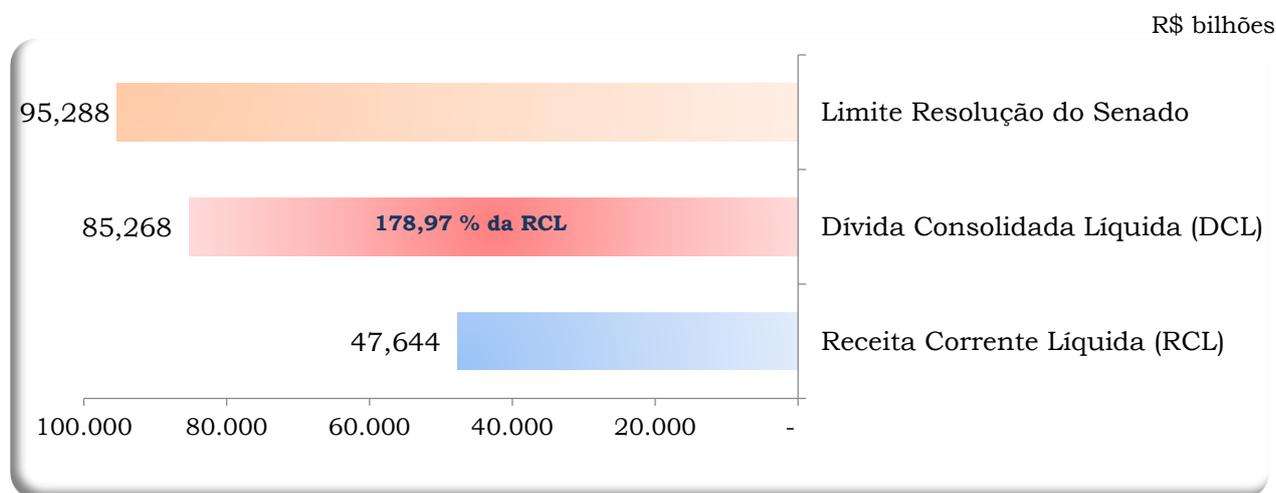
Regime Previdenciário	
Descrição	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada Previdenciária (IX)	616.520
Deduções (X)	1.982.050
Obrigações não Integrantes da DC	1.677
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (XI) = (IX - X)	(1.365.530)

Fonte: RGF/2014

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Gráfico n.º 32

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL) – 2014



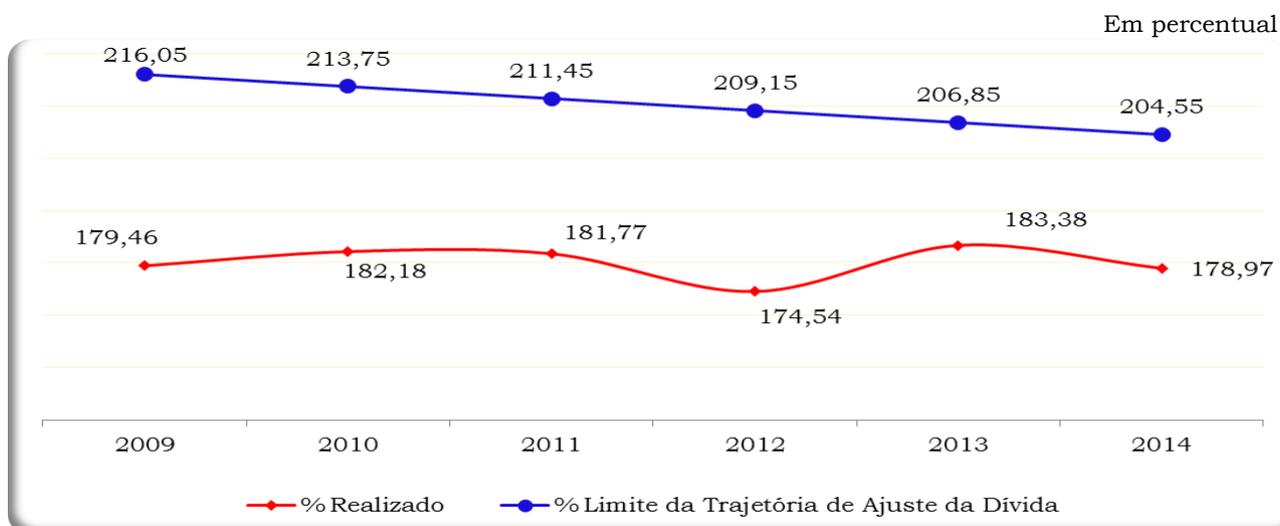
Fonte: RGF/2014

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

O gráfico a seguir evidencia a trajetória da DCL de 2009 a 2014, ressaltando-se que, após a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Senado Federal editou a Resolução n.º 40/2001 estipulando que a partir de 2016 as dívidas consolidadas líquidas não poderão ser superiores a 200% das receitas correntes líquidas, no caso dos estados. Até aquele exercício, eventuais excessos em relação ao limite fixado deveriam ser reduzidos na proporção de, no mínimo, 1/15 por ano.



Gráfico n.º 33
Comparativo da Trajetória da Dívida Consolidada Líquida x RCL – 2009/2014



Fonte: RGF/2014

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

8.2.3 – Disponibilidade de Caixa

O indicador da Disponibilidade de Caixa tem por finalidade demonstrar a capacidade financeira do governo antes da inscrição dos Restos a Pagar não Processados, em atendimento ao art. 42 da LC 101/2000, o qual determina que, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, o governante não pode assumir despesas orçamentárias sem a respectiva comprovação financeira em caixa.

Em 2014, o Estado de Minas apurou uma disponibilidade de caixa líquida após a Inscrição de Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 2,024 bilhões, incluindo a parte previdenciária.



Tabela n.º 54

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – Todos os Poderes – 2014

Descrição	R\$ milhares	
	Todos Os Poderes	RPPS ³⁰
Disponibilidade de Caixa Bruta (A)	6.293.787	1.448.219
Obrigações Financeiras (B)	3.651.999	586.143
Disponibilidade de Caixa Líquida Antes da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados C = (A - B)	2.641.788	862.076
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.478.195	1.626
Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.163.593	860.451

Fonte: RGF – Consolidado dos Poderes/2014

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

8.3 – Constitucionais

Por fim, apresentam-se os dispositivos legais/constitucionais, aqueles que a Carta Federal juntamente com a Constituição do Estado determinam ao governo aplicar em áreas de grande relevância social, tais como, saúde e educação certo percentual em relação à receita arrecadada.

Levando-se em consideração a receita orçamentária, que serve como base de cálculo a cada índice, e a despesa realizada especificamente relacionada a cada indicador, a tabela a seguir apresenta, de forma resumida, o cumprimento da aplicação pelo Estado de Minas no exercício de 2014, além de indicar os valores mínimos previstos.

Tabela n.º 55

Demonstrativo dos Índices Constitucionais – 2014

Indicadores Constitucionais	Base Cálculo	Aplicação	R\$ milhares	
			Mínimo a Aplicar	% Aplicado
Ações e Serviços Públicos de Saúde (12,00 %)	38.055.930	4.623.892	12,00	12,15
Prog. Saúde x Invest. Transporte e Sist. Viário	8.626.110	1.680.876		5,13
Amparo e Fomento à Pesquisa (1,0 %) (2)	330.490	330.490	1,00	1,00
Manut. e Desenvolvimento do Ensino (25,00%)	38.055.932	9.561.198	25,00	25,12
Profissionais do Magistério (60% transferências recebidas/Fundeb)	6.311.384	5.071.243	60,00	80,35

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) O valor mínimo a aplicar em Programas de Saúde deve ser igual ao executado em Investimentos em Transporte e Sistema Viário;

2) A despesa/aplicação indicada é o valor do repasse efetuado pelo Tesouro.

³⁰-Regime Próprio de Previdência dos Servidores.



Em se tratando de aplicação em ações e serviços públicos de saúde, em consonância ao que determina mandamento constitucional e lei complementar³¹, o Governo do Estado de Minas Gerais destinou recursos superiores ao limite mínimo exigido das receitas de impostos e transferências federais livres, deduzidos os valores transferidos constitucionalmente aos municípios para as ações em ASPS, alcançando a cifra de R\$ 4,624 bilhões, ou seja 12,15%, do total das receitas base para o devido cálculo.

Tabela n.º 56
Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) – 2014

1 – Receitas (1)	R\$ milhares	
	Valor Orçado	Valor Realizado
A – Impostos e Transferências Federais	32.969.283	33.377.568
B – Transferências Correntes	3.973.629	3.947.681
C – Outras Receitas Correntes	615.203	730.681
Total das Receitas (A + B + C)	37.558.115	38.055.930

2 – Despesas	Crédito	Despesa
	Inicial	Realizada
Fundo Estadual da Saúde	4.524.786	2.909.098
Escola de Saúde Pública de Minas Gerais	-	14.803
Fundação Ezequiel Dias	-	365.592
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	-	1.137.166
Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais	-	197.233
Total das Despesas	4.524.786	4.623.892
Percentual Aplicado (despesas/receitas)	12,05	12,15
Valor Legal de Aplicação em ASPS – 12,00 %		4.506.974

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: 1) Deduzidos os valores destinados aos municípios e ao Fundeb.

Fazendo outro comparativo em relação aos gastos com ações e serviços públicos de saúde, o constituinte estadual tratou de estabelecer parâmetros para a aplicação em investimentos e transporte e sistema viário em relação à saúde.

De acordo com o disposto no § 1º, do art. 158, da Constituição Estadual, os recursos destinados pelo Estado para os programas de saúde não serão inferiores aos dos investimentos em transporte e sistema viário. Dessa forma, no exercício de 2014, o governo Estadual aplicou, sem restrição às origens dos recursos, 5,13 vezes mais em saúde aos valores consignados a investimentos em transporte e sistema viário.

³¹-De acordo com o § 3º, art. 24, da Lei Complementar nº 141/2012.



O índice de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) apresentou um dispêndio da ordem de R\$ 9,561 bilhões, ou seja, 25,12% das receitas de impostos e transferências federais livres. Esse montante é base de cálculo constitucional para essa finalidade. A tabela a seguir demonstra os valores aplicados no ensino em 2014.

Tabela n.º 57

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) – 2014

Descrição	R\$ milhares	
	Valor Orçado	Valor Realizado
A – Impostos Livres e Transferências Federais Livres	30.051.062	30.457.299
B – Impostos Vinc. e Transf. Federais Vinc. Fundo Educação	7.013.816	7.013.633
C – Outras Receitas	493.240	584.999
D – Total das Receitas (A + B + C)	37.558.118	38.055.932
E – Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)	8.598.106	8.778.599
Perda do Estado com o Fundeb para o Município	800.993	782.600
Total das Despesas	9.399.099	9.561.198
F – Percentual Aplicação Receita Result. Impostos e Transf. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (F=D/E) Aplicação Mínima = 25%	25,03	25,12

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Em relação à aplicação de recursos na educação básica e valorização do magistério, identificou-se que os recursos advindos do Fundeb, cerca de R\$ 5,071 bilhões, foram aplicados com o pagamento dos profissionais da educação, perfazendo o percentual de 80,35%, suplantando o percentual estabelecido na legislação atual, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela n.º 58

Aplicação na Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – 2014

Descrição	R\$ milhares	
	Valor Orçado	Valor Realizado
Receita	6.259.027	6.311.384
Total de Gastos na Remuneração dos Profissionais do Magistério/Educação Básica	5.534.058	5.071.243
Provimento e Gestão do Ensino Fundamental	4.165.096	3.467.971
Provimento e Gestão do Ensino Médio	971.638	1.174.200
Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos	176.600	217.643
Desenvolvimento da Educação Especial	220.724	211.428
Percentual de Aplicação em Relação à Receita do Fundeb	88,42	80,35

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



Nesse contexto, os recursos destinados ao amparo e fomento à pesquisa pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que por força constitucional (Emenda n.º 17 de 20/12/1995) devem perfazer um por cento do total das receitas correntes ordinárias arrecadadas no exercício, que atingiram o total de R\$ 33,049 bilhões, somaram R\$ 330 milhões e foram repassados pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF)³² à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Desta forma, ao finalizar este capítulo, restou aqui demonstrado as aplicações dos recursos públicos e demonstrações dos indicadores fiscais realizados pelo governo de Minas no exercício de 2014.

³²-Disponível em:

http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/indices_constitucionais/indicesconstituc/2014/433fapemig1214.pdf



9 – Notas Explicativas

9.1 – Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Ncasp), na Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orçamentária Anual 21.148, de 15 de janeiro de 2014, na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado n.º 13/2011 e no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (Mcas), 5ª edição.

As informações contábeis foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (Siafi/MG) e contemplam os dados contábeis de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual integrantes do Orçamento Fiscal.

Para o exercício de 2014, o Governo de Minas apresenta os Balanços dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual em duas estruturas contábeis distintas, baseadas respectivamente nas exigências da Lei Federal 4.320/64 e no contexto das novas demonstrações contábeis, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp).

O Decreto Estadual n.º 46.638, de 29/10/14, em seus artigos 9º, 10 e 11 e respectivos parágrafos únicos, discorreu sobre a responsabilidade dos dirigentes, ordenadores de despesas e contadores quanto aos resultados apurados nos balanços, relatórios e demonstrativos dos órgãos e entidades a eles subordinados.

9.2 – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp)

O Governo de Minas Gerais implementou em janeiro de 2013 o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp) em todos os órgãos e entidades do Estado, de todos os Poderes, no contexto das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e normativos da Secretaria do Tesouro Nacional.



Como forma de assegurar a fidedignidade de todos os processos contábeis, o Estado de Minas Gerais, durante do exercício de 2014, manteve duas estruturas contábeis distintas, quais sejam, o Plano de Contas Único e o Pcasp, objetivando maior segurança e transparência dos procedimentos contábeis, bem como o aprimoramento dos processos.

9.3 – Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)

O Estado de Minas Gerais, amparado pelas Leis Estaduais 13.954/2001 e 16.512/2006, destinou no período de 2002 e 2006 parte dos dividendos relativos à sua participação societária na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), no montante de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para aquisição de 12.000 (doze mil) debêntures de emissão da Companhia, não conversíveis em ações, destinadas à implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé.

Com vistas à monetização imediata das debêntures, o Estado solicitou à Cemig estudo de viabilização e condições de resgate antecipado, tendo em vista o prazo dilatado para seu vencimento, que teria início em setembro de 2027 e término em dezembro de 2031. Após a conclusão dos estudos solicitados, houve o resgate antecipado das referidas debêntures pelo valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) em 30/12/2014.

9.4 – Plano de Previdência Complementar MinasCaixa RP-2

Ao final do exercício de 2014, com fundamento na Lei Estadual n.º 21.527, de 16/12/14, o Estado foi autorizado a incorporar o patrimônio remanescente do liquidado Plano de Previdência Complementar MinasCaixa RP-2, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (Previc) sob o nº 1979.0034-83.

Da aludida incorporação, a parte apurada até o final do exercício, da ordem de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), refere-se a ativo financeiro. Desse valor, R\$ 119.550.000,00 (cento e dezenove milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) foram registrados na receita orçamentária do Estado e R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) em Depósitos de Diversas Origens.



9.5 – Ipsemg – Unidade de Tesouraria do Estado

Ao redefinir o rol dos órgãos, entidades e fundos estaduais a se vincularem à Sistemática de Unidade de Tesouraria, embasando-se no contexto da administração financeira do Estado, o Decreto Estadual n.º 46.646, de 19/11/14, alterou o Anexo Único do Decreto Estadual n.º 39.874, de 03/09/98, inserindo na relação das unidades o Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais – Ipsemg, que já atendia ao princípio da Unidade de Tesouraria, direcionando seus recursos financeiros para a conta única do Tesouro Estadual.

9.6 – Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (Prevcom-MG)

Com a promulgação da Lei Complementar Estadual n.º 132, em 07 de janeiro de 2014, instituiu-se o Regime de Previdência Complementar no âmbito do serviço público do Estado, fixando-se o limite máximo para as aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Minas Gerais. Na mesma lei foi autorizada a criação de entidade fechada de previdência complementar, em forma de fundação pública de direito privado.

Para cobertura de despesas referentes ao custeio de implantação da Prevcom-MG, nos limites previstos no art. 31 da Lei Complementar n.º 132, foram aportados recursos da ordem de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), por intermédio da unidade orçamentária “Encargos Gerais – Seplag”.

9.7 – Restituição de Recursos – Cemig

No exercício de 2014, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) restituiu ao Estado o valor de R\$ 237.775.570,98. Montante esse relativo às diferenças apuradas pelo recálculo (substituição do índice IGPM pela taxa Selic) de recursos transferidos à Cemig pelo Estado. Essas transferências se deram a título de adiantamentos para futura integralização de capital nos anos de 1995, 1996 e 1998. Os recursos investidos foram provenientes de sobras de ações preferenciais da Cemig – “Warrants”, ofertadas quando do lançamento dos Eurobônus no ano de 1994, nos termos da Lei Estadual n.º 11.432/1994.



9.8 – Composição das Cotas Financeiras Concedidas e Recebidas

Na composição das Cotas Financeiras Concedidas constantes do Anexo 12, Balanço Orçamentário da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais, foram utilizadas as contas contábeis relativas ao grupo 5.1.2.01 – Interferências Passivas/Movimentação Financeira Escritural, referentes às Cotas Financeiras Concedidas, Repasses Concedidos, Restituições de Cotas Financeiras Recebidas, Devoluções e Repasses Recebidos e Transferências Financeiras relacionadas a esse grupo de contas. E para compor as Cotas Financeiras recebidas, grupo 6.1.2.01 – Interferências Ativas/Movimentação Financeira Escritural, as Cotas Financeiras Recebidas, Repasses Recebidos, os Cancelamentos de Cotas Financeiras, Restituições de Repasses Concedidos e as Transferências Financeiras.

9.9 – Consolidação do Balanço Patrimonial

Para fins de consolidação do Balanço Patrimonial da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais, no contexto do Plano de Contas Único do Estado, foram eliminadas das demonstrações financeiras as transações realizadas entre unidades orçamentárias do próprio Estado. Partindo dessa premissa, são demonstradas na tabela a seguir as compensações financeiras realizadas em 2014, visando à eliminação de duplicidades no valor de R\$ 5,011 bilhões.

Tabela n.º 59
Demonstrativo das Compensações Financeiras – 2014

Código/Descrição	Saldo em 2014	Valores Compensados		Saldo Final
		A Débito	A Crédito	
1.3.1.00.00.00.00 Crédito Financeiro a Receber- Operações Intragovernamentais	4.142.332.516	-	4.142.332.516	-
1.2.2.02.99.01.00 Contribuições e Outros Créditos a Receber	957.843.254	-	841.779.106	116.064.148
1.2.2.03.02.01.00 Dívida Ativa Não Tributária – Principal	601.753.607	-	12.766.365	588.987.241
1.2.2.03.02.02.00 Dívida Ativa Não Tributária - Multas e Encargos	146.813.050	-	13.943.707	132.869.342
2.2.2.99.07.00.00 Renegociações de Obrigações Previdenciárias – Institutos de Previdência Estaduais	928.536.149	868.489.179	-	60.046.970
2.3.1.00.00.00.00 Crédito Financeiro a Liberar - Operações Intragovernamentais	4.160.148.920	4.142.332.516	-	17.816.404

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG



9.10 – Operações Intraorçamentárias da Receita e Despesa

Operações Intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo, não representando dessa forma novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos e entidades.

As despesas intraorçamentárias são registradas na Modalidade de Despesa 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento. De acordo com o Classificador Econômico de Despesa³³, são despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desse orçamento, no âmbito da mesma esfera de Governo.

As Receitas Intraorçamentárias foram estabelecidas pela Portaria Interministerial STN/SOF n.º 338, de 26 de abril de 2006, devido à necessidade de identificar as receitas decorrentes das operações intraorçamentárias, a exemplo do que ocorre na despesa com a utilização da modalidade de aplicação, possibilitando a eliminação de dupla contagem no levantamento dos balanços e demais demonstrações contábeis.

Essas receitas são representadas, respectivamente, pelos códigos 7 para registro das Receitas Correntes Intraorçamentárias e 8 para as Receitas de Capital Intraorçamentárias. Essas classificações, segundo disposto na Portaria que as criou, não constituem novas categorias econômicas de receita, mas apenas especificações das Categorias Econômicas “Receita Corrente” e “Receita de Capital”. (Mcasps, 2012).

³³-Disponível em:

http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/loa_lei_orcamentaria_anual/formularios/2015/2_-_classificador_da_despesa_atualizado_em_19-01-2015.pdf Acesso em 05/03/2015.



9.11 – Empresas Estatais Dependentes

As Empresas Estatais Dependentes: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) e Rádio Inconfidência Ltda. não se encontram integradas ao Siafi/MG e suas informações foram inseridas de forma consolidada no referido sistema.

Os dados orçamentários (receita e despesa) integram o Relatório Contábil bem como a Parte III do Balanço Geral do Estado, no entanto, os dados patrimoniais não compõem tais documentos devido à legislação em vigor, pois, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, as empresas têm até 120 dias da data do encerramento do exercício para realizar a Assembleia (art. 132) e o Balanço deve ser publicado até 5 dias antes (art. 133, § 3º). Portanto, esse prazo diferenciado vai de encontro ao prazo exigido para a prestação de contas dos demais órgãos do governo, não permitindo tal consolidação.

9.12 – Incorporação de dados do Legislativo

As informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais (Iplemg) foram inseridas no Sistema de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (Siafi/MG) mediante incorporação mensal dos dados consolidados.

9.13 – Das Responsabilidades Técnicas

Por alguns dados específicos que integram o Balanço Geral do Estado de 2014, são institucionalmente responsáveis:

- ✓ Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária (SCPPO/Seplag), pela metodologia da base de cálculo das receitas orçamentárias para fins de apuração dos limites constitucionais relativos à Educação, Saúde e Fapemig; pelos critérios referentes ao Orçamento Fiscal e à sua execução e pelas informações contidas no Relatório de Execução de Investimentos em Programas Sociais, peças integrantes do Balanço Geral, conforme art. 8º da lei Estadual n.º 15.011, de 15 de janeiro de 2004.



- ✓ Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública (SCGOV/SEF), pelas informações referentes ao Escalonamento da Dívida Pública, constante deste relatório, bem como pelos valores dispostos no Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa que integram o Volume do Balanço Geral da Administração Direta.



10 – Considerações Finais

A Contabilidade, como ciência que registra, controla, analisa e demonstra os atos e fatos de uma gestão, constitui-se numa ferramenta indispensável à administração pública, seja como suporte para tomada de decisões ou como instrumento de divulgação das ações do governo à sociedade, sob a ótica da transparência na execução de suas metas.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência dos resultados obtidos pelo Governo de Minas Gerais, bem como atender aos dispositivos legais, a Superintendência Central de Contadoria Geral conclui e disponibiliza o Balanço Geral do Estado e o Relatório Contábil relativos ao exercício financeiro de 2014.

O êxito alcançado nos trabalhos em 2014 é reflexo de um conjunto de esforços somados por todos que integram o Governo Estadual, sobretudo pela equipe técnica da Secretaria de Estado de Fazenda e, de forma especial, da Superintendência Central de Contadoria Geral. A essa equipe, meus sinceros agradecimentos pelo trabalho desenvolvido, continuamente permeada pela ética, dedicação, comprometimento e zelo.

Na oportunidade, estendo esses agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, envidaram esforços para o cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, 20 de março de 2015.

Maria da Conceição B. de Rezende Ladeira
Superintendente Central de Contadoria Geral
CRC MG – 068.609-8



11 – Legislação Básica

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.

Constituição Estadual, de 21 de setembro 1989.

Leis Federais

Lei Federal 4.320/64 – Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei Federal 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

Lei Federal 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Federal 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Lei Federal 11.079/04 – Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Lei Federal 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Lei Federal 11.941/09 – Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, prorroga a vigência da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos de Leis e da outras providências.



Lei Complementar Federal 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei Complementar Federal 131, de 27/05/09 – Acrescenta dispositivos à Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lei Complementar Federal 141, de 13 de janeiro de 2012 – Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Leis Estaduais

Lei Complementar 64, de 25/03/02 (e alterações posteriores) – Institui o regime próprio de previdência e assistência social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Complementar 131, de 06/01/14 – Altera a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, cria o Fundo Previdenciário de Minas Gerais (Funprev/MG) e dá outras providências.

Lei Complementar 132, de 07/01/14 – Institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargos efetivos dos Poderes do Estado e membros de Poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da Constituição da República, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências.



Lei Estadual 6.194, de 26/11/1973 – Dispõe sobre a unidade de tesouraria e a execução financeira do Estado e dá outras providências.

Lei Estadual 14.868, de 16/12/03 – Dispõe sobre as Parcerias Público-Privadas (PPP).

Lei Estadual 15.011, de 15/01/04 – Dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual, altera a Lei 14.172, 15 de janeiro de 2002, que cria o índice mineiro de responsabilidade social, e dá outras providências.

Lei Estadual 15.424, de 20/01/04 – Dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da taxa de fiscalização judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.

Lei Estadual 19.407/10, de 30/12/2010 – Autoriza o Estado de Minas Gerais a liquidar débitos de precatórios judiciais, mediante acordos diretos com seus credores, nos termos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, dá nova redação ao art. 11 da Lei 14.699, de 6 de agosto de 2003, e dá outras providências.

Lei Estadual 20.008, de 04/01/2012 – Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e dá outras providências.

Lei nº 20.845, de 06.08.2013 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências.

Lei nº 21.148, de 15.01.2014 – Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2014.



Decretos

Decreto 35.304, de 30/12/93 – Dispõe sobre a implantação e utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (Siafi/MG).

Decreto 37.924, de 16 de maio de 1996 (e alterações posteriores) – Dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do poder executivo e dá outras providências.

Decreto 39.601, de 19/05/98 – Dispõe sobre a gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (Siafi/MG), e dá outras providências.

Decreto 43.145, de 03/01/03 – Dispõe sobre o Colegiado de Gestão Governamental e dá outras providências.

Decreto 44.364, de 26/07/06 – Altera o Decreto 44.180, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a arrecadação das receitas de órgãos da Administração Pública Direta, Empresas Estatais Dependentes, Autarquias, Fundações Públicas e Fundos Estaduais, integrantes da Administração Pública Indireta no âmbito do Poder Executivo.

Decreto 44.761, de 25/03/08 – Dispõe sobre a prestação de contas dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), por meio de resoluções.

Decreto 44.836, de 17/06/08 – Altera Decreto nº 44.761, de 25 de março de 2008, que dispõe sobre a prestação de contas dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), por meio de resoluções, e dá outras providências.

Decreto 44.929, de 30/10/08 – Dispõe sobre a organização do plano estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Decreto 45.018, de 20/01/09 – Dispõe sobre a utilização e gestão do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas (Siad/MG) do Poder Executivo Estadual.



Decreto 45.242, de 11/12/09 – Regulamenta a gestão de material, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Funcional do Poder Executivo.

Decreto 45.317, de 05/03/10 (e alterações posteriores) – Dispõe sobre a instituição do regime especial de pagamento de precatórios a que refere-se ao art. 97 do ato das disposições constitucionais transitórias da constituição federal de que trata a emenda constitucional 62, de 9 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

Decreto 45.358, de 04/05/10 – Institui o programa de parcelamento especial de crédito tributário relativo ao ICMS – PPE II.

Decreto 45.528, de 30/12/10 – Estabelece procedimentos para realização de despesas decorrentes da adesão de órgãos e entidades do Poder Executivo aos termos da Lei Federal 11.941, de 27 de maio de 2009, e dá outras providências.

Decreto nº 46.149, de 15/02/2013 – Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2013 e dá outras providências.

Decreto 46.281, de 23/07/13 – Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais – SIGCON-MG, no âmbito do Poder Executivo.

Decreto 46.443, de 14/02/14 – Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2014 e dá outras providências.

Decreto nº 46.638, de 28.10.14 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2014 para os órgãos e entidades da Administração Pública estadual.

Decreto Federal

Decreto Federal 7.185, de 27/05/10 – Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.



Portarias

Portaria SCCG/SEF 664, de 29/07/03 – Dispõe sobre a racionalização da utilização do (Siafi/MG).

Portaria SCCG/SEF 742, de 26/04/07 – Determina procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, referentes ao acompanhamento contábil relacionado à gestão orçamentária, financeira e patrimonial e institui o Relatório de Conformidade Contábil (RCC).

Portaria SCCG/SEF 791, de 25/09/09 – Aprova o Manual de Procedimentos Operacionais do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi/MG.

Portaria STN/MF/212, de 04/06/2001 – Contabilização do IRRF.

Portaria MF 548, de 22/11/2010 – Estabelece os requisitos mínimos de segurança e contábeis do sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, adicionais aos previstos no Decreto 7.185, de 27 de maio de 2010.

Portaria STN/634, de 19 de novembro de 2013 – Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

Portaria STN/553, de 22/09/14 – Aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

Portaria STN/700, de 10/12/14 – Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Mcasp.

Portaria Conjunta STN/SOF/Nº 01, de 10.12.14 – Aprova a parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Mcasp.



Instruções Normativas do TCEMG

Instrução Normativa 19/2008 – Contém normas a serem observadas pelo Estado e pelos Municípios para assegurar a aplicação dos recursos mínimos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde (Com as alterações das IN 1/11, 08/11 e 05/12).

Instrução Normativa 13/2008 (e alterações posteriores) – Contém normas a serem observadas pelo Estado e pelos municípios para o cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, do art. 201 da Constituição Estadual, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, da Emenda Constitucional 53, de 19 de dezembro de 2006, e das Leis Federais 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 10.845, de 05 de março de 2004 e 11.494, de 20 de junho de 2007, regulamentada pelos Decretos Federais 6.253, de 13 de novembro de 2007 e 6.278, de 29 de novembro de 2007.

Instrução Normativa 02/2010 (e alterações posteriores) – Estabelece normas de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Administração Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais, e de remessa de informações por meio do Sistema de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas (Sicop).

Instrução Normativa 13/2011 – Disciplina a organização e a apresentação das contas de governo anualmente prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, para fins de emissão de parecer prévio, bem como a remessa dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária pelo Chefe do Poder Executivo e dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Chefes dos Poderes e do Ministério Público, para fins de acompanhamento.

Instrução Normativa 14/2011 (e alterações posteriores) – Disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento.



Resoluções

Resolução SEF nº 4.121, de 03/07/2009 – Estabelece normas e procedimentos relativos ao sistema de segurança do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (Siafi/MG), e à autoria da extração de dados do seu Armazém de Informações.

Resolução do Senado Federal 40, de 10/04/02 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Resolução do Senado Federal 43, de 10/04/02 – Dispõe sobre as operações de crédito interna e externa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

Resolução do Senado Federal 20, de 07/11/03 – Amplia os prazos estabelecidos na Resolução do Senado Federal 40/02.

Resolução do Senado Federal 67, de 07/12/05 – Altera a Resolução do Senado Federal 43/02.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCT's 16:

- 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação;
- 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis;
- 16.3 – Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil;
- 16.4 – Transações no Setor Público;
- 16.5 – Registro Contábil;
- 16.6 – Demonstrações Contábeis;
- 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis;
- 16.8 – Controle Interno;
- 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão;
- 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público;
- 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.



12 – Equipe Técnica

Superintendência Central de Contadoria Geral – SCCG

Maria da Conceição B. de Rezende Ladeira
Superintendente Central de Contadoria Geral

Gabinete

Dinika Bernadeth Pereira da Silva
Iris Ranieri de Melo Cesário
Rosa Maria Rodrigues de Paula
Sérgio Cunha

Diretoria Central de Contabilidade

Nilson Eustáquio de Souza – Diretor
Adriana de Araújo Martins
Carla Renata Leal Carneiro
Isabella Kênia Fonseca Viegas

Diretoria Central de Pesquisa e Análise

Maria Aparecida de Almeida Monteiro – Diretora
Dayse Aparecida Trindade Moreno de Carvalho
Nelma Barbonaglia da Silva
Oswaldo Roberto de Paula
Ricardo Augusto Zadra
Simone da Costa

Diretoria Central de Normatização

Dênis Robinson de Amorim Paixão – Diretor
Elder Baía Araújo
Marise Couto Silva
Victor Ribeiro Alves Andrade

Coordenação Siafi/MG

Antônio Donizete Rosa – Coordenador (*In memoriam*)
Andréa Mara da Silva Oliveira
Sandro Wilson de Oliveira
Vanilda Maria Mainart Irmão
Tadeu Lage
Wanda Luiza Fiorita da Silva



13 – Realização

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Secretário de Estado de Fazenda
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Responsáveis

Maria da Conceição B. de Rezende Ladeira
Maria Aparecida de Almeida Monteiro
Nelma Barbonaglia da Silva
Oswaldo Roberto de Paula
Ricardo Augusto Zadra
Simone da Costa

Endereço: Cidade Administrativa – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4001 – Edifício Gerais,
7º Andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte – Minas Gerais – CEP 31630-901.
Endereço Eletrônico: www.fazenda.mg.gov.br



14 – Bibliografia

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de finanças públicas – fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 2ª edição. Brasília: Gestão Pública Editora e Treinamentos Ltda., 2008.

AO SETOR, Manual de Contabilidade Aplicada. Público – MCASP. **Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, DF**, 5ª ed., 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões**. Elsevier, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 2014.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. 2014.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000: **lei de responsabilidade fiscal**. 2014

_____. Site da Secretaria do Tesouro Nacional. 2014.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e contabilidade pública**. Elsevier, 2010.

DE CONTABILIDADE, CONSELHO FEDERAL et al. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. NBC T**, v. 16.1 a v.16.10, 2008, e v.16.11, 2011.

DE IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade**. Atlas, 2003.

ESTADO, DE MINAS GERAIS. Site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 2014.

_____, DE MINAS GERAIS. Site da Secretaria do Estado de Fazenda. 2014.

_____, DE MINAS GERAIS. Site da Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão. 2014.

FISCAIS–VOLUME, Manual Técnico de Demonstrativos. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; **Portaria n. 637**, 2013.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. Campus, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública. Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Atlas S/A**, 2008.



MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem básica e gerencial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. Estefânia Gonçalves Mota, 2009.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho, SANTANA, Jair Eduardo, FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby, et all. **Responsabilidade Fiscal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. Atlas, 2009.

QUINTANA, Alexandre Costa et al. **Contabilidade pública**: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2011.

Rosa, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público**: de acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

SÁ, A. Lopes de, SÁ, AM Lopes de. **Dicionário de contabilidade**, v. 9, 1995.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. Prisma, 1997.



15 – Siglário

AFD	– Agência Francesa de Desenvolvimento
AH	– Análise Horizontal
ASPS	– Ações e Serviços Públicos de Saúde
AV	– Análise Vertical
BB	– Banco do Brasil S/A
BDMG	– Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
Bemge	– Banco do Estado de Minas Gerais
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	– Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	– Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	– Brasil
CBMMG	– Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais
CE	– Constituição Estadual
CEF	– Caixa Econômica Federal
Cemig	– Companhia Energética de Minas Gerais
CF	– Constituição Federal
CGPA	– Concessionária Gestores Prisionais Associados S/A
Cide	– Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CNPJ	– Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Coafi	– Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros
Codemig	– Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Cohab	– Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
Copasa	– Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CRC	– Contas de Resultados a Compensar
CRC MG	– Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
Credireal	– Banco de Crédito Real de Minas Gerais
DC	– Dívida Consolidada
DCL	– Dívida Consolidada Líquida
DCPA	– Diretoria Central de Pesquisa e Análise
Deop	– Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais
DER	– Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais
DGI	– Divisão de Gestão da Informação
DIEF	– Diretoria de Informações Econômico-Fiscais
EGE	– Encargos Gerais do Estado
Emater	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMG	– Estado de Minas Gerais
Epamig	– Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Fahmemg	– Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais
Fapemig	– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Feas	– Fundo Estadual de Assistência Social
FEH	– Fundo Estadual de Habitação
FEPJ	– Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
FES	– Fundo Estadual de Saúde
Fhemig	– Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
Findes	– Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento



FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	– Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
Fundeb	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundhab	– Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Fundomaq	– Fundo Máquinas para o Desenvolvimento
Funed	– Fundação Ezequiel Dias
Funfip	– Fundo Financeiro Previdenciário
Funprev	– Fundo Previdenciário de Minas Gerais
Funtrans	– Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes
GOV	– Governo
Hemominas	– Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais
ICMS	– Imposto s/Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
Iepha	– Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IN	– Instrução Normativa
INSS	– Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	– Imposto sobre Produtos Industrializados
Ipssemg	– Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPSM	– Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais
IPVA	– Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	– Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes
ITCD	– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
LC	– Lei Complementar
LDO	– Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	– Lei Orçamentária Anual
LRF	– Lei de Responsabilidade Fiscal
Mcasp	– Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDE	– Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MDF	– Manual de Demonstrativos Fiscais
MG	– Minas Gerais
MGI	– Minas Gerais Participações S/A
MinasCaixa	– Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais
NBCT	– Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
PAF	– Programa de Ajuste Fiscal
Pasep	– Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCMG	– Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
PDI	– Programa de Desenvolvimento Integrado
PMDI	– Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PMMG	– Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
PPAG	– Plano Plurianual de Ação Governamental
PPP	– Parceria Público-Privada
Prevcom-MG	– Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais
Prodemge	– Companhia de Tecnologia da Informação de Minas Gerais
Profisco	– Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil
Profort	– Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão



	Fiscal do Estado
PSF	– Programa Saúde da Família
PSH	– Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
RCC	– Relatório de Conformidade Contábil
RCL	– Receita Corrente Líquida
RGF	– Relatório de Gestão Fiscal
RLR	– Receita Líquida Real
RPNP	– Restos a Pagar Não Processados
RPPS	– Regime Próprio de Previdência dos Servidores
RPV	– Requisições de Pequeno Valor
RREO	– Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Ruralminas	– Fundação Rural Mineira
SAIF	– Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais
SCCG	– Superintendência Central de Contadoria Geral
SCGOV	– Superintendência Central de Governança de Ativos da Dívida Pública
Sectes	– Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Sede	– Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Sedese	– Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
SEDS	– Secretaria de Estado de Defesa Social
Sedvan	– Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas
SEE	– Secretaria de Estado de Educação
SEF	– Secretaria de Estado de Fazenda
Seplag	– Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SES	– Secretaria de Estado de Saúde
Setop	– Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
Siad	– Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais
Siafi/MG	– Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais
Sicop	– Sistema de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas
SIGCON	– Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais
SRE	– Subsecretaria da Receita Estadual
STE	– Subsecretaria do Tesouro Estadual
STN	– Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	– Sistema Único de Saúde
TCEMG	– Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TFDR	– Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias
TFRM	– Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários
Uemg	– Universidade do Estado de Minas Gerais
Unimontes	– Universidade Estadual de Montes Claros
UT	– Unidade de Tesouraria
WWW	– World Wide Web



336.126 MG – Secretaria de Estado de Fazenda – SCCG – Balanço Geral/
M663b Relatório Contábil – Exercício de 2014. Belo Horizonte, 2015.

1. Finanças Públicas. 2. Contabilidade Pública.
3. Orçamento Público. 4. Administração Financeira I.T.